



KELLY DE SOUZA FERREIRA

**CHINA E A ÁSIA CENTRAL:
Petróleo, Segurança e os Estados Unidos.**

Campinas
2012



Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais

KELLY DE SOUZA FERREIRA

CHINA E A ÁSIA CENTRAL:

Petróleo, Segurança e os Estados Unidos.

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas,
para obtenção do Título de Mestra em
Relações Internacionais. Área de
Concentração: AC – Paz, Defesa e Segurança

ORIENTADOR: PROF. DR. SEBASTIÃO CARLOS VELASCO E CRUZ

Campinas
2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
SANDRA APARECIDA PEREIRA-CRB8/7432 - BIBLIOTECA DO IFCH
UNICAMP

F413c Ferreira, Kelly de Souza, 1987-
China e Ásia Central : petróleo, segurança e os Estados Unidos / Kelly de Souza Ferreira. -- Campinas, SP : [s.n.], 2012

Orientador: Sebastião Carlos Velasco e Cruz
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Petróleo - Aspectos políticos. 2. China - Relações exteriores - Ásia Central. 3. China - Relações exteriores - Estados Unidos. 4. Estados Unidos - Relações exteriores - Ásia Central. 5. China - Segurança nacional. I. Cruz, Sebastião Carlos Velasco e, 1948-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em Inglês: China and Central Asia : oil, security and the United States

Palavras-chave em inglês:

Petroleum - Political aspects

China - Foreign relations - Asia, Central

China - Foreign relations - United States

United States - Foreign relations - Asia, Central

China - National security

Área de concentração: Paz, Defesa e Segurança Internacional

Titulação: Mestre em Relações Internacionais

Banca examinadora:

Sebastião Carlos Velasco e Cruz [Orientador]

Alexandre Ratsuo Uehara

Igor Fuser

Data da defesa: 07/08/2012

Programa de Pós-Graduação: Relações Internacionais



Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Dissertação de Mestrado, em sessão pública realizada em 07 de agosto de 2012, considerou a candidata Kelly de Souza Ferreira aprovada.

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora.

Prof. Dr. Sebastião Carlos Velasco e Cruz

Prof. Dr. Alexandre Ratsuo Uehara

Prof. Dr. Igor Fuser

CAMPINAS
2012

Á Filipe Mendonça e Jean Ferreira

Agradecimentos

Escrever os agradecimentos é algo tão difícil quanto escrever a dissertação, não há palavras suficientes para congratular a todos que me acompanharam nesse período.

Agradeço primeiramente a Deus, por atender a todos os meus pedidos para me trazer até aqui.

Aos meus pais, Marilene e Jaime, por todo o apoio e carinho.

Ao meu irmão, Jean, por ser o meu maior incentivador, amigo, companheiro e sem ao qual eu não seria tão feliz.

Aos meus amigos Murilo Lorenzo, Paulo Meireles, Manoela Zambroni, Thabata Maguetta e Lucas Lorini que me acompanham desde tempos remotos, quando ainda não sabia o que era a vida acadêmica, mas que sempre me apoiaram em tudo que fiz.

À Aline Pavan, amiga que desde o início sempre disse que são os melhores amigos da faculdade que levamos para a vida toda. E aqui estamos, no mestrado. Muito obrigada, a você, amiga e pessoa mais fantástica que conheço, que faz tudo muito bem e de forma excepcional.

Aos novos amigos: Ana Paula Lage, Mário Madureira, Juliano Aragusuku, Peterson da Silva, Tamyá Rebelo, Martino Musumeci e Paula Nobumoto, sem os quais esses dois anos não poderiam ser tão prazerosos e adoráveis. Estes que fizeram cada momento sempre uma aventura, repleta de risadas e ideias, mesmo nas situações mais difíceis. São amigos e companheiros de academia que sempre estarão comigo em cada palavra que eu escrevo e que ainda virei a escrever.

À Marcia, Andreia, Elias e Elias Jr. Por toda a hospitalidade, carinho e cuidado.

Ao Alex Sotero, porque da gastronomia retira-se lições para muitas áreas.

Ao Humberto de Paiva Júnior, porque o início é o mais difícil. Você me ajudou nos primeiros e me ensinou tantas coisas que sei que serão lembradas a cada passo que eu der. Dos primeiros passos aos últimos, sempre será a voz da minha consciência.

Aos Professores e meus formidáveis amigos, Sidney ferreira Leite, Igor Fuser, Feliciano Guimarães e Helton Santana, mestres que buscaram sempre incentivar e construir a pesquisadora em mim.

Ao meu orientador, Sebastião Carlos Velasco e Cruz, por mostrar que sempre é possível ir além.

À Giovana Vieira, Isabela Silvestre e Priscila Gartier, por toda a atenção, ajuda e paciência em todas as fases deste trabalho.

A todos os professores do Programa San Tiago Dantas. Especialmente Tullo Vigevani e Shiguenoli Miyamoto, muito mais que mestres, são professores e companheiros para todos os momentos.

Ao professor Alexandre Uehara e a todos colegas do grupo de pesquisa NUPRI-ASIA, por todas as discussões, conselhos e ideias sobre as longínquas regiões da Ásia.

À CAPES, por tornar possível esta pesquisa.

E, por fim, a um rapaz muito especial que chegou nos últimos momentos da pesquisa, me devolveu a paz: ao André Boni, por todo carinho, amor, paciência e leituras.

Resumo

Nas últimas duas décadas, os Estados Unidos aumentaram substancialmente sua presença na Ásia Central. Por sua vez, a China sempre buscou construir um ambiente estável e pacífico ao redor de seu próprio território, tendo sob sua influência todos os países da Ásia Central; por isso, o incremento da presença norte-americana na região causou desconforto nos políticos chineses. Uma das formas utilizadas pelos últimos para se aproximar dos países dessa região se dá por meio do petróleo. Dessa forma, as companhias de petróleo da China compram direitos de exploração de reservas ou indústrias de petróleo e gás natural de países da Ásia Central e, por meio das empresas chinesas, estabelece e aprofunda os laços de amizade com países como Cazaquistão, Quirguistão, Uzbequistão, Turcomenistão e Tadjiquistão. A prática ficou conhecida como diplomacia do petróleo. Essa nova ferramenta do governo chinês possibilita um duplo efeito: aumentar a projeção chinesa e diluir a influência norte-americana na região, o que desagrade os Estados Unidos, que, por sua vez, buscam ser ainda mais presentes na Ásia Central. O objetivo desta pesquisa é: como a diplomacia do petróleo possibilita um duplo efeito: aumentar a projeção chinesa e diluir a influência norte-americana na região. E como os Estados Unidos usa sua presença na Ásia Central e nas rotas marítimas de transporte de petróleo para conter a expansão chinesa.

Palavras – chave: China; Ásia Central; Petróleo; Estados Unidos.

Abstract

In the last two decades, the United States have substantially increased their presence in Central Asia. Therefore their presence left China in an uncomfortable position, as China seeks to build a stable and peaceful environment in its near abroad, having under its influence all the countries of Central Asia. One of the ways used by the Chinese government to get closer to the countries of this region is through the oil. Being so, the Chinese oil companies buy rights of exploitation of oil and gas reserves in Central Asia and through this establishes and deepens friendly ties with these countries. This practice became known as oil diplomacy. This new tool of the Chinese government has a double effect: it increases the projection of the Chinese power and dilutes the American influence in the region. In other words, it displeases the United States, and in turn tries to be even more present in Central Asia. The main goal to be worked in this study is how the oil diplomacy increases Chinese influence in Central Asia and dilutes American power in the region. It also aims to explain how the United States uses its presence in Central Asia and on sea lines of communication used to transport oil to contain the Chinese expansion.

Keywords: China, Central Asia, Oil, United States.

Sumário

Introdução.....	13
Parte I – Da Segurança às matérias-primas estratégicas.....	19
1.1 As abordagens para a segurança	19
1.2 Os Setores de Segurança.....	20
1.3 Como a China entende o conceito de segurança.....	22
1.4 Do grande jogo ao grande tabuleiro de xadrez	23
1.5 Fricção e a Paz Fria e Morna	26
1.6 Amigo e Inimigo	27
1.7 Matérias-primas estratégicas.....	28
1.8 Vulnerabilidade e Sensibilidade	33
Parte II – Petróleo na China	34
2.1 Panorama sobre o setor energético chinês	34
2.2 Empresas petrolíferas chinesas e a Comissão Nacional de Energia	40
2.3 Sistema de reservas	46
2.4 Controle de preços	47
2.5 Pontos de sensibilidade.....	49
2.6 A diplomacia do petróleo.....	53
2.7 Consequências de complicações no abastecimento	55
Parte III – O interesse chinês: a segurança está no petróleo	58
3.1 A política externa chinesa na Ásia Central	58
3.2 Fontes energéticas na Ásia Central	62
3.3 A importância da Ásia Central na questão energética: o Petróleo e as rotas marítimas.....	67
3.4 Visões chinesas sobre a presença norte-americana na Ásia Central.....	71

3.5	Uma questão de interesses: O petróleo e a segurança periférica chinesa	73
	Parte IV- Estados Unidos	76
4.1	Política Externa Norte-Americana para a Ásia Central	76
4.2	11 de Setembro e Novos Interesses	77
4.3	Política do Petróleo	79
4.4	A visão norte-americana sobre a presença chinesa na Ásia Central	81
5	Parte V- E que os jogos comecem.....	83
5.1	Qual é o futuro de China e Estados Unidos na Ásia Central?	83
6	Conclusão	86
7	Referências Bibliográficas	88

Introdução

Mais antiga que as próprias Relações Internacionais é a ideia de sobrevivência. Seja ela dos reinos, feudos, impérios ou Estados. A sobrevivência da unidade política é uma das questões largamente tratadas pela Ciência Política, quando as Relações Internacionais ainda nem era uma disciplina formada.

O realismo foi a primeira corrente das RI a abordar tal questão e tem a sobrevivência como seu principal premissa ou proposição até então. Para os realistas, a sobrevivência do Estado “é o interesse nacional supremo” (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p.27). Assim, é de interesse da segurança nacional tudo aquilo que é vital ao Estado. Alguns fatores vitais, como território, soberania e população, são mais fáceis de identificar do que outros, como, por exemplo, o petróleo.

O petróleo faz parte do grupo de matérias-primas estratégicas; isto é, materiais que desempenham funções cruciais no país, como, por exemplo, o funcionamento da economia e aparatos militares e manutenção do bem estar da população¹. Desta maneira, o petróleo ganha uma importância ainda maior que qualquer riqueza e valor que possa vir a ter no mercado, já que, sem ele, o Estado pode se deteriorar de diversas formas, podendo chegar a debilidade completa.

Dessa forma, a competição por matérias-primas estratégicas intensifica-se com o passar dos anos. Essas matérias estratégicas ganham dupla importância: a primeira, para a sobrevivência do Estado; a segunda, como ferramenta de pressão e de política externa. Esta última característica não é muito observada pelos estudos, por ser uma forma mais tácita de exercer poder, mas procuraremos retratar ao longo do trabalho.

Uma região onde este fato é facilmente identificado é a Ásia Central. Conhecida por ser o quintal dos fundos da China e da Rússia, a área foi praticamente ignorada pelos norte-americanos por muitos anos. Como afirmamos, há uma competição ao redor do mundo por matérias-primas estratégicas, principalmente por petróleo e a China não está fora do páreo. Os chineses tornaram-se um importador massivo de petróleo desde o início da década de 1990 e isso se exacerbou durante a primeira década do século XXI.

¹ O Petróleo é usado na fabricação de combustíveis (gasolina e diesel), utilizados em geradores de energia. Na fabricação de polímeros sintéticos (plásticos em geral) que podem transformar-se de garrafas PET á partes internas de aeronaves, polias e correias de automóveis.



Figura 1. Ásia central segundo a definição da ONU.

Os países da Ásia Central possuem quantidades significativas de petróleo e gás natural que são interessantes à China por dois motivos principais: pela proximidade (todo o petróleo e gás natural podem ser escoados por dutos) e por libertar parcialmente os chineses da dependência de combustíveis provenientes do Oriente Médio. Em nossa visão, a China utiliza essas questões para estreitar e fortalecer os laços com os países asiáticos, e formar-se como líder regional. Os Estados Unidos buscam manter sua supremacia na região, controlando as fontes de petróleo e gás, as rotas marítimas e acordos com países asiáticos, para enfraquecer a China. Seu objetivo é criar uma situação de insegurança para os chineses, de modo que estes necessitem de uma boa relação com os Estados Unidos para evitar cortes e aumento de preços das matrizes energética.

O argumento

O argumento trabalhado nesta pesquisa é de que a China é vulnerável quanto ao abastecimento de petróleo, fonte energética vital para o bom funcionamento de sua economia e necessária para manter o ritmo de crescimento e a estabilidade chinesa. Tendo a busca por

fornecimento de petróleo em mente, a China usa a questão energética (diplomacia do petróleo) para se aproximar de seus vizinhos da Ásia Central, por meio de ações praticadas por suas empresas petrolíferas. Os Estados Unidos, cientes da importância do petróleo para a China, utilizam sua influência para estar presente em pontos de fornecimento (ou rotas) essenciais para a China, como forma de exercer pressão latente sobre as ações chinesas.

O petróleo é a fonte energética de maior importância estratégica. Isso porque é a força motriz da indústria e dos transportes de bens. A indústria, por sua vez, é responsável pela geração de riqueza e emprego. Esses dois fatores são importantes para o bem estar da população, para uma economia forte e geração de empregos para a população, contribuindo também para estabilidade política. Mesmo em um país com direitos e manifestações políticas limitadas, como a China, manter a estabilidade política com uma população economicamente bem e empregada é de grande importância a fim de evitar insatisfação e revolta contra o governo.

Assim, mesmo que indiretamente, o petróleo figura na China como item de importância para manter o monopólio do Partido Comunista Chinês. Porém, como a China não possui grandes quantidades de petróleo em seu território, importar este item não é apenas uma opção, é uma necessidade. Entretanto, à medida que a China intensifica a busca por esse hidrocarboneto no mercado externo, fica sensível e vulnerável a diversos fatores de mercado e de conjuntura política que a desfavorecem.

Com relação aos mercados, já é de se esperar que a flutuação no preço das matrizes energéticas² afete a política de preços chinesa. Mas a conjuntura política pode oferecer maiores riscos ao abastecimento chinês. Ao longo da história, as relações sino-americanas oscilaram bastante. Os Estados Unidos nunca foi considerado um inimigo permanente, pela perspectiva da China, e os chineses não desejam transformar os americanos em oponentes. Mas sabem que é necessária cautela ao tratar de assuntos, cuja posição chinesa, possa chocar-se com os interesses americanos (JACQUES, 2009).

Assim, a questão energética merece especial atenção. Os americanos estão presentes militarmente nas principais regiões onde estão localizadas as maiores reservas de petróleo e gás natural; a invasão de países como o Iraque e o Afeganistão apenas acentuou a preocupação

² Ao longo do texto, a expressão “matrizes energéticas” é usada como sinônimo de “fontes energéticas” para evitar repetições. Em detalhes, o significado de “matriz energética” é a quantidade de recursos energéticos oferecidos por um determinado país ou região, para ser transformada distribuída e consumida. (Fonte: Repositório Significados. Disponível em <http://www.significados.com.br/matriz-energetica/>. Acessado em: Julho de 2012).

chinesa de que os Estados Unidos venham a controlar os principais pontos de extração de hidrocarbonetos. Como se isso não fosse o bastante, os americanos também estão presentes nas principais rotas marítimas de transporte de mercadorias (inclusive petróleo) para a China. Tão importante quanto obter o petróleo, é trazer o petróleo, por isso, os chineses ficam, de certa maneira, com suas ações limitadas.

As alternativas que lhes restam para manter da forma mais segura e constante o abastecimento de petróleo, consistem na diversificação de fornecedores e no transporte do produto por terra. Observando por este ângulo, os países que compõem a Ásia Central (Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão) ganham uma importância significativa neste assunto. Estes cinco países são vizinhos da China e possuem uma quantidade razoável de petróleo, gás natural e potencial hidrelétrico. Por serem Estados que fazem fronteira com a China, principalmente da conturbada região de Xinjiang, é importante a este Estado manter boas relações e estabelecer laços de amizade. É mais fácil para a China trabalhar em seu próprio crescimento e desenvolvimento, se não precisar se preocupar com conflitos fronteiriços.

Neste ponto, podemos ver que a falta de petróleo na China, embora seja um problema, funciona também como ferramenta de aproximação. Os países da Ásia Central são a solução, em grande parte, para a vulnerabilidade energética chinesa, por serem uma alternativa ao petróleo do Oriente Médio e estarem a poucos quilômetros de distância por terra. A questão energética chinesa é, ao mesmo tempo, um meio de aproximação e criação de vínculos com tais países, contribuindo para a construção de uma zona de estabilidade no entorno do país.

A Ásia Central recebeu maior importância também na agenda norte-americana. Durante muitos anos, a Ásia Central teve pouca, ou nenhuma, atenção da política externa dos Estados Unidos. Mas, depois dos atentados de 11 de setembro de 2001, esses países viram os norte-americanos procurá-los como parceiros estratégicos na chamada “guerra ao terror”. Em pouco tempo, surgiram bases militares norte-americanas na Ásia Central, próximas aos palcos de guerra (Afeganistão e Iraque), e também ao redor da China. Uma década e duas guerras depois, os americanos ainda permanecem na Ásia Central, sem nenhuma intenção de retirar suas bases de lá. Osama Bin Laden está morto e Saddam Hussein também, as possíveis células terroristas remanescentes não parecem ter força o suficiente para articular outro ataque; então, por que manter bases norte-americanas praticamente no meio do nada? A possível resposta para esta pergunta, não envolve terroristas ou ataques aos Estados Unidos, mas envolve a China.

Os chineses podem não buscar a liderança mundial, mas certamente buscam a asiática. Liderança esta, que os Estados Unidos até o século XXI não conseguiram conquistar, por mais esforços que empreendam na região. E, embora a economia estadunidense não esteja muito bem, eles ainda não estão dispostos a desistir da liderança na Ásia. Desta forma, o interesse da política externa chinesa de criar uma zona de estabilidade em seu entorno, é afetada pela presença norte-americana na região, como uma falha de segurança ao cinturão de paz chinês. Não é recomendável nem aos Estados Unidos, nem à China, que travem uma batalha entre si. Mas há outras formas de frustrar os planos do outro. A China aprofunda a diplomacia do petróleo para ajudar a si mesma e para manter sob sua influência os países da região. Os Estados Unidos, mantém sua presença militar, com exercícios conjuntos e treinamentos com os países da Ásia Central; essas ações não são ameaças, mas não permitem à China esquecer que os Estados Unidos está logo “ali”, a poucos quilômetros de suas fronteiras.

A sofisticação adquirida pela política externa ao longo dos anos permite uma grande variedade de mecanismos de pressão e de projeção. A compra de petróleo, que há algumas décadas seria unicamente uma transação comercial, nas mãos chinesas ganhou novas cores e é uma ferramenta de aproximação, inserção nos Estados vizinhos e de enfraquecimento do poder norte-americano na região. A linha de separação entre amigo–inimigo é cada vez mais tênue: a China pode não ser um inimigo aos olhos estadunidenses, mas também não é um amigo. É o meio termo, ao mesmo tempo que os Estados Unidos percebem a necessidade de aproximar-se da China, os norte-americanos percebem que a expansão chinesa pode vir uma ameaça a sua posição, por esta razão, a China também precisa ser contida. Essa contenção, não precisa ser declarada claramente, é realizada de forma latente e constante. Uma lembrança constante de que os norte-americanos estão ao lado. Se eles serão amigos ou inimigos chineses, o resultado dependerá do comportamento da China com relação aos interesses dos Estados Unidos.

Estrutura do trabalho

Para melhor compreender todos os aspectos desse assunto, a pesquisa será dividida em cinco partes.

A primeira tratará de um apanhado teórico: explicaremos os conceitos e teorias que serão usados ao longo do trabalho para compreender a importância do petróleo, da Ásia Central e das relações sino-americanas na Ásia Central.

Na segunda parte, veremos como é a relação da China com as matrizes energéticas. Isso porque só é possível compreender a importância e notar o tamanho da ameaça, uma vez que conseguimos entender a relação das matrizes energéticas com a economia chinesa. Inicialmente, será mostrado, por meio da apresentação de dados sobre reservas, consumo, aparato governamental, importações e transporte, um quadro amplo sobre como a questão da segurança energética atinge profundamente vários setores essenciais da economia chinesa; além disso, trataremos como a China busca contornar o problema das matrizes energéticas e aumentar o seu grau de segurança energética.

Na terceira parte, explicaremos como o local que lhe fornece maior segurança nas questões energéticas é a Ásia Central. Serão exploradas a política externa chinesa para a Ásia Central, a importância dessa região para as questões energéticas e de segurança, como a China vê a presença norte-americana naquela região. Além disso, apresentaremos como a China usa as relações petrolíferas para fortalecer laços com os países da região e criar áreas de influência de poder.

A quarta parte apresenta a política externa norte-americana para a Ásia Central, qual é a importância da região para os Estados Unidos, o que os americanos tem feito ali e como Washington vê a expansão chinesa na Ásia Central.

Por fim, é oferecida uma pequena análise sobre o que se pode esperar das relações sino-americanas na Ásia Central.

Parte I – Da Segurança às matérias-primas estratégicas

Os interesses, chineses e norte-americanos nos países da Ásia Central são variados e divergem em vários pontos. Porém, estão ligados, formando um grande mosaico que, quando observado com maior atenção, delinea a idéia da disputa de poder entre China e Estados Unidos. Para compreender como essa idéia se forma, é necessário voltar a fragmentar este mosaico e buscar o significado de cada parte que o compõe. Por isso, nesta primeira parte serão apresentados todos os conceitos fundamentais para a compreensão da função de cada fragmento do mosaico.

1.1 As abordagens para a segurança

Nenhum outro termo exerce tamanho poder quanto a palavra “segurança”. “É em seu nome que pessoas têm alienado seus medos, direitos e poderes aos deuses, imperadores e mais recentemente à soberania dos Estados” (DER DERIAN, 1995, p.25).

A longa história de discussão sobre os temas de segurança e de como proteger o Estado tem gerado muito debate sobre o conceito de segurança. Muitas teorias das Relações Internacionais trabalham com definições de segurança, visto que várias interações internacionais ocorrem no âmbito da segurança ou têm ramificações em assuntos de segurança. Por isso, não é surpresa que temas de segurança sejam recorrentes em discussões de Relações Internacionais.

Acadêmicos divergem tanto em relação a definição de segurança quanto ao objeto de sua referência. Para os realistas, segurança é uma questão entendida pelo viés militar, para a defesa da sobrevivência do Estado. Para os liberais, reporta-se à interdependência e ao escopo das instituições internacionais. Aos construtivistas, trabalhar com segurança significa trabalhar com questões de culturas, crenças, normas, ideias e identidades. Os acadêmicos que tratam da chamada “segurança humana” escolheram dar enfoque aos seres humanos, trazendo à esfera de segurança assuntos como o desenvolvimento, a fome e outros males que assaltam os seres humanos. Nos últimos anos, a Escola de Copenhague ganhou destaque ao categorizar uma gama de assuntos de segurança.

De acordo com Deutsch (1978), o exercício de política externa tem, em primeiro lugar, a preservação de sua independência e segurança, em segundo lugar, a promoção e proteção dos

interesses econômicos e, por fim, as questões de preservação/penetração/manipulação de questões de identidade, cultura, ideologia, ambiental e de saúde, conforme a preferência de cada Estado. Podemos notar nesse pensamento de Deutsch que a segurança está ligada à independência, mas está separada de outros assuntos como os econômicos, culturais, ideológicos, ambientais, salutar e de identidade.

Porém, a medida que as relações entre os países atingem um maior grau de complexidade, as relações de segurança também. A segurança ainda é um exercício de política externa, mas, de acordo com a escola de Copenhague, para tratar e evitar as ameaças, é necessário estender a questão de segurança para todos os setores (social, econômico, ambiental, militar e político). A sobrevivência do Estado está também relacionada a suas questões econômicas, sociais, culturais, de identidade e ambientais

Segurança é considerada ser sobre a buscar por ser livre da ameaça e da capacidade dos Estados e das sociedades para manter sua identidade independente e sua integridade funcional contra as forças da mudança que eles vêem como hostil. A linha inferior de segurança é a sobrevivência, mas também razoavelmente inclui um conjunto substancial de preocupações sobre as condições de existência (BUZAN, 1991, p. 432-433).

Em um sistema onde os Estados dependem cada vez mais uns dos outros para alimentos, energia, relações econômicas entre outros, a segurança internacional passou a ser “sobre como coletividades humanas se relacionam entre si em termos de ameaças e vulnerabilidades, embora, às vezes, é sobre as maneiras que tais coletividades se relacionam para resolver as ameaças do ambiente natural” (BUZAN, WAEVER e WILDE, 1998, p.10).

1.2 Os Setores de Segurança

“Segurança é um conceito relativo” (BUZAN, 1991); o quanto um Estado (ou pessoa) percebe seu grau de segurança variará de acordo com a situação em que cada Estado se encontra. Como já foi dito anteriormente, em último caso, segurança é uma questão de sobrevivência. Um Estado, para se constituir, é formado por três componentes básicos: soberania, território e população, formando um círculo, no qual, na ausência de qualquer um desses elementos, o Estado perde a sua estrutura básica. Assim, como o fogo precisa de calor, oxigênio e combustível para existir, o Estado necessita de soberania, população e território. Se faltar oxigênio, calor ou combustível, não há fogo. Se faltar população, soberania ou território, não há Estado. Então, para

ameaçar um Estado, não é preciso atacá-lo como um todo, basta buscar destruir um dos componentes vitais à sua existência.

Em um primeiro momento, é possível afirmar que apenas uma boa estrutura militar é suficiente para proteger o Estado. Mas, ao nos aproximarmos, percebemos que cada componente que compõe o Estado possui sua própria fragilidade.

Uma população pode ser ameaçada ter a sua identidade, sua ideologia, sua cultura, ou a integridade física de cada pessoa que compõe essa população atacadas; seja por fome, praga ou políticas de extermínio. O território está sujeito a ameaças de invasão, destruição de ecossistemas e recursos naturais. A soberania, embora esta também esteja ameaçada quando território ou população estão sob ataque, sofre outras formas de ataque direto como: desestabilização da economia, boicote aos seus produtos, privação de produtos externos cruciais à geração de riqueza e ao bem estar da população ou desestabilização política. Cada item que compõe um Estado, por poder ser ameaçado de outra forma que não a militar, precisa de uma proteção que está também além da esfera militar.

Para compreender como funciona a segurança de um Estado, Barry Buzan buscou entender a estrutura da segurança. Em 1991, publicou *People, State and Fear*, que ofereceu um novo ângulo ao debate do conceito de segurança. Dentre os diversos pontos destacados no livro, um dos mais interessantes ao nosso objeto é a separação das ameaças em cinco setores: militar, ambiental, econômico, societal e político.

Em 1998, a ideia dos setores foi aprofundada, junto com Ole Waever e Jaap de Wilde, no livro *Security: a New framework of analysis*. Os autores afirmam que as ameaças ao Estado só podem ser compreendidas em relação ao seu objeto de referente (objeto que sofre a ameaça).

No caso do setor militar, o objeto referente é o Estado como um todo, mas pode também remeter às instituições políticas importantes ou às próprias forças armadas.

Na prática, a agenda de segurança militar gira largamente em torno da habilidade dos governos de resistirem a ameaças militares internas e externas, mas também envolve o uso do poder militar para defender Estados ou governos contra ameaças não militares a sua existência, como migrações e ideologias rivais (BUZAN; WAEVER; WILDE, 1998, p.50)

No setor político, as ameaças estão voltadas para a soberania ou a ideologia de um Estado. A segurança, nesse sentido, é a estabilidade organizacional da ordem social. E tem como objetivo

pressionar o governo a aceitar alguma política em particular, fomentar separatismos e/ou enfraquecer a estrutura política para um possível ataque.

No setor econômico é mais complicado identificar o objeto referente, pois é difícil separar as ameaças, das tradicionais concorrências de mercado.

A lógica da segurança econômica é similar àquela dos indivíduos [...]. Um Estado tem o equivalente às necessidades humanas. A menos que um Estado seja auto-suficiente em recursos necessários para alimentar sua população e indústria, há a necessidade de acesso a suprimentos externos. Se esse acesso for ameaçado, a economia nacional pode ser clara e legitimamente securitizada (BUZAN; WAEVER; WILDE, 1998, p.105)

As identidades coletivas são o objeto referente do setor societal. A agenda de segurança de tal setor gira em torno da proteção de grupos e identidades que podem ser ameaçados por despovoamento (seja fome, praga, guerra, catástrofe natural ou políticas de extermínio) ou migrações que podem causar mudança de composição da população, influência linguística e cultural de país vizinho ou projetos separatistas.

E, por fim, o setor ambiental, que envolve a sobrevivência de fauna e flora, manipulação do clima e da biosfera. Esse tem como objeto referente o relacionamento entre as espécies humanas e o restante da biosfera para que haja uma relação sustentável sem colapsar a civilização, o meio ambiente ou ambos.

Apesar da importância única de cada setor, o setor militar ainda é dominante nos assuntos de segurança. Cada setor de ameaça acrescenta vários temas de segurança, mostrando as diversas formas que um Estado pode ser ameaçado ao minar atividades e bases essenciais.

1.3 Como a China entende o conceito de segurança

Cada Estado tem sua própria percepção de ameaça e de segurança. Com a China isso não é diferente. No livro branco chinês, podemos observar que a China tenta esclarecer ao máximo seu comprometimento com um desenvolvimento pacífico e seu papel no mundo. Um pouco diferente dos livros brancos de países como Canadá, França e Estados Unidos, o chinês não faz menção sobre quem (ou o quê) seria uma ameaça à China, muito menos quais seriam as definições claras de assuntos emergentes, como o terrorismo.

Durante toda a redação do documento, é possível observar uma postura defensiva, na qual os chineses procuram deixar claro que seu comprometimento é com o desenvolvimento nacional e que, para atingir tal objetivo, é necessário manter a paz e as boas relações com os demais países.

China deve desenvolver-se através da manutenção da paz mundial e contribuir para a paz mundial através do seu próprio desenvolvimento. Deve alcançar o desenvolvimento com seus próprios esforços e pela realização da reforma e da inovação; ao mesmo tempo, deve abrir-se para o exterior e aprender com outros países. Deve buscar o benefício mútuo e o desenvolvimento comum com outros países em consonância com a tendência da globalização econômica, e deve trabalhar em conjunto com outros países para construir um mundo harmonioso de paz duradoura e prosperidade comum. Este é um caminho de desenvolvimento científico, independente, aberto, pacífico, cooperativo e comum. (Livro Branco Chinês, 2010, p.2)

O livro Branco chinês é um bom exemplo de como a segurança evoluiu para além dos assuntos militares. Ao longo do livro são abordados assuntos como desenvolvimento econômico e desenvolvimento técnico-científico. Todavia, ressaltamos as constantes afirmações sobre a questão da hegemonia. Em determinado trecho do livro, encontramos a seguinte proposição: “China se esforça para dar a sua devida contribuição para a paz mundial e desenvolvimento. Nunca se envolver em agressões ou expansão, nunca buscar a hegemonia, e continua sendo uma força firme para manutenção a paz regional e mundial e a estabilidade.” (Livro Branco Chinês, 2010, p.2). A China busca em seu documento de defesa deixar claro que não é a sua intenção buscar a hegemonia, um esforço em demonstrar que evitará entrar em choque com a posição de líder mundial dos Estados Unidos.

1.4 Do grande jogo ao grande tabuleiro de xadrez

Não se sabe ao certo quando foi cunhado o termo “O Grande Jogo”; a sua popularização aconteceu no início do século XX, em 1901, com a publicação do livro “Kim³” de Robert Kiplin.

A expressão significa “A luta para o domínio político, controle e segurança conduzido por dois poderes imperiais sobre a terra e população, cujo valor jaz em sua localização entre os Impérios Russo e Britânico” (EDWARDS, 2003, p.84). A região que engloba a Ásia Central e os países ao redor do Cáucaso é conhecida por possuir grandes quantidades de fontes energéticas,

que é indispensável a qualquer nação nos tempos de hoje. A posição geográfica da Ásia Central é favorável para distribuir produtos tanto para a Europa quanto para a Ásia.

Devido a essas características, o interesse sobre a Ásia Central ampliou-se, e outros países, além de Rússia e Inglaterra, passaram a participar da busca por influência e fontes energéticas na região. O então chamado “novo grande jogo”, que surgiu nas últimas décadas do século XX, foi composto por Estados Unidos, Rússia e China, os quais competem por influência, seja ela política ou econômica, em torno das riquezas e potencialidades da Ásia Central.

O elemento básico do chamado “Grande Jogo” é a competição pela Ásia Central. Nos anos 1990, esta ideia reascendeu com o livro de Zbigniew Brzezinski, *The Grand chessboard*, aprofundando as dimensões do termo “grande jogo”, com a adição de elementos da geopolítica e apresentação de definições relativas às interações e ao comportamento dos atores.

Brzezinski trata a região da Ásia Central como “Balcãs Eurasianos”, uma área significativa para a geopolítica por sua quantidade de recursos e posição estratégica.

O momentum de desenvolvimento da economia asiática já está gerando uma pressão massiva para a exploração e prospecção de novas fontes de energia, e a região da Ásia Central e a bacia do mar Cáspio são conhecidas por conter reservas de petróleo e gás natural que superam as do Kuwait, Golfo do México e mar do Norte. (BRZEZINSKI, 1998, p.125)

De acordo com o autor, o país que dominar a Eurásia conseguiria dominar o mundo, porque controlar a Eurásia implica a subordinação da África, tornando o hemisfério ocidental e a Oceania geopoliticamente periféricos ao continente central do mundo. A proximidade da China com a Ásia Central, fortalece o país como jogador estratégico. Um jogador estratégico é aquele que tem capacidade de exercer poder e influência além de suas fronteiras, em ordem de alterar o estado da ordem geopolítica existente. Assim, ao se projetar além de suas fronteiras, a China dilui a influência estadunidense nos seus arredores.

O quão grande é a esfera de influência chinesa, e em que medida a América deve se preparar para considerar aceitável como parte de uma bem sucedida política de co-optação da China em assuntos do mundo? Quais áreas, que agora ainda estão fora do raio político da China, poderão ser concedidas para o reino do Império Celestial reemergente? (BRZEZINSKI, 1998, p.54)

Essas são duas perguntas que Brzezinski fez em 1998 e que continuam parcialmente sem resposta. Dizemos parcialmente, pois, a China vem provando nos últimos anos que poderá ter uma esfera de influência na Ásia bem maior que a dos Estados Unidos poderia vir a ter.

A segunda questão continua sem resposta, porque depende de vários fatores que, por enquanto, continuam nebulosos no cenário internacional como, por exemplo, os impasses marítimos no mar asiático e a situação econômica mundial.

Outra pergunta feita pelo mesmo autor naquela época continua sem uma resposta clara “A coalizão entre América e China é inevitável?”(BRZEZINSKI, 1998, p.152)

Embora o mundo tenha mudado em muitos aspectos desde a publicação do livro (a exemplo, tudo o que concerne ao Afeganistão, que teve sua imagem totalmente reavaliada depois do 11 de Setembro), muito do que diz respeito ao relacionamento China - Estados Unidos continua válido. A ideia de uma China regional, mas não global, corresponde ao que vemos hoje. E, por enquanto, embora a economia chinesa ainda esteja pujante, a China busca a cada dia se fazer mais presente no mundo, seja comercialmente ou culturalmente (a China abriu 322 Institutos Confúcio em 96 países no final de 2010).

O desenvolvimento chinês realmente causa efeitos colaterais no país, como a necessidade por mais energia, muito além do que possui em reserva, o que gera altos custos e vulnerabilidade a pressões externas. Além do mais, para ser global, a China precisará atingir um grau de abertura bem acentuado, o que é incompatível com a fechada, rígida e burocrática ditadura do Partido Comunista Chinês (PCC). Apesar disso, com o passar dos anos a política do PCC parece menos ideologizada e muito mais voltada para uma questão de interesse burocrático. O que se espera é uma colisão entre o mundo externo e a reservada, rígida e disciplinada realidade chinesa.

Por enquanto, com as adaptações feitas pelo PCC, o chamado comunismo com características chinesas tem funcionado bem. Mas essa tranquilidade interna tem como base o alto crescimento econômico e constante melhoria na qualidade de vida, padrões que não se sabe até quando poderão ser mantidos.

Segundo Brzezinski, a China tem como objetivos firmar-se como potência regional, evitando qualquer conflito sério com os vizinhos, montar sua área de influência (não confundir com Zona de domínio político exclusivo, que a URSS fez no leste europeu), domínio do mar sul da China se aproximar da Ásia Central por questões energéticas, e evitar uma consolidação e expansão americano-japonesa.

Os Estados Unidos procuram manter sua hegemonia em todo o mundo e, a medida que a China cresce e se desenvolve, se torna uma ameaça, mesmo que não intencional, aos norte-americanos. Segundo Saint-Piere (2008) um Estado sente-se seguro e livre de ameaças quando nada pelo qual prezamos está em risco

a percepção da ausência de ameaças que colocam a vida, propriedade, interesses, valores ou o modo particular de ser de quem a percebe em risco. Com efeito, nos sentimos seguros quando não percebemos ameaças para a paz, isto é, quando nada nos preocupamos está em risco.” (SAINT-PIERRE, 2008, p.59)

De acordo com Brzezinski, a China não era uma potência mundial (e ainda não o é), mas deve ser tratada como um importante jogador geoestratégico pelos norte-americanos. Quanto à China, não lhe cabe outra opção a não ser procurar manter sua economia em crescimento acelerado, mesmo que dependente de fluxos financeiros do ocidente.

1.5 Fricção e a Paz Fria e Morna

No campo de batalha vários erros, contratempos e problemas podem acontecer, seja por interferência do inimigo, seja por problemas para implementar o planejado; são falhas ordinárias, desentendimentos, ruídos de comunicação e retardos (LUTTWAK, 2009), pequenas coisas que atrapalham o bom desempenho no campo de batalha. Gerando o que é chamado de fricção, um desgaste psicológico ocasionado por uma sucessão de falhas e pequenos problemas. O mesmo acontece nas Relações Internacionais: pequenos problemas, desentendimentos, informações incompletas, cidadãos deportados, exercícios militares não programados (ou desmarcados no último momento sem explicações satisfatórias), geram uma espécie de fricção que desgasta as relações entre os atores. Todos esses atos são tolerados em um primeiro momento, algumas vezes são contestados, não são motivo suficiente para gerar um conflito, apenas desconforto nas relações.

O problema que surge é que essa fricção deteriora aos poucos o relacionamento entre países, até o ponto em que as relações ficam tensas, sensíveis e os laços de confiança se perdem ou ficam muito frágeis, de modo que qualquer ação alheia pode ser vista com desconfiança ou como provocação. Ao atingir este nível, está instaurada a paz fria.

Segundo Kupchan (2001), nas relações entre Estados, principalmente em cenários de transição de poder, podem ocorrer três possíveis desenlaces: a guerra (conflito violento), a paz

fria(estabilidade firmada na competição e na dissuasão mútua) e a paz morna (estabilidade firmada na cooperação e na mútua reafirmação).

Um paz fria pode transformar-se em uma paz morna, se atender algumas condições:

- Acomodação unilateral: uma parte faz determinada concessão, como gesto de boa vontade.
- Contenção recíproca: a expectativa de reciprocidade produz várias repetições de gestos de boa vontade.
- Interação societal: com uma interação mais frequente e intensa, começam a surgir laços de confiança.
- Geração de narrativas: os atores começam a buscar e a usar aspectos compatíveis, compartilhados e comuns de suas identidades (KUPCHAN, 2010)

Segundo Kupchan, esses fatores levam países de posições de paz fria a um grau de paz morna e, se perdurarem, atingem o nível de paz estável. Nele pode ocorrer desde uma aproximação até a formação de uma comunidade de segurança e, em casos mais extremos, a formação de uma união.

1.6 Amigo e Inimigo

Carl Schmitt, em 1932, na obra *O conceito do político*, destacou que a condição básica para uma boa definição de político é identificar quem são seus amigos e quem são seus inimigos. A forma mais eficaz para essa verificação é procurar quem se enquadra na figura de inimigo; assim, é possível caracterizar o extremo grau de intensidade de união ou separação

O inimigo político não precisa ser moralmente mau, não precisa ser esteticamente feio; ele não tem de se apresentar como concorrente econômico e, talvez possa até mesmo parecer vantajoso fazer negócios com ele. Ele é precisamente o outro, o desconhecido, e para sua essência, basta que ele seja, em um sentido especialmente intenso, existencialmente algo diferente e desconhecido, de modo que, em caso extremo, sejam possíveis conflitos com ele, os quais não podem ser decididos nem através de uma normalização empreendida antecipadamente, nem através da sentença de um terceiro “não envolvido” e, destarte, “imparcial” (SCHMITT, 2009, p.28)

Ao pensar esse conceito, Schmitt descrevia apenas situações em campos de batalha, contudo, o que o autor não poderia prever, em 1932, é que sua descrição de inimigo seria usada

nos dias de hoje sob uma nova roupagem: a dos “*frenemies*” (junção das palavras amigo e inimigo, em inglês). Este termo surgiu para expressar uma relação na qual os indivíduos não são inimigos mortais, mas possuem um grau menor de inimizade; não são inimigos, mas estão longe de uma relação de amizade. Eles não se veem como feios, maus e é até vantajoso relacionarem-se entre si, mas o outro sempre é aquele que deve ser mantido de fora, longe, o outro é o desconhecido e, por consequência, uma ameaça.

A questão dos “*frenemies*” é que, assim como no “inimigo” político de Schmitt, há uma declarada animosidade entre ambas partes, a ponto de haver um conflito em circunstâncias extremas; pode ser vantajoso manter negócios e as duas partes, no contexto dos “*frenemies*”, até mantém relações comerciais e diplomáticas, ou seja, coexistem, e, se for o caso, preferem outros meios, que não o bélico, para demonstrar sua animosidade; esta é a sutil diferença entre “*frenemies*” e o inimigo político de Schmitt. A sofisticação política permite ter e ameaçar um “inimigo” sem utilizar de recursos extremos ou prejudiciais à sua economia.

1.7 Matérias-primas estratégicas

A política externa de cada país é influenciada por questões de acesso a recursos estratégico. Agora o quanto os esforços para obter esses recursos afetam a política externa dependerá das particularidades de cada país (quem são os fornecedores, qual é o item desejado, qual é a quantidade necessária). Mas como podemos identificar qual matéria-prima é a estratégica?

Genericamente, matérias-primas estratégicas são aqueles recursos naturais ou commodities essenciais para a segurança nacional e estabilidade econômica (LIPSCHUTZ, 1987).

Assim, qualquer interrupção, mesmo que temporária, nos fluxos de tais matérias (ou apenas a ameaça de interrupção) pode causar um mal-estar na economia e, como consequência, reduzir sua estabilidade interna e, até mesmo, a influência de um país na política internacional. Destarte, ter o controle de recursos estratégicos que estão além de suas fronteiras pode ser uma questão de sobrevivência.

A distribuição de fontes energéticas e recursos naturais é desigual em todo mundo. Nem todos os países possuem, em quantidade suficiente, tudo o que consomem, e em raros casos possuem muito mais do que precisam. É por esse padrão de distribuição desproporcional de matérias-primas que muitos países precisam buscar e assegurar no exterior fontes para essas matérias.

Em 1981, o congresso norte-americano publicou *A Congressional Handbook on U.S. Materials Import Dependency/Vulnerability* e, neste, estipulou quinze critérios para identificar suas matérias-primas estratégicas:

1. Número de fontes de fornecimento e localização
2. Total de consumo doméstico de fontes de fornecimento além mar
3. Grau de importância para a economia doméstica
4. Facilidade que a indústria teria para substituir a matéria-prima ou serviço em questão por outra matéria
5. Taxa de aumento de consumo deste material
6. Necessidade militar do material
7. Valor em dólar do material usado pela nação
8. Importância deste material para as economias aliadas
9. Extensão da competição mundial para as reservas restantes
10. Tempo necessário para expandir as fontes de fornecimento
11. Impacto de um choque súbito da interrupção de fornecimento
12. Tempo necessário para implementar políticas de substituição
13. Probabilidade de uma interrupção e a duração de tal evento
14. Fator de poder de alavancagem
15. Aspectos políticos e econômicos da situação de fornecimento e demanda (U.S. CONGRESS, 1981, p. 45-46 *apud* LIPSCHUTZ, 1987, p.38)

Embora o congresso americano tenha elaborado esses critérios há trinta anos, eles ainda são válidos para avaliação da importância de uma matéria-prima.

A decisão de criar esses fatores foi um reflexo das crises do petróleo de 1973 e 1979. A crise do petróleo teve início em 1973, quando os países membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) diminuíram a oferta de petróleo, o que fez o preço do barril subir de US\$3,29 para US\$ 15,89⁴. Isso foi o estopim para a crise econômica da década de 80.

É neste período que a expressão “segurança energética” passou a figurar nos debates políticos e a integrar a pauta de assuntos sobre segurança no cenário internacional. Mediante tal comoção da comunidade internacional, vários acadêmicos e analistas passaram a se debruçar sobre essa questão e, então, sobreveio a necessidade de se definir o termo “segurança energética”.

⁴Em valores corrigidos de 2009, isso seria um aumento de US\$15,89 em 1973 para US\$50,41 o barril em 1974. Fonte: BP Statistical Review of World Energy June 2010.

Uma das primeiras definições, utilizadas por autores que trabalham com segurança energética como: Proninska (2007), Yergin (2006), Leung (2010), Palonkorpi (2010) e Khatib (2000), a coloca como a disponibilidade de recursos energéticos em quantidades suficientes a preços acessíveis.

Contudo, quando observamos esta definição atentamente, percebemos que ela não é suficiente para abranger todos os aspectos políticos e estratégicos concernentes à segurança energética, por ser muito vaga e restrita à esfera econômica.

Na literatura sobre o tema, é possível verificar diferentes interpretações do que vem a ser entendido como “segurança energética”. Em uma tentativa de organizar as diversas definições de segurança energética, Yi-Chong separa os autores em duas vertentes. A primeira trata segurança energética como sendo, não só um problema de acesso a matrizes energéticas primárias, mas também como uma questão de distribuição e de articulação de políticas domésticas sobre energia.

Energia primária vem do carvão, petróleo, gás, hidrelétricas e outras fontes renováveis. Uma grande proporção da energia primária é convertida em eletricidade e, na verdade, nas economias mais avançadas, uma grande proporção do consumo final é representada pela eletricidade. Consequentemente, políticas de segurança energética não são apenas sobre assegurar acesso a energia primária, mas também, e mais importante, assegurar suprimentos confiáveis de energia final que dependem em um número de fatores: reformas no mercado para melhorar a economia e eficiência energética, aliviar os gargalos nas rotas de transporte, prevenir apagões em grandes áreas [...] proteção de usinas e redes de energia de ataques terroristas e conservação de energia(YI-CHONG, 2006, p.266)

Podemos encontrar nesta vertente os autores: Austin (2005); Buchan (2002); Baumann (2008) e McNeal (2005). Todos estes defendem que, além de garantir um suprimento contínuo de fontes primárias de energia, um país só possui segurança energética quando há boas estruturas internas para refinamento, distribuição, aumento da eficiência energética, além de formas alternativas de geração de energia com itens disponíveis em seu próprio território, ou seja, um país está vulnerável quando não tem boas estruturas para garantir o consumo final de energia ou formas de proteger suas estruturas energéticas contra eventuais ameaças.

A segunda vertente define que segurança energética é relativa a problemas de suprimento, equiparando-a ao termo autossuficiência. Esta vertente destaca que, a partir do momento em que um país começa a importar grandes quantidades de matrizes energéticas, fica a mercê de pressões externas, tanto de mercado quanto, principalmente, políticas, uma vez que as matrizes energéticas poderão ser usadas como objeto de barganha. Isso ocorre porque as fontes energéticas são

essenciais para o desenvolvimento econômico, por serem força motriz das indústrias e dos transportes, além de essenciais para movimentação de aparatos militares.

Como se pode observar, as matrizes energéticas são de suma importância para qualquer Estado e, por esta razão, a busca por assegurar fontes primárias de energia pode desencadear rivalidades políticas e militares entre os países importadores. Falando especificamente sobre isso, Yi-chong assevera que:

Focando no lado do fornecimento, primariamente de petróleo e gás, e sendo ele estadocêntrico, nos permite igualar segurança com autossuficiência, que é quando um país começa a importar uma grande quantidade de petróleo e gás e este se torna vulnerável a potenciais sanções energéticas que, provavelmente, comprometerão na competição política e militar com outros países importantes importadores de energia (YI-CHONG, 2006, p.266).

Podemos encontrar essa segunda visão sobre segurança energética nos trabalhos de diversos autores como: Calder (1996); Downs (2000); Yergin (1988) e Daojiong (2006). Todos eles tratam a segurança energética como uma questão de abastecimento.

Diante de tal entendimento da segurança energética, podemos observar que a China proporciona um cenário de estudo muito interessante. Sem dificuldade, podemos notar que há uma séria deficiência nas estruturas energéticas chinesas e, ainda, uma reduzida exploração de seu potencial energético nos setores de geração de energia com força hidrelétrica e de energia limpa: apenas 6% da energia consumida na China é proveniente de fontes hidrelétricas, enquanto um percentual irrisório de 0,2% corresponde a fontes renováveis (EIA, 2011).

Isso deixa a China momentaneamente em uma situação de falta de segurança energética nos termos da primeira vertente. Contudo, a ausência desses fatores não preocupa os chineses, uma vez que essas estruturas insuficientes ou inexistentes estão sendo construídas e, em pouco tempo, estarão em operação. Como se pode inferir, a preocupação do governo chinês tem seu liame na segunda vertente de segurança energética.

Nos últimos tempos, especificamente a partir de 1990, a China transformou-se em um grande importador de fontes energéticas primárias. Destaca-se aí o petróleo: dos 8625 milhares de barris consumidos diariamente pela China, 4086 milhares são importados, o que faz da China um dos maiores consumidores e importadores de petróleo, atrás apenas dos Estados Unidos, que

consome 18686 milhares de barris e importa 8893 milhares de barris de petróleo por dia. Assim, ambos são largamente dependentes do abastecimento externo.⁵

Conforme afirmamos anteriormente, a busca por petróleo no mercado mundial desencadeia rivalidades políticas entre os maiores importadores: podemos notar que a questão energética suscita a rivalidade entre Estados Unidos e China, rivalidade esta agravada pela forma que a China obtém petróleo. Os chineses lançam mão da compra de petróleo como uma ferramenta de construção de laços de confiança. Uma vez definido o país fornecedor, a China não só lhe oferece o pagamento pelo produto (ou pelas concessões de exploração de jazidas), mas também serviços, como construção de estruturas básicas (estradas, ferrovias e saneamento) e de empréstimos a juros razoáveis para países que não se podem comprometer com as exigências dos bancos mundiais.

Essa política extremamente pragmática tornou-se conhecida como diplomacia do petróleo e tem ajudado a China a projetar-se internacionalmente, construindo uma área de influência com os países ao seu entorno, principalmente com a região da Ásia Central.

O crescimento e desenvolvimento da China causam desconforto nos norte-americanos. Como se verá adiante, os Estados Unidos percebem a ascensão da China (mesmo um desenvolvimento pacífico) como um desafio à ordem pós-Guerra Fria (BUZAN, 2008). Em vista disso, os Estados Unidos buscam coibir o comportamento chinês militarizando seu entorno e as rotas marítimas, isso porque um país que se sente vulnerável não buscará se expor a maiores conflitos, daí a importância da Ásia Central⁶. Esta região reúne cinco países (Cazaquistão, Turcomenistão, Uzbequistão, Quirguistão e Tadjiquistão) e é rica em hidrocarbonetos e outras matérias-primas essenciais como, por exemplo, o minério de ferro. Devido a estas características e à sua posição privilegiada, a Ásia Central tem uma grande importância estratégica, tanto para os Estados Unidos quanto para a China.

⁵ BP Statistical Review of World Energy – June 2010

⁶ Isso não deve ser aplicado à todos os casos, por exemplo a Síria. Mas no caso da China, se expor a conflitos externos, significa uma ameaça à velocidade de seu crescimento econômico. Tão importante para manter a estabilidade interna. Segundo Kuegler e Organski “Desafiantes [para o sistema internacional existente] são grandes nações poderosas e insatisfeitas que cresceram em poder após da imposição da ordem internacional existente. Suas elites enfrentam circunstâncias onde os principais benefícios da ordem internacional já foram alocados. As condições para o conflito estão presentes. A paz é ameaçada quando os desafiantes procuram estabelecer um novo lugar para si na ordem internacional, um lugar o qual eles acreditam que seu poder crescente lhes dá direito.” (KUGLER; ORGANSKI, 1989, p.174 *apud* SHAMBAUGH, 1996, p.186)

1.8 Vulnerabilidade e Sensibilidade

Em 2001, Robert Keohane e Joseph Nye publicaram *Power and Interdependence*, obra que procurava compreender como o poder (habilidade de um ator de coibir os demais a fazer algo que eles normalmente não fariam) e a interdependência (dependência mútua) interagem e influenciam a política internacional ao nível sistêmico. Mas para entender o papel do poder na relações de interdependência, os autores definiram duas dimensões desta última, a vulnerabilidade e a sensibilidade.

Sensibilidade envolve graus de responsabilidade com uma estrutura política – o quão rápido as mudanças em um país traz mudanças em outro, e quão grande são os custos dessas mudanças? Isto é medido não apenas pelo volume que flui entre fronteiras, mas também pelo custo que as mudanças causam para a transição das sociedades ou governos (KEOHANE; NYE, 2001, p.10).

A vulnerabilidade é caracterizada pelas consequências sofridas por um país quando políticas externas a ele são alteradas.

Vulnerabilidade pode ser definida como a predisposição de um ator a sofrer as despesas impostas por eventos externos, mesmo depois que as políticas domésticas tenham sido alteradas. [...] Dependência vulnerável pode ser medida somente pelo custo de fazer ajustes efetivos para a mudança do ambiente em um período de tempo (KEOHANE; NYE, 2001, p.11-12).

Os autores afirmam que a vulnerabilidade é mais relevante que a sensibilidade para explicar a interdependência entre as relações, sejam elas, sociopolíticas ou político-econômicas. A sensibilidade omite a dimensão do custo, detalhe que o conceito de vulnerabilidade não explicita. Ao tomar uma decisão, os estrategistas pensam o que se pode fazer naquela situação e qual será o custo disso. Por isso, é necessária a questão do custo. Isso não significa que a sensibilidade não seja importante, pois é a sensibilidade que identificará qual é o ponto que sofrerá a mudança que acarretará algum custo.

2 Parte II – Petróleo na China

Para compreender a importância da Ásia Central para a China na questão energética, é necessário entender a dimensão do problema energético chinês. Assim, nesta segunda parte do trabalho, será apresentado como se constituiu o problema de segurança energética na China, com detalhes tais como: o aumento do consumo, características das estruturas e fontes disponíveis.

2.1 Panorama sobre o setor energético chinês

O acelerado crescimento chinês demanda grandes quantidades de energia para sustentar-se. A China não é criticamente desprovida de recursos energéticos como o Japão ou alguns outros países da Europa. Em território chinês há reservas substanciais de carvão (13,9% das reservas mundiais), e modestas reservas de petróleo (1,1% das reservas) e gás natural (1,3% das reservas mundiais). Contudo, estas reservas não são suficientes para sustentar o consumo.

O carvão é o item presente em maior quantidade na China e, por esta razão, sempre foi a principal fonte primária de energia. A maior concentração de jazidas de carvão está no norte do país, nas províncias de Shanxi e Mongólia Interior. Essas duas regiões correspondem a mais da metade das reservas.

Das jazidas de carvão, 54,4% são do tipo betuminoso, 29,4% são sub-betuminosas e 16,2% são lignites (NI, 2009). As reservas do nordeste chinês (oeste da Mongólia Interior, na província de Shanxi) produzem um carvão de alta qualidade e valor econômico (o betuminoso, que contém mais de 80% de carbono) e em grande quantidade. A província de Shanxi possui 105 bilhões em reservas de carvão, enquanto a Mongólia Interior conta com 80 bilhões de toneladas, isto é, mais da metade de todo o carvão disponível na China (China Energy Databook, v.7, 2008).

O consumo de petróleo na China atinge uma média de 9758 milhares de barris por dia, inferior apenas ao consumo americano de 18835 milhões de barris. E a produção chinesa é de apenas 4090 milhares de barris por dia⁷. As reservas são baixas: 14,7 bilhões de barris, que estão concentrados nos campos de Daqing (maior campo), Shengli (segundo maior campo) e Liaohe. Em 2006, estes campos foram responsáveis por 44,8% da produção chinesa de petróleo.

⁷ BP Statistical Review of World Energy – June 2012

Em 2007, a *China Natural Petroleum Corporation* anunciou o que veio a ser considerada a maior descoberta nos últimos 40 anos: o campo de Jidong em Caofeidian, na cidade de Tanshan, ao norte da província de Hebei. É estimado que neste campo tenha cerca de 1 bilhão de toneladas de petróleo, o equivalente a 7,35 bilhões de barris. Mais de 80% dos campos de petróleo chineses estão concentrados *onshore*.

Tão preocupante quanto a baixa quantidade de petróleo em seu território é a quantidade de gás natural. A produção de gás natural não recebia grandes atenções até o início do ano 2000, visto que era considerado apenas um subproduto do petróleo e usado pelas próprias empresas de extração do mesmo. Com o objetivo de urbanizar e modernizar várias cidades, o governo chinês passou a investir massivamente neste setor.

Segundo relatório da Asia-Pacific Energy Research Center (APERC) de 2010, as reservas de gás natural cresceram em uma média anual de 475,3 bilhões de metros cúbicos desde 2000. De acordo com o último relatório, a China possui 1,3% reservas mundiais, cerca de 2,46 trilhões de metros cúbicos. Assim como os demais combustíveis, as maiores reservas de gás natural também estão na região norte e nordeste da China. Embora a produção de petróleo aumente a cada ano, os campos de Daqing, Liaohe e Shengli tem apresentado um declínio em sua produção desde 2000.

Vale lembrar que, apesar dos números apresentados até o momento serem expressivos, a China ainda se encontra em uma posição de baixa segurança energética, porque seu consumo cresce muito mais rápido do que as reservas possam suportar, o que obriga a China a importar uma maior quantidade de matrizes energéticas a cada ano. Para elucidar esta afirmação, temos o caso do carvão: a China, que sempre foi uma exportadora deste produto, passou a importá-lo desde 2009 (APERC, 2010).

A China é o segundo maior consumidor de energia do mundo. Na medida em que a China se desenvolve e aumenta o número de cidades que estão sendo modernizadas, é possível estimar que o consumo chinês de energia só crescerá nos próximos anos. Um habitante de zona urbana consome, em média, 2,5 vezes mais energia que um habitante da zona rural. (SÉBILLE-LOPEZ, 2006). Com uma taxa de urbanização de 3,10% de 2005-2010, espera-se que, em 2015, o número de habitantes urbanos ultrapasse os que vivem nas zonas rurais, e que, em 2050, atinja a marca de 72% de urbanização⁸.

⁸ UN World Urbanization Prospects - The 2007 Revision Population Database

nucleares¹¹. Dentre os setores que mais consomem energia em geral, estão os setores industrial (72%), residencial (11%) e de transportes (8%). Com a mudança do direcionamento econômico chinês, a partir do início da década de 1990, esse setor começou a aquecer-se e seu consumo de energia cresceu moderadamente, mas deu um salto expressivo de 100.000 SCE para 200.000 SCE em 2008.¹²

Como se apontou anteriormente, o setor residencial é o segundo maior consumidor de energia. Isso se deve à melhoria das condições de vida da população. Conforme podemos notar no gráfico 11, o PIB per capita chinês deu um enorme salto, triplicou em um período de dez anos, de 4.044 Yuan remimbi, em 1994, para RMB 12.336, em 2004, e duplicou de 2004 para 2009, quando atingiu a marca de RMB 25.575.

Embora a distribuição de renda ainda seja um dos maiores problemas da China, é impossível ignorar o impacto que esse aumento no valor do PIB teve na vida de milhões de seus habitantes. O país está modernizando aproximadamente 170 cidades, cada uma com mais de 1 milhão de habitantes, o que poderá aumentar o número de empregos, que, por sua vez, aumentará a renda, que, como consequência, aumenta a procura por bens de consumo e, por fim, aumentará a demanda por energia.

Nas tabelas 4 e 5 notamos que o padrão de vida da população aumentou ao longo dos anos. Mais interessante é notar o aumento expressivo de bens duráveis e de necessidade básica, principalmente no período de 1990-2000, refletindo o ímpeto da economia chinesa.

¹¹ China's Statistical Yearbook, 2010

¹² China's Statistical Yearbook, 2010

Tabela 1. Bens de Consumo Duráveis em Áreas Urbanas (a cada 100 casas)

Item	1990	1995	2000	2005	2008	2009
Aparelho de Som	-	10,52	22,2	28,79	27,43	28,21
Aquecedor de água para chuveiro	-	30,05	49,1	72,65	80,65	83,39
Aparelho de ar condicionado	0,34	8,09	30,8	80,67	100,28	106,84
Automóvel	-	-	0,5	3,37	8,83	10,89
Câmera	19,22	30,56	38,4	46,94	39,11	41,68
Câmera de Vídeo	-	-	1,3	4,32	7,12	7,77
Celular	-	-	19,5	137	172,02	181,04
Computador	-	-	9,7	41,52	59,26	65,74
Máquina de Lavar	78,41	88,97	90,5	95,51	94,65	96,01
Micro-ondas	-	-	17,6	47,61	54,57	57,18
Motocicleta	1,94	6,29	18,8	25	21,39	22,4
Refrigerador	42,33	66,22	80,1	90,72	93,63	95,35
Telefone	-	-	-	94,4	82,01	81,86
Televisor a cores	59,04	89,79	116,6	134,8	132,89	135,65

Fonte: China Statistical Yearbook 2010.

Em áreas rurais, podemos observar mudanças mais dinâmicas, como a redução gradual do número bicicletas e o abrupto aumento de telefones celulares.

Tabela 2. Bens de Consumo Duráveis em Áreas Rurais (a cada 100 casas)

Item	1990	1995	2000	2005	2008	2009
Máquina de lavar	9,12	16,9	28,58	40,2	49,11	53,14
Refrigerador	1,22	5,15	12,31	20,1	30,19	37,11
Aparelho de ar Condicionado	-	0,18	1,32	6,4	9,82	12,23
Ventilador de teto	-	0,61	2,75	5,98	8,51	9,75
Bicicleta	118,33	147,02	120,48	98,37	97,58	96,45
Motocicleta	0,89	4,91	21,94	40,7	52,45	56,64
Telefone	-	-	26,38	58,37	67,01	62,68
Celular	-	-	4,32	50,24	96,13	115,24
Televisor em preto e branco	39,72	63,81	52,97	21,77	9,88	7,65
Televisor a Cores	4,72	16,92	48,74	84,08	99,22	108,94
Câmera	0,7	1,42	3,12	4,05	4,43	4,76
Computador	-	-	0,47	2,1	5,36	7,46

Fonte: China Statistical Yearbook 2010.

Isto tem relação com o fenômeno que já se vislumbra desde 1990, qual seja, o despertar da economia chinesa, a urbanização que influencia não só no consumo de energia, mas também no perfil de escolaridade e emprego. Segundo Davidovic, isto acontece porque “a nova classe média tem maior probabilidade de trabalhar em um escritório que em uma fábrica e tem mais dinheiro sobrando para gastar em bens de consumo e serviços” (DAVIDOVIC, 2008, p.6). Esta posição é reafirmada por Kiesow: “agora a população já pode adquirir bens de consumo que demandam maior quantidade de energia como carros, aparelhos elétricos como ar condicionado, refrigeradores e aquecedores” (2005, p.13).

Este aumento no consumo de energia reflete o comportamento de uma nova geração, que possui melhores condições de vida e não viveu o período de fome.¹³ A melhoria na economia também impulsionou mudanças no setor de transportes. No documentário de Billon e Pitten (2008), o conselheiro em assuntos de petróleo do governo George W. Bush, Matt Simmons, declara que a primeira vez que foi à China, em 1997, o tráfego chinês era basicamente de bicicletas, com pouquíssimos carros, e que todo o sistema de transportes, como as estradas e aeroportos, ainda estava em construção. Quando voltou à China, sete anos depois, ele já encontrou uma situação completamente diferente, como engarrafamentos de carros, inimagináveis em 1997. Isso porque, em 1990, a China possuía 5 milhões de veículos, esse número saltou para 62 milhões em 2009¹⁴.

Diante de tal cenário energético, a China não possui outra saída a não ser buscar petróleo em outros países. Numa tentativa de atenuar a situação, o investimento na indústria energética aumentou significativamente nos últimos anos, isto é, de 109,28 em 1993, para 434,18 em 2003. Mas, ainda assim, a China precisa buscar metade do que consome em outros países.

A estratégia principal é simples: obter a maior quantidade possível de barris de petróleo e/ou campos de exploração no maior número de países, o que exige uma ação global e diversificada, como mostra o balanço feito por Lieberthal e Herberg. Os investimentos e compras de petróleo são feitos pelas próprias companhias petrolíferas chinesas (CNPC, CNOOC e Sinopec).

¹⁴ China Statistical Yearbook 2010

2.2 Empresas petrolíferas chinesas e a Comissão Nacional de Energia

A *China National Petroleum Corporation* (CNPC), a *China National Petrochemical Corporation* (Sinopec) e a *China National Offshore Oil Corporation* (CNOOC) são principais companhias de petróleo na China e estão na lista das maiores empresas de petróleo do mundo.

Maiores Empresas de Petróleo			
Posição	Empresa	Capital (US\$ bi)	País
1º	ExxonMobil	368,7	EUA
2º	CNPC	303,3	China
3º	Petrobrás	228,9	Brasil
4º	Royal Dutch Shell	207,9	Holanda
5º	Chevron	183,6	EUA
6º	Gazprom	149,4	Rússia
7º	BP	136,4	Reino Unido
8º	TOTAL	124,5	França
9º	Schlumberger	113,9	EUA
10º	CNOOC	106	China
11º	Sinopec	101	China

Fonte: PFC Energy

Tabela 3. Maiores empresas de petróleo

Estas empresas têm áreas de atuação bem definidas dentro da China, a CNPC cuida de toda a extração de petróleo na região norte, enquanto a Sinopec fica responsável pela região sul e a CNOOC da extração de petróleo em alto-mar, conforme observamos na figura 5.

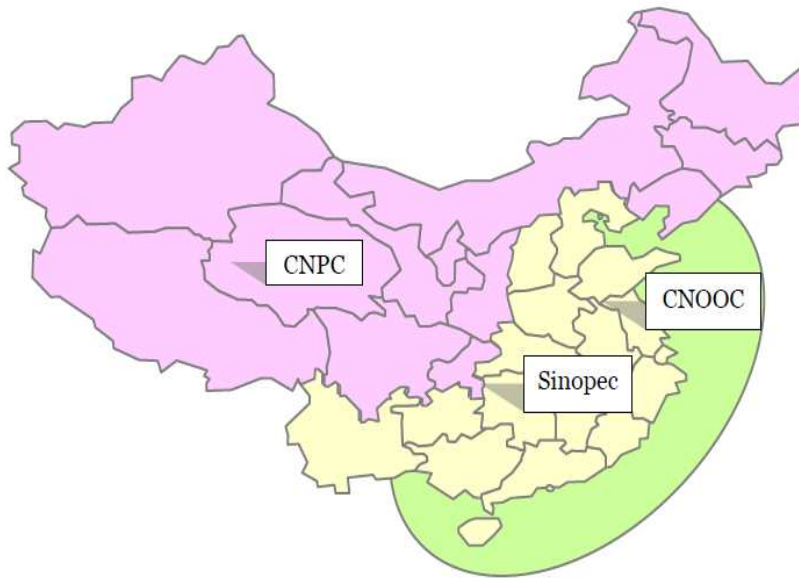


Figura 3. Áreas de exploração de cada empresa na China

Fonte: NI, 2009, p.40

È comum considerar essas três empresas como marionetes do governo chinês que empreendem estratégias no exterior apenas para seguir diretrizes da política externa chinesa.

Contudo, isto não é exatamente o que acontece; segundo Downs (2010, p.3), estas três companhias possuem uma mentalidade empresarial tradicional, ou seja, buscam investir visando maiores ganhos e expansão. Porém, a área e o modo dos investimentos são fortemente influenciados pelo Partido Comunista Chinês, que busca diversas formas de manter a autoridade sobre essas companhias. Uma das formas é por meio da presidência. Os presidentes da CNPC, CNOOC e Sinopec são membros do Comitê Central do Partido Comunista, este tem o poder de nomear, demitir e promover os principais gerentes e diretores destas empresas.

Estas três empresas surgiram em contextos bem diferentes. A primeira a ser criada foi a CNPC, a maior produtora de gás e petróleo *onshore* da China. Em 2010, ela registrou as marcas de 655,77 milhões de metros toneladas (mmt) de reservas de petróleo, 570,10 bilhões de metros cúbicos (bmc) em reserva de gás natural e uma produção de 105,41 mmt de petróleo e 72,52 bmc de gás natural. Neste mesmo ano, obteve um lucro bruto de 172,66 bilhões de yuan-remimbim e um patrimônio de 2.629,66 bilhões de Yuan-remimbi.¹⁵

Em 1999, durante sua reestruturação, a CNPC criou a PetroChina, uma das empresas mais lucrativas da China, concentrando nessa subsidiária as principais atividades petrolíferas. A partir

¹⁵ Fonte: CNPC Annual Report 2010.

de abril de 2000, suas ações começaram a ser ofertadas no mercado de ações de Nova York e Hong Kong.

Além da produção de petróleo e gás natural, a CNPC também é responsável pela construção e operação dos maiores gasodutos e oleodutos como o Ásia Central-China, o oleoduto Rússia-China, e o gasoduto e oleoduto Mianmar-China.

A CNPC controla 70% dos oleodutos chineses (56.865km), 80% dos gasodutos (32.801km) e 49% dos dutos destinados a produtos refinados. Sua malha de dutos é a mais importante de toda a China, devido a sua extensão, e por ligar a China aos fornecedores de petróleo e gás natural vizinhos.

Os principais dutos são: o gasoduto Oeste-Leste e o oleoduto Sino-Cazaque; dos quais o primeiro levará gás natural do Norte do país para as regiões de uso intensivo de energia, localizadas no sudeste. O gasoduto tem início na cidade de Lunnan, na província de Xinjiang e terminará na cidade de Baihe Town, em Shanghai, cruzando dez províncias (Xinjiang, Gansu, Ningxia, Shaanxi, Shanxi, Henen, Anhui, Jiangsu, Zhejiang e Shanghai). O comprimento total será de 4.000km e terá a capacidade de transportar 12 bilhões de metros cúbicos de gás.

O gasoduto Ásia Central-China irá atravessar Turcomenistão, Uzbequistão e Cazaquistão até a China, tendo comprimento de 3.666 km. A primeira parte (Sino-Cazaque) ficou pronta em 2010. A segunda fase do projeto será feita em duas etapas: a primeira, com 1.300km, completada em 2009, e a segunda, entre as cidades de Beyney de Mangystau no Cazaquistão a Shymken no Sul desse país, onde está a primeira parte do projeto. Os 1.164 km restantes estão previstos para o final de 2012.

Hoje, a CNPC/PetroChina concentra seus campos de extração na África, América do Sul, Ásia Central e Oriente Médio. Dentre os países dessas regiões, os que mais se destacam são: Sudão, Cazaquistão, Venezuela, Indonésia, Algéria, Azerbaijão, Canadá, Equador, Irã, Síria, Mauritânia, Omã, Nigéria, Angola, Rússia, Turquemenistão, Uzbequistão, Peru, Iraque, Brasil, Tunísia, Líbia, Chade, Mongólia e Myanmar (CNPC, 2010).

A *China National Offshore Oil Corporation* (CNOOC) foi criada em outubro de 1982, com o mesmo nível de um Escritório de Estado (vice-ministério), com a responsabilidade de explorar e desenvolver atividades petrolíferas no Mar Amarelo e em áreas do Mar do Leste da China.

A CNNOOC foi a primeira empresa chinesa de petróleo a fazer parcerias com outras empresas no exterior. Em 1983, a CNNOOC fechou consórcios de exploração com a Petrobrás (Brasil) e a Ranger (Canadá) para explorar cinco regiões na Bacia do Rio Pérola, no Mar Sul da China e no sul do Mar Amarelo.

O primeiro carregamento de petróleo extraído no exterior pela CNOOC, chegou à China em 1995: 30.000 toneladas provenientes do Estreito de Málaca. Administrada por Wang Yilin (Presidente da CNOOC e Secretário do Comitê do Partido), a CNOOC tem a capacidade de refinar 33,5 milhões de toneladas de petróleo por ano.¹⁶

A Bacia de Bohai é a região produtora de petróleo mais importante para a CNOOC. Ao final de 2010, sua reserva era de 1.119,1 milhões de barris de petróleo. Esta área também é rica em gás natural e é a principal área para a exploração *offshore* deste produto.

O Mar da China também é riquíssimo em petróleo. A seção Oeste do Mar Sul da China é onde há a maior concentração de gás *offshore*, com 2.034,1 bilhões de pés cúbicos. Partes do Mar da China continuam inexploradas, seja por conflitos territoriais em algumas regiões, seja por falta de tecnologia para exploração em águas mais profundas.

Os investimentos da CNOOC são tão abrangentes quanto a sua concorrente CNPC e estão distribuídos entre: Indonésia, Austrália, Myanmar, Canadá, Nigéria, Irã, Marrocos, Quênia, Cazaquistão, Algéria, Irã, Egito, Guiné Equatorial, Somália, Vietnã, Costa do Marfim, Nigéria, Gabão, Gana e Angola (WU, 2008).

A Sinopec, empresa semi-estatal aberta em 1982 e integrada ao sistema com a função de extração de petróleo no Sul da China, refinamento e importações, responde por cerca de 80% do petróleo importado pela China em algum momento do processo produtivo (Sinopec, 2010). Ela está presente na China em dezenove províncias no litoral sul, sudeste e leste (OLIVEIRA, 2007) e tem nas atividades petroquímicas sua atividade principal, controlando cerca de 75% de toda atividade deste ramo e 90% de todo o refinamento na China¹⁷. Em 2008, produziu 296,80 de milhões de barris de petróleo.

Os investimentos da Sinopec se localizam em mais de 30 projetos no Irã, Argélia, Arábia Saudita, Cazaquistão, Brasil, Azerbaidjão, Canadá, Iêmen, Egito, Angola, Rússia, Colômbia,

¹⁶ Fonte: CNOOC Annual Report 2010.

¹⁷ Fonte: Sinopec Annual Report 2007.

Omã, Sudão, Myanmar, Nigéria, Gabão, Cuba, Uzbequistão, Libéria, Nigéria e Venezuela (Sinopec, 2010).

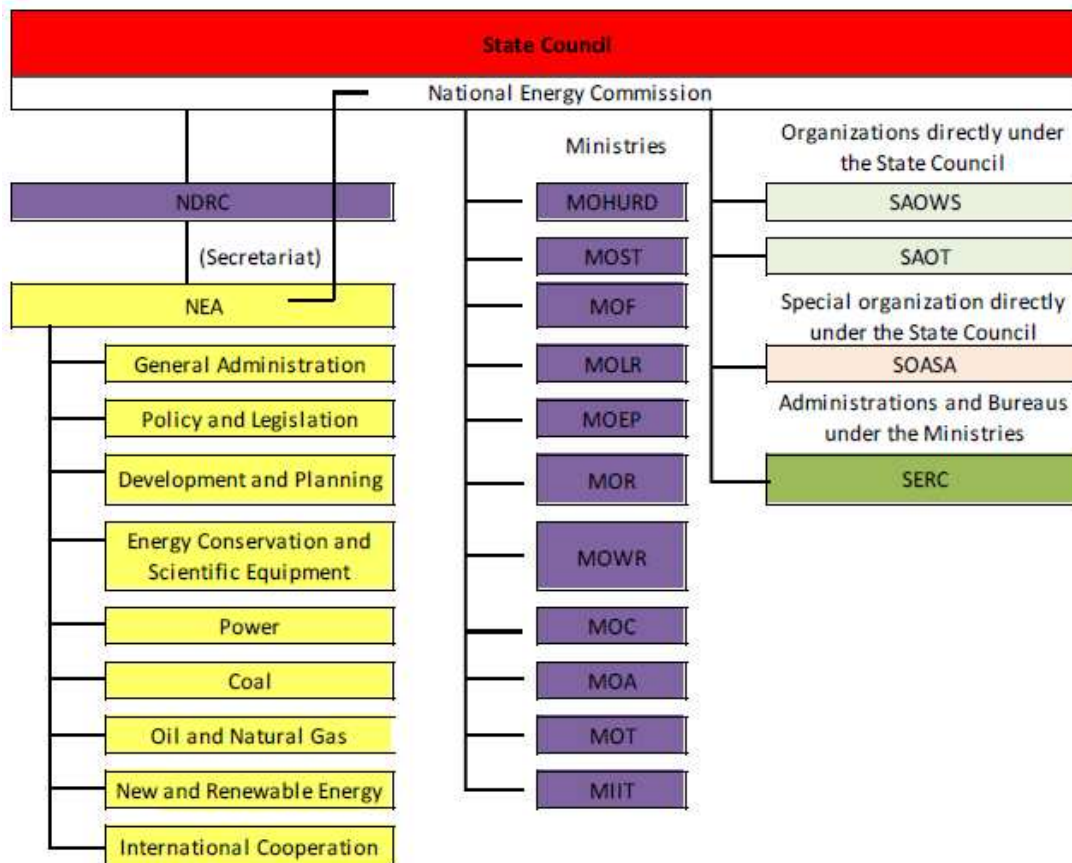
Essas três companhias são supervisionadas atentamente pela Administração Nacional de Energia. Este órgão do governo é responsável por fomentar e implementar o desenvolvimento energético, promover reformas no setor da energia, administrar os setores de produção de energia (incluindo carvão, petróleo, gás natural, hidrelétrico, energia nuclear e fontes renováveis de energia), desenvolver formas de conservação de energia, incentivar a pesquisa, conduzir previsões sobre o uso de energia, planos para situações de emergência, fazer recomendações sobre o preço da energia e ajuste das quantidades importadas e exportadas de matrizes energéticas.

Os nove departamentos da Administração Nacional de Energia são: Administração Geral (administra operações diárias, relações com o partido, bem como os setores financeiro e de imprensa), Conservação da Energia e Equipamentos Científicos (define padrões para uso de energia, promove tecnologia de conservação de energia e recursos), Petróleo e Gás Natural (administra as indústrias de petróleo e gás, promove reformas no setor e administra as reservas nacionais), Política Doméstica e Legislação (analisa problemas do setor energético, esboça legislações e conduz auditoria), Força (planeja o desenvolvimento de energia termal e nuclear), Energias Novas e Renováveis (dirige e coordena o desenvolvimento da energia em áreas rurais e planeja o desenvolvimento de energias renováveis), Desenvolvimento e Planejamento (estuda e sugere desenvolvimentos estratégicos na área de energia, faz o planejamento anual e esboça o desenvolvimento de programas energéticos), Carvão (administra a indústria do carvão, mineração, desenvolve tecnologia para melhorar a produção e reduzir a emissão de poluentes) e, por fim, o departamento de Cooperação Internacional (Empreende cooperações internacionais, define estratégias, políticas de abertura e investimentos além-mar) (DOWNS, 2008).

Embora mais bem estruturada que seus predecessores, a Administração Nacional de Energia não conseguiu desenvolver seu propósito, isto porque não possui força política equivalente a de ministério, uma vez que está distribuída em vários departamentos que não formam um grupo coeso com poder de coerção junto às indústrias. Em complemento à Administração Nacional de Energia, foi criada a Comissão Nacional de Energia em janeiro de 2010. Essa Comissão tem como função desenvolver as estratégias do setor energético, supervisionar e resolver todos os problemas referentes à segurança energética e empreender

programas de cooperação global. A Comissão Nacional de Energia foi subordinada diretamente ao Conselho de Estado Chinês e acima da Administração Nacional de Energia. Desde então, a organização do setor energético passou a ser a que é apresentada em seguida.

Figure 2-2 Organization of China's Energy Administration



MOHURD: Ministry of Housing and Urban-Rural Development; MOST: Ministry of Science and Technology; MOF: Ministry of Finance; MOLR: Ministry of Land of Resources; MOEP: Ministry of Environmental Protection; MOR: Ministry of Railway; MOWR: Ministry of Water Resources; MOC: Ministry of Commerce; MOA: Ministry of Agriculture; MOT: Ministry of Transportation; MIIT: Ministry of Industry and Information Technology; SAOWS: State Administration of Work Safety; SAOT: State Administration of Taxation; SOASA: State-owned Assets Supervision and Administration; SERC: State Electricity Regulatory Commission.

Figura 4. Estrutura da Comissão Nacional de Energia

Fonte: BO Zhiyue, 2010.

A Comissão Nacional de Energia surgiu com maiores poderes, sendo subordinada diretamente ao Conselho de Estado, e não ao Comitê Central, como é mais comum, sendo por isso, chamada de “superministério”. Este apelido também se deve a sua composição incomum, porque tem o premiê Wen Jiabao como presidente e Li Keqiang como vice presidente, ambos membros do Comitê Permanente do Politburo, além de outros membros notáveis, como o tenente general Zhang Qinsheng, o ministro das Relações Exteriores Yang Jiechi, o ministro de Ciência e Tecnologia Wan Gang, o ministro da Indústria e Informação Li Yizhong, o ministro das Finanças Xie Xuren, o ministro da terra e Recursos Xu Shaoshi, o ministro de Segurança de Estado Geng Huichang, entre outros. É a primeira vez que é criado um ministério com tamanha proporção de poder, com mais autonomia que um ministério normal e participação direta do premiê. Isso mostra a importância que os assuntos energéticos na China passaram a representar em sua política.

2.3 Sistema de reservas

Em busca de minimizar o choque, em caso de suspensão de fornecimento externo de petróleo, foi criado um sistema de estoque. Uma vez cortado o abastecimento externo de petróleo, a China possui reserva para apenas mais sete dias, tempo muito curto se comparado, por exemplo, ao Japão, que tem reserva para 100 dias sem abastecimento externo¹⁸.

Em busca de melhorar o sistema de reservas de petróleo, em 2004, teve início o projeto para a construção de quatro reservatórios em regiões de fácil abastecimento e de grande consumo, em Zhenhai, Huanddão (constuídos pela Sinopec), em Dalian (pela CNPC) e em Aoshan (pela Sinochem). Estes quatro reservatórios têm capacidade para armazenar o suficiente para 37 dias de consumo chinês, com base na demanda de petróleo cru de 2005¹⁹.

¹⁸ Report to Congress of the United States – China Economic and Security Review Commission – Washington, junho 2004

¹⁹ Em 2005, o consumo de produtos refinados do petróleo chinês foi de 63.417.000 barris por dia, em 2008 esse consumo já era de 75.543.000, segundo o OPEC Annual Statistical Bulletin 2008.

Tabela 4. Reservatórios

Local do Reservatório	Capacidade (em milhões de barris)	Tipo de Estocagem	Companhia Responsável
Zhenhai	33	Petróleo Cru	Sinopec
Aoshan	31	Petróleo Cru	Sinochem
Huangdao	19	Petróleo Cru	Sinopec
Dalian	19	Petróleo Cru	CNPC

Fonte: IEA, Oil Supply Security, 2007.

A estimativa era de que todos os reservatórios entrassem em funcionamento até o final de 2009 e, em uma segunda fase, fossem construídos mais seis reservatórios, cinco em áreas de grande consumo (Tangshan, Maoming, Zhanjiang, Guangzhou e Shenzhene) e um (Lanzhou) próximo aos grandes campos de exploração chineses (IEA, 2007).

Downs (2004) destaca que a construção de reservatórios é a forma mais eficaz de diminuir o uso de petróleo como mecanismo de pressão política e de reduzir o impacto de qualquer interrupção no fornecimento.

2.4 Controle de preços

Até o início da década de 80, os preços das matrizes energéticas eram estritamente definidos pelo governo, contudo, isso gerava alguns problemas, uma vez que os preços não variavam devido a oferta e/ou demanda, o que causava problemas de distribuição e de uso eficiente das matrizes. A melhor forma de observar a movimentação de onde havia maior demanda seria deixar os preços livres, no entanto, isso não acontecia e o governo estipulava um preço, que era, na verdade, um valor acordado entre produtores e consumidores.

Devido ao baixo desempenho do setor energético, algumas reformas começaram a ser implantadas. Em 1981, o governo chinês introduziu um controle de preços em dois estágios que tinha como objetivo aumentar os fundos de investimento das indústrias petrolíferas.

Todavia, esse sistema se mostrou ineficaz e, em 1994, um novo sistema o substituiu, fez o preço das matrizes energéticas aumentar e conseguiu promover a produção doméstica de petróleo e a distribuição deste no mercado.

Em 1998, houve uma nova reforma do sistema: o valor do petróleo bruto passou a seguir o valor do petróleo cingapurense, e foi conferido todos os meses pelo governo. Os preços de produtos refinados do petróleo, como a gasolina e diesel eram definidos diretamente pelo governo com base do valor FOB do petróleo bruto de Cingapura. As empresas ganharam uma pequena liberdade, podendo afixar seus valores de venda para o atacado e a venda de varejo com uma pequena margem de diferença (5% para mais ou para menos) do valor base, mas a diferença entre o valor de atacado e de varejo era estipulada pelo governo chinês.

Em 2001, houve uma nova reforma: desta vez, ao invés de ter o preço atrelado ao petróleo bruto cingapurense, o valor do bruto seria definido por uma cesta de valores do petróleo bruto de Nova York, Cingapura e Rotterdam; o preço era definido por uma média dos valores do petróleo nestes três mercados com uma amplitude de 8%. A gasolina e o diesel ganharam uma liberdade de flutuar em uma margem, também de 8%, no mercado interno.

Esse novo sistema conseguiu segurar aumentos, como o de US\$25,00 o barril. Contudo, quando o barril aumentou para mais de US\$40,00, em 2004, esse sistema foi ineficiente para manter o bom funcionamento do sistema interno.

Para evitar maiores danos ao setor, em 2005, o governo criou um novo sistema. Para o valor do petróleo bruto, o novo sistema baseava o valor do petróleo em uma média ponderada do valor do petróleo bruto das classificações Brent, Dubai e Minas, incorporando a fórmula mecanismo para cálculo da média de custos de processamento, impostos e taxas. Contudo, a fórmula só foi publicada pelo NDRC em 2008. De acordo com Ni,

O governo pode revisar o preço dos produtos, uma vez, que a média do custo e do frete, do preço do mercado internacional de crus, suba pelo menos durante 22 dias úteis consecutivos, sendo uma flutuação de 4% do período anterior usado para calcular o preço. Contudo, o governo irá continuar controlar os preços dos produtos de petróleo no Mercado doméstico, mesmo que o preço na cesta seja três vezes a flutuação de 4%. (NI, 2009, p.121)

Isto causou um aumento de 17% a 18% no diesel, gasolina e no combustível de aviação (ANDREW-SPEED, 2009) e, em 1º de julho de 2008, foi permitido que a eletricidade aumentasse em 5%.

A ideia do mecanismo explicado por Ni seria diminuir gradualmente a interferência do governo chinês no valor do petróleo, integrando-o ao mercado internacional. Desde essa reforma, o governo ajustou o valor dos combustíveis sete vezes.

Infelizmente, não é possível explicar em detalhes a razão das diversas trocas de sistemas de controle de preços na China, porque há pouquíssimas informações disponíveis sobre os sistemas de controle de preços. As poucas informações divulgadas pelo governo chinês são muito superficiais, não sendo, assim, possível uma melhor análise sobre a diferença de cada sistema e suas trocas.

2.5 Pontos de sensibilidade

Ao se lançar no mercado externo de fontes energéticas, a China se expõe a maiores riscos, além de acentuar alguns pontos de vulnerabilidades próprias. A dependência chinesa desenvolvida nos últimos anos, pela importação de fontes, funciona como uma estrada de mão dupla: a medida que reduz a escassez de matrizes, expõe a vários graus de ameaça a segurança energética, tais como:

- **Rotas de transporte:** principalmente marítimo; há estreitos, como os de Malaca e Lombok, que são rotas de extrema importância para China. O “Dilema de Malaca” é o mais emblemático, pois por ele navega 60% do petróleo importado pelos países da região Ásia-Pacífico (DAVIDOVIC, 2008; MARKETOS, 2009; LEE, 2005; VIEIRA e VIEIRA, 2007).
- **Corrida por acesso a mercados e consequente aumento de preços:** seguindo a lógica básica de mercado de oferta e demanda, teme-se que o aumento de demanda, intensificado a cada dia, cause um aumento vultoso nos preços (BROMLEY, 2005; FRIEDBERG, 2006; LIMAYE, 2007; MOUAWAD, 2009).
- **Impacto ambiental:** a China, embora grande consumidora de petróleo, possui grande parte sua energia gerada pelo queima de carvão, cerca de 70% da energia

consumida em 2006. (KEN, 2004; HEINBERG, 2005; NUTTALL e MANZ, 2007; SCHELL, 2009).

- **Infra-estrutura insuficiente:** constrangimento em relação ao potencial de geração de energia, devido ao desenvolvimento insuficiente da infraestrutura. Embora o leste e o sul asiático sejam as regiões da Ásia que mais consomem e importem energia, estes tem capacidades limitadas quanto a geração e refinamento; assim, os tipos de petróleo cru importados ficam limitados a algumas categorias, não podendo ser possível, por exemplo, refinar o petróleo obtido do betume. (LAM, 2005; LEE, 2005).

Os pontos acima destacados envolvem questões que preocupam não só a China mas também os Estados Unidos, como é o caso do aumento de preços. A preocupação da política norte-americana é também que o aumento de demanda por petróleo provocado pelo consumo chinês gere um aumento generalizado de preços ou falta de hidrocarbonetos. A esse respeito, Lieberthal e Herberg (2006) destacam que os Estados Unidos têm como norteadora a ideia de que:

Não se pode contar com o mercado sozinho para suprimir a demanda por petróleo e a um preço acessível. Porque esses fornecedores estão sujeitos a perturbação de numerosos riscos geopolíticos, o único caminho para garantir fornecimento é através do controle físico de fontes de petróleo direto dos maiores fornecedores, acordos de cooperação Estado-a-Estado. (LIEBERTHAL e HERBERG, 2006, p.16)

A visão chinesa sobre o mercado energético também não é muito diferente, embora, como destaca Breslin (2005), não seja uma das suas maiores preocupações uma alta nos preços do petróleo, o que poderia desestabilizar a economia e desacelerar o crescimento, de modo a afetar a criação de emprego.

Para o resto do mundo (claro para a própria China) a questão é que a demanda chinesa pode fazer com os preços mundiais de petróleo em um determinado período de tempo. Para a China, a ênfase é mais na insegurança, como metade das suas importações de petróleo são provenientes de países da OPEP, e aproximadamente dois terços passam pelos estreito de Malaca, que não está ainda sob o controle dos Estados Unidos; todavia, os casos de pirataria estão bem longe do incomum. (BRESLIN, 2005, p.736)

Daojiong (2005) argumenta que a segurança energética chinesa é uma preocupação mundial, na medida em que o consumo chinês tornou-se uma variável determinante de mudanças econômicas.

O aumento de preços e o receio que a demanda exceda a oferta, levam Lieberthal e Herberg (2006) a analisar a postura de um regime, como o chinês, pautado em um rápido aumento dos padrões de vida, sensível a qualquer perturbação na economia, que, por sua vez, ameaça a estabilidade social, sendo, assim, danoso à estabilidade monopolista do Partido Comunista Chinês²⁰. Este ponto também é apontado por Downs:

Analistas chineses consideram o preço do petróleo volátil e perturbações físicas de fornecimento podem ser as maiores ameaças à segurança energética. Eles estão especialmente preocupados com o impacto negativo das flutuações do preço do petróleo na economia da China e na estabilidade social. As lideranças chinesas formalmente declaram temer uma alta nos preços porque a ligação estabelecida por alguns economistas chineses entre um aumento dos preços da energia e a inflação que seria um dos agravantes por trás das demonstrações de 1989 na Praça Tiananmen. Como um país em desenvolvimento, a China é mais vulnerável a oscilações no preço do petróleo que a maioria das nações industrializadas. (2004, p. 31)

Um ponto delicado quanto ao consumo chinês é o que concerne à poluição ambiental. Segundo o relatório anual para o congresso americano de 2004, a presença chinesa no mercado de energia representa não só uma ameaça ao equilíbrio de preços como ao meio ambiente também. Segundo a Agência Internacional de Energia, a China é a maior poluidora ambiental: em 2006, China ultrapassou os Estados Unidos, emitindo 8 bilhões de toneladas métricas de CO₂²¹.

Atualmente, 70% da energia consumida pela China é proveniente da queima de carvão, isso causa danos imediatos aos chineses como a precária qualidade do ar e as constantes chuvas ácidas (KEN, 2004).

A grande emissão de poluentes se deve a três motivos: a abundância e fácil extração de carvão, a deficiência no desenvolvimento de outros tipos de energia, como a nuclear e a hidrelétrica, e a falta de investimento e modernização para a produção de carvão “limpo”. Entretanto, estas não são as únicas deficiências de estrutura do setor energético chinês.

Um problema fundamental da indústria do carvão é um desequilíbrio regional entre a produção e o consumo. A maioria das reservas de carvão são na região noroeste da China, enquanto a maioria do consumo localiza-se nas regiões costeiras. Como as regiões de produção de carvão e as de consumo são geograficamente distintas, provisões

²⁰ Garrett (2005) também destaca que é essencial ao partido comunista manter seu crescimento para continuar estável no poder.

²¹ Fonte: <http://www.eia.gov/countries/country-data.cfm?fips=CH&trk=m>

adequadas como ferrovias e locais para remessas de carvão são cruciais. (LAM, 2005, p.4)

Tanto as minas de carvão quanto os poucos campos de petróleo e gás são encontrados a noroeste da China (DAVIDOVIC, 2008), enquanto os principais pontos de consumo se localizam na costa leste, como mostra a figura 8. Transportar esse produto de um lado do país ao outro torna-se caro por ser necessário liquefazê-lo, ou seja, transformá-lo em petróleo sintético, processo que demanda alta quantidade de água²², além de implicar um custo elevado (OLIVEIRA, 2007). Outra deficiência relevante que se pode observar é que os oleodutos não atravessam o país, conforme ilustra o mapa abaixo (figura 8), problema que está sendo sanado com a construção do oleoduto Oeste-Leste. Uma outra tecnologia necessária, embora escassa, é a de refinamento de petróleo, porquanto nem todos os tipos de petróleo são puros ou facilmente refinados.

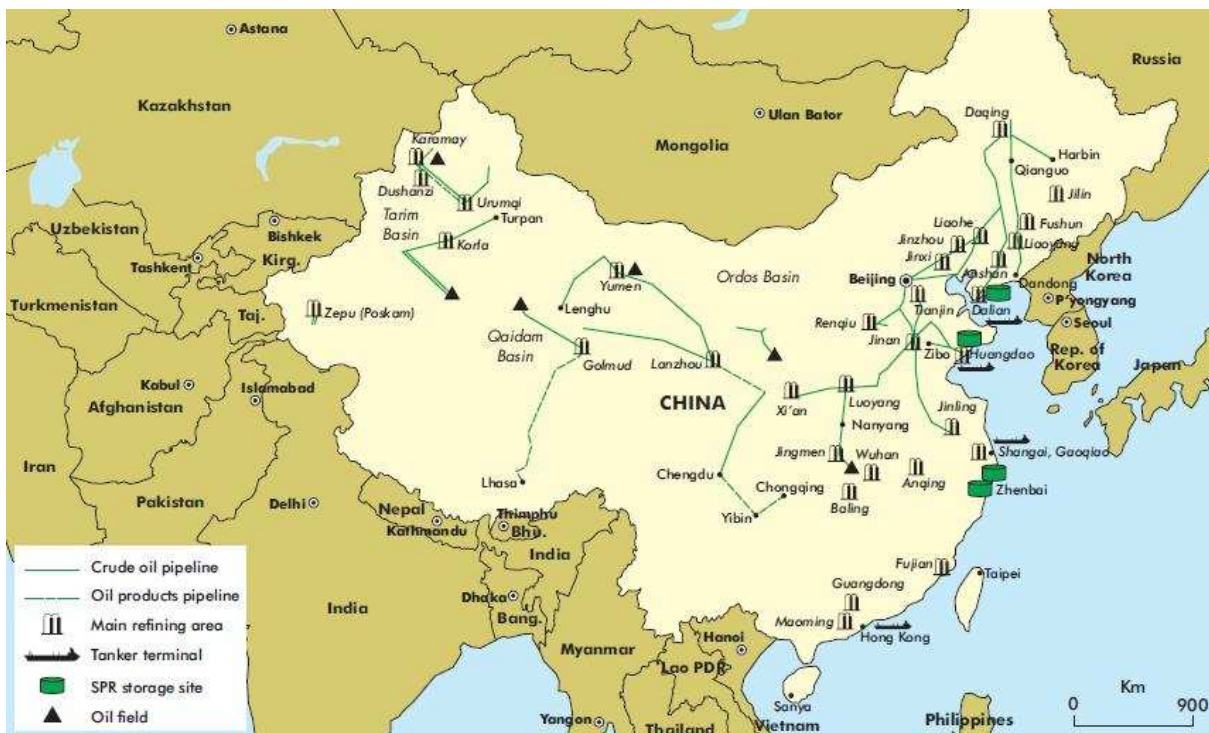


Figura 4. Mapa da Rede de oleodutos, campos e refinarias chinesas

Fonte: Military Power of the People's Republic of China Report – U.S Department of Defense, 2009, p. 386

²²

São necessárias 100.000 toneladas de água para se fazer 10.000 toneladas de carvão liquefeito ou também chamado óleo de carvão. (RICHARDSON, 2007, p.225)

Os tipos de petróleo mais impuros, como o extraído do betume, são refinados por poucas refinarias ao sul da China e, mesmo assim, não perfazem sequer 25% de todo petróleo utilizado.

Segundo Rosen e Houser (2007), menos de 15% das indústrias geradoras de energia a base de carvão possuem sistema de dessulfurização de gases (Flue Gas Desulphurization)²³, isso porque a instalação deste componente gera uma redução de 8% na eficiência, assim como aumenta o preço da eletricidade entre 15% e 20%.

Todos os problemas citados até então compõem o quadro de vulnerabilidade da segurança energética da China. Segundo Loeberthal e Herberg (2006), há duas percepções expressas pela política chinesa que demonstram sua insegurança quanto ao cenário energético mundial:

- Desconfiança no mercado: a China supõe que o mercado sozinho não equilibrará a oferta e a demanda de energia, porque há diversas ameaças geopolíticas, por isso, a única forma de assegurar é uma cooperação entre Estados com o controle físico das matrizes
- Mercados dominados pelos Estados Unidos: como citado acima, várias regiões são alvos de operações militares norte-americanas, além do controle massivo de gargalos marítimos vitais para a China e a forte influência dos Estados Unidos sobre o fluxo e o preço do petróleo.

Esta situação vem sendo chamada de o “novo grande jogo” (MARKETOS, 2009), uma alusão à estratégia sugerida aos Estados Unidos por Brzezinski, já que a diplomacia chinesa ao mesmo tempo em que precisa assegurar todas as formas possíveis de abastecimento, precisa lidar com questões típicas do frágil equilíbrio de poder da região e do ego americano.

2.6 A diplomacia do petróleo

A China consome cerca de 12% da energia mundial. Sendo um jogador importante na definição das regras, energia é apenas uma área na qual os chineses buscam moldar a ordem. A diplomacia do petróleo tem como objetivo diversificar as fontes e locais de importação de petróleo, aumentar a produção de petróleo (principalmente na África, América Latina e Ásia

²³ Flue Gas Desulphurization (FGD) é o processo de retirar o dióxido sulfúrico (SO₂) da fumaça emitida pela queima de carvão ou petróleo, com vistas a reduzir impactos ambientais.

Central), construir reservas de petróleo para evitar interrupções inesperadas e promover forte cooperação regional na questão energética.

Downs (2004) apresenta a “diplomacia do petróleo” como:

Pequim cultiva relacionamentos próximos com os maiores Estados produtores de petróleo como um meio de aumentar a segurança energética. Petróleo tem sido um assunto proeminente nas agendas de reuniões recentes entre líderes da China e os Estados do Oriente Médio, África e Ásia Central. Embaixadores chineses para Estados produtores de petróleo e acadêmicos de institutos de pesquisa em política externa são os maiores proponentes da diplomacia do petróleo, mas as companhias de petróleo também endossam o desenvolvimento de relações amigáveis com os Estados produtores de petróleo como uma forma de assegurar as oportunidades de investimento. Mais importante, Pequim espera que laços próximos aos produtores de petróleo assegurará que estes países vão continuar a vender petróleo para a China durante uma crise internacional. (DOWNS, 2004, p.38)

A “diplomacia do petróleo” é exercida como forma de colocar em ação a estratégia do *Zouchuqu*, definido por Constantin (2007):

A estratégia chinesa de investimento em reservas estrangeiras de petróleo (*Zouchuqu* ou “Going Out”), o desenvolvimento de laços diplomáticos e comerciais com uma variedade de países produtores de petróleo, a aceleração da exploração de reservas nacionais de energia, assim como as criações de reservas estratégicas de petróleo, para nomear apenas algumas, podem ser vistos como parte de uma estratégia maior de controle de recursos. (CONSTANTIN, 2007, p.3)

A sinergia entre a *Zouchuqu* e a “diplomacia do petróleo” é uma ferramenta sofisticada do governo chinês que permite manobras habilidosas e precisas que asseguram o fornecimento de petróleo. Ao mesmo tempo, ela apresenta a China como um ator pragmático, pacífico e fácil de estabelecer boas relações, independente da orientação político/ econômica de cada país. Embora interdependência não seja garantia de cooperação, gera maiores oportunidades de cooperação que oportunidade de conflito.

Assim, a imagem da diplomacia chinesa vem se alterando nos últimos anos e passa a apresentar um ar mais amistoso. Esta tem sido a chave para a famigerada diplomacia do petróleo, dando grande importância aos seus arredores, mantendo as tradicionais relações com o Oriente Médio e estabelecendo novas relações com países africanos. A China pode não ter sido favorecida geologicamente na questão energética, mas foi favorecida geopoliticamente, já que seus arredores são grandes produtores de petróleo e gás natural.

2.7 Consequências de complicações no abastecimento

A segurança energética chinesa se refere essencialmente ao abastecimento. Quando um país começa a importar uma grande quantidade de matrizes energéticas, este se coloca em uma potencial posição de insegurança energética, ficando vulnerável a potenciais sanções e pressões políticas e militares advindas de outros países importadores de petróleo.

Devido à quantidade importada de petróleo, a China não consegue adaptar-se rapidamente ao aumento de preços, interrupção ou alteração no fluxo de petróleo.

Assim, a preocupação em assegurar reservas externas de petróleo e gás natural, bem como a dependência externa de matrizes energéticas, caracterizam uma situação de vulnerabilidade, pois países dependentes de petróleo sofrem consequências externas mesmo depois que suas políticas foram reajustadas.

Knorr (1977) afirma que, como decorrência, haverá impactos negativos na economia doméstica, o que é legitimamente uma ameaça à segurança do país.

De acordo com Luciani (1987), quando a economia se altera, a segurança nacional está fadada a alterar-se também. Contudo, o que define se essa mudança econômica é uma tentativa de agressão ao país dependerá de onde partiu a ação e como a agressão foi feita. No caso chinês, uma interrupção ou redução nos fluxos de petróleo feitas por parte de um país produtor, ou pelos Estados Unidos, como estratégia de contenção, pode ser configurada como uma agressão a segurança nacional chinesa.

O que podemos identificar com este pensamento de Luciani é que um país pode ser ameaçado de outra forma que não a militar, neste caso, economicamente.

Nesse sentido, segurança, segundo o relatório “The Relationship between Disarmament and Development”, publicado pela ONU em 1982,

Segurança é um conceito muito mais amplo que a segurança militar unicamente. Aspectos econômicos, assim como sociais, são de grande importância [...] A abrangência dos desafios contemporâneos à segurança das nações é muito mais amplo que o poder militar de potenciais adversários. Um pode mencionar aqui a pronunciada e quase universal queda das taxas de crescimento econômico, avultando a escassez de muitas matérias-primas vitais e *commodities* e criando uma preocupação sobre os efeitos a longo prazo da degradação ambiental. (ONU, 1982, p.14 e p.21)

Neste trecho podemos notar que a abrangência do termo segurança vai além de assuntos militares, englobando outros aspectos, como o da segurança energética.

As matrizes energéticas afetam vários setores. Isso acontece porque uma perturbação nas importações de petróleo e gás natural na China causa dificuldades econômicas (redução na capacidade do governo de controlar o câmbio e o valor dos combustíveis artificialmente), o que, por sua vez, reflete nas indústrias que sofrerão com o aumento dos combustíveis, pois sua produção ficará mais cara.

Para não entrar em dificuldades financeiras, as empresas buscam reduzir custos como o de emprego de pessoal. O governo chinês certamente terá de alterar os preços e permitir que parte do aumento no custo dos combustíveis seja espelhado no custo de produtos nas prateleiras.

Em consequência disso, a população fica insatisfeita com o desempenho econômico do país, o aumento na taxa de desemprego e com a inflação. Sem a possibilidade de expressar sua insatisfação pelo voto e sem expectativa de troca de governo, a única forma que resta para expressar seu descontentamento com o governo são os protestos pedindo melhorias econômicas e sociais, o que, por sua vez, perturba a estabilidade pública e social²⁴.

A notícia sobre o aumento da inflação, o desemprego e os protestos populares se espalha e os investidores ficam apreensivos com a movimentação econômica e social do país. Estes, por sua vez, reduzem ou retiram seus investimentos da China, o que piora a situação econômica e torna difícil manter a desvalorização da moeda. Com a moeda chinesa mais cara, compradores de produtos chineses se afastam. A redução dos investimentos estrangeiros e o menor fluxo de exportações agravam a situação econômica, o que faz aumentar a revolta social.

O descontentamento da população com o cenário instaurado se volta contra o único ator que pode resolver e que é responsável por zelar pelo bem-estar da população e do país: o governo, neste caso, o Partido Comunista. Seguindo essa lógica, o resultado mais provável é que essa investida da população contra o governo, combinada ao péssimo desempenho econômico, desestabilize a China econômica, política e socialmente.

24 A China sufoca fortemente os protestos que ocorrem no país. Tanto para que esses não aconteçam e, principalmente, para que não sejam divulgados pela mídia internacional. Contudo, olhando apenas para 2011 e 2012, muitos protestos contra o governo foram feitos na China. Ver: Police Fire Tear Gas at Protesters in Chinese City. Disponível em: http://www.nytimes.com/2011/12/24/world/asia/china-jails-rights-activist-chen-wei-for-9-years.html?_r=4. State Stamps Out Small 'Jasmine' Protests in China Disponível em: <http://www.time.com/time/world/article/0,8599,2052860,00.html#ixzz1xuQLASZ7>. Protesters riot in China city over land sale. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/news/world-asia-pacific-15032458>. Protests and Clashes Are Seen in Chongqing. Disponível em: <http://thelede.blogs.nytimes.com/2012/04/11/protests-and-clashes-are-seen-in-chongqing/>. Rising Protests in China. Disponível em: <http://www.theatlantic.com/infocus/2012/02/rising-protests-in-china/100247/>. Chinese villagers clash with police in land-grab protests. Disponível em: <http://www.guardian.co.uk/world/2012/apr/03/chinese-police-land-grab-protests>

O raciocínio apresentado construiu um cenário um tanto preocupante sobre o equilíbrio delicado a China com relação à segurança energética. Dessa forma, qualquer alteração causará efeitos em cadeia em sua sociedade, talvez não tão severos quanto os apresentados acima, mas suficientemente prejudiciais para afetar a velocidade do desenvolvimento chinês.

Buzan, Waeber e de Wilde (1998) colocam que o setor econômico, assim como os demais setores, sofre com ameaças não militares. Na concepção destes autores, a dependência do mercado externo para um item de importância estratégica, como o petróleo, deixa a China vulnerável. Vulnerabilidade que pode ser explorada para fins políticos. E não podemos esquecer que a China que o setor industrial chinês depende largamente do petróleo importado, assim interrupções no fluxo pode causar grandes danos a geração de riqueza deste setor.

Segundo o premiê Wen Jiabao, em sessão do parlamento chinês no início de 2011, “rápido aumento de preços afeta a estabilidade social e pública”. Qualquer perturbação à estabilidade social e pública na China é uma ameaça direta a estabilidade do Partido Comunista Chinês, e uma ameaça ao Partido Comunista Chinês é interpretada como ameaça a segurança nacional. Desse modo, a estabilidade do PCC está atrelada ao bom aumento da qualidade dos padrões de vida. Como bem definiu Luciani: “Pobreza pode ser uma virtude do ponto de vista da segurança, porque isso define a habilidade de preservar certos estilos de vida, incluindo padrão de consumo, quanto menor o padrão de consumo, mais fácil será defendê-lo.” (LUCIANI, 1988, p.164)

Podemos afirmar que a China não pode reduzir seu padrão de consumo, uma vez que seu desenvolvimento e a satisfação da população para com o Partido Comunista Chinês está pautada nestes padrões. Assim, observando sob a óptica do padrão de consumo, manter o estilo de vida chinês é uma questão de segurança. E para manter este estilo de vida é necessário petróleo para as indústrias, e assim de forma indireta, o que torna essa matriz energética a peça chave para a segurança chinesa.

3 Parte III – O interesse chinês: a segurança está no petróleo

3.1 A política externa chinesa na Ásia Central

Os acontecimentos de 1989 (Incidente na Praça da Paz Celestial, por exemplo) causaram danos à imagem chinesa no cenário internacional. Desde então, a China buscou melhorar suas relações exteriores, principalmente com os vizinhos asiáticos e áreas próximas nas quais a China tem grande interesse econômico, político e/ou estratégico.

Isso envolveu uma série de medidas para melhorar as relações com os países vizinhos em diversos assuntos, como questões de fronteira, evitar isolacionismos e se aproximar principalmente de países que buscavam uma maior aproximação com o ocidente. Essas ações em países vizinhos ficaram conhecidas como “diplomacia periférica” (Zhōubiān wàijiāo). O objetivo da estratégia da diplomacia periférica é promover relações amigáveis com todos os países contíguos e próximos, formando um cinturão de paz estável ao redor da China para evitar que qualquer outro país busque “restringir ou conter o poder crescente da China na Ásia, circundando-a com países hostis aos interesses regionais de Pequim” (LANTEIGNE, 2009, p.109). Assim, a China procura construir um ambiente seguro ao seu redor e melhorar sua posição estratégica, aumentando suas relações diplomáticas e expandindo sua influência internacional. A importância da diplomacia periférica deriva do fato que a China tem 20.000 quilômetros de fronteira por terra com países de características muito singulares, cujas relações com a China variam constantemente ao longo dos anos.

A posição que os países da Ásia Central ocupam afeta diretamente a China, por isso, se a China não obtiver sucesso ao lidar com esses países, pode ser que sofra grandes danos ao desenvolvimento e segurança chinesa. Há, por exemplo, preocupações de que os movimentos separatistas na Ásia Central influenciem a província de Xinjiang.

A política externa chinesa para a Ásia Central sofreu várias mudanças desde o início da década de 1990. Com o fim da URSS, em 1991, os países da região da Ásia Central precisavam se estruturar como Estados. Tudo precisava ser recriado e repensado; padeciam de uma estrutura básica de governo, todas as instituições precisavam ser criadas, e havia diversos assuntos a serem resolvidos, principalmente com os países vizinhos. Com a China, o principal assunto era relativo

às questões de fronteira, que ficaram mais fortes com o surgimento do movimento separatista “Turcomenistão do Leste” (Dōng Tūjuésītǎn).

O movimento separatista, da província de Xinjiang, tinha a finalidade de criar o Turcomenistão Leste. Esta província era composta por várias etnias Uigures, Han, Cazaquês, Hui, Quirguizes e Mongóis. A etnia Han era a maioria na China, mas a Uigures era a maior em Xinjiang, e eram os Uigures que lideravam o movimento separatista. Esse movimento ganhou força nos anos 1990, com a independência dos países da Ásia Central da URSS.

O movimento separatista na região já era uma ameaça, mas antes dos acontecimentos de 11 de Setembro, a China não divulgava nada sobre nenhum ato terrorista e, assim, não havia discussão pública sobre o assunto. Para combater esse movimento, a China isolou a região e recusou ajuda de qualquer outro país. Isso reflete claramente as raízes tradicionais do país: o importante é manter a imagem de estabilidade doméstica. Somente depois dos ataques de 11 de Setembro, a China passou a discutir o “Turcomenistão do Leste” e o terrorismo (ZHAO,2008)

Na atual situação, a Ásia Central é, para a China, uma ligação com o movimento “Turcomenistão do Leste” e o terrorismo internacional, permitindo que atividades terroristas mais evasivas penetrem na China. Por isso, a Ásia Central é vista pelos chineses como um refúgio para esses ativistas. Segundo Zhou, o movimento separatista do “Turcomenistão do Leste” não consegue força sem a publicidade internacional, pois a imagem de uma China desestabilizada serve como mecanismo de pressão contra o governo chinês. Mas o isolamento desta região não durará para sempre. À medida que a China se expande e se projeta internacionalmente, ficará mais difícil de esconder essa questão da comunidade internacional. Por enquanto, parece que a China deixará tudo como está e se preocupará com essa questão à medida que problemas aparecerem.

Devido a fragilidade do Estados na região da Ásia Central, os problemas de fronteira foram resolvidos gradualmente. Em 1994, Rússia, Cazaquistão, Quirguistão e Tadjiquistão concordaram em reduzir o número de militares e armamentos de grande porte nas áreas de fronteira. Durante os anos seguintes, houve uma maior interação entre eles por meio de trocas comerciais, isso ajudou a construir confiança e, em 1996, foi possível avançar nos acordos de fronteira. Em abril de 1996, China, Rússia, Cazaquistão, Quirguistão e Tadjiquistão assinaram o tratado de “Aprofundamento da Confiança Militar nas Regiões de Fronteira”. O tratado firmava que os militares presentes na região em questão não poderiam se atacar ou realizar exercícios

militares com tal objetivo; todos os exercícios militares seriam feitos a 100 km de distância da fronteira, haveria o estabelecimento de comunicações amigáveis e os exercícios que envolvessem o uso de munição seriam observados por militares de outra nacionalidade. Esse tratado foi base para o tratado de “Redução das Forças Militares em Regiões de Fronteiras”, em 1997, no qual as partes entraram em acordo de que as forças militares nas fronteiras seriam reduzidas a níveis de bons vizinhos, nenhum dos exércitos buscaria superioridade sobre o outro, não haveria ameaça ou uso da força. Desde então, as questões de fronteira deixaram de ser um problema maior para a China.

Em 1998, foi criada o Xangai Cinco (Shangai Five), tendo como membros China, Quirguistão, Cazaquistão, Uzbequistão e Rússia. O Xangai Cinco tinha como objetivo combater o terrorismo ou quaisquer atividades que poderiam ferir a soberania, a segurança e a ordem social de qualquer Estado membro. Estes mesmos países criaram a Shangai Cooperation Organization, em junho de 2001, e uma de suas primeiras convenções foi a “Convenção de Combate ao Terrorismo, Separatismo e Extremismo”. Assuntos de fronteiras ainda continuariam na agenda, contudo, a luta contra o terrorismo ganharia maior destaque.

Há crescentes indicações que a Ásia Central será uma das regiões mais importantes estrategicamente onde as grandes potências irão interagir, competir e cooperar. Em vista disso, a China busca melhorar gradativamente o relacionamento com os países da região. O estabelecimento de bases estadunidenses na região levanta a hipótese de haver uma presença militar norte-americana a longo prazo. A Ásia Central ganha constantemente novos focos da política externa chinesa por sua localização (os países da Ásia Central fazem fronteira com China, Rússia, Mongólia, Irã, Índia e Paquistão). Desde 2001, a política externa chinesa para a região tem como objetivos: a) segurança e terrorismo; b) economia e a Organização de Cooperação de Xangai e c) geopolítica e políticas de fronteira.

A China busca trabalhar com a região por meio da organização de cooperação de Xangai e por relações bilaterais. A China tem investido largamente na Ásia Central, principalmente no desenvolvimento da exploração de recursos naturais que são abundantes na região, em especial os materiais raros como tungstênio e molibdênio, importantes à indústria chinesa. Outros itens que merecem destaque são o ouro, a prata, o urânio, platina, cobre e zinco.

Em junho de 2004, a China disponibilizou 900 milhões de dólares para os cinco Estados da Ásia Central financiarem projetos que envolvessem companhias chinesas para desenvolver os

setores metalúrgico, extração de minerais, hidroelétrico, estradas e telecomunicações (PEYROUSE, 2007).

Há planos para a construção de uma ferrovia que ligará o Quirguistão ao Uzbequistão, até a China. O custo da chamada Trans-Asia gira em torno de 2 bilhões de dólares, provavelmente a ser financiada pela China, mas este plano não saiu do papel desde 2005. Em maio de 2012, o presidente do Quirguistão Almazbek Atambaev, declarou que o projeto ainda não estava descartado e reafirmou a necessidade de obter apoio chinês para investimentos em seu país²⁵. A presença chinesa no pequeno Quirguistão é bem abrangente e congrega desde os setores de transporte e telecomunicações à extração de ouro; até 2011, a China possuía licença para explorar 79 das 228 jazidas de ouro no país²⁶.

Com relação ao Turcomenistão, a China emprestou 300 milhões de dólares para o país modernizar o complexo de indústrias químicas Maryazot e a construção de uma fábrica de carbamida²⁷. A dívida deverá ser paga ao longo de vinte anos. E estes não foram os únicos projetos; em 2006, a empresa Kazakhstan Temir Zholy comprou 152 vagões ferroviários para o transporte de passageiros da empresa Tian-Shan, ao custo de 60 milhões de dólares financiados pelo Banco da China (PEYROUSE, 2003). Na área de telecomunicações, as empresas chinesas Huawei e ZTE estão em todos os países da Ásia Central e dominam a maioria do mercado dessa região²⁸.

O Tadjiquistão é um dos maiores beneficiados com as políticas de auxílio da China para a Ásia Central: dos 900 milhões de dólares disponibilizados pela China para os 5 países, em junho de 2004, o Tadjiquistão ficou com a parcela de 600 milhões de dólares. E, em 2007, recebeu mais 30 milhões para o treinamento de pessoal de vários setores como economia, cultura, educação e guarda de fronteira (KASSENOVA, 2007). Em 2004, o Banco de Importação-Exportação da China concedeu um empréstimo para três grandes projetos no país: a construção das redes de

²⁵ Kyrgyz President Wants China-Kyrgyzstan-Uzbekistan Railway. Disponível em: <http://www.rferl.org/content/kyrgyz-president-pushes-china-uzbek-rail-link/24590625.html>

²⁶ Para mais ver: <http://kabar.kg/eng/economics/full/2095>

²⁷ Carbamida, também conhecido como ureia, é usado como componente branqueador e cicatrizante em fármacos e cosméticos.

²⁸ A presença da ZTE e Huawei em todos os países da Ásia Central e controlando boa parte da comunicação dos mesmo, gerou desconforto no congresso americano. Em Fevereiro de 2012, o Congresso americano levantou a suspeitas que a ZTE e Huawei estava sendo usada pelo governo chinês para espionar as comunicações dos cinco países da Ásia Central, classificando a ação como uma ameaça de segurança virtual. Para mais ver : Central Asia: Are Chinese Telecoms Acting as the Ears for Central Asian Authoritarians? Disponível em: <http://www.eurasianet.org/node/65008>

transmissão Lolazor-Khatlon, a rede Norte-Sul e a reconstrução da rodovia Dushanbe-Chanak-Khujand. Todos os projetos foram desenvolvidos por companhias chinesas que disputaram a licitação do governo do Tadjiquistão. A rede Lolazor-Khatlon com 93 km de extensão ficou pronta em 2006. A rede Norte-Sul, com 350 km, começou a ser construída em setembro de 2006 e foi entregue em setembro de 2009.

A China é um ator crucial nas políticas externas dos países da Ásia Central, por isso, não importa o que aconteça, os chineses não podem se retirar da região, pois desenvolvem um papel positivo no desenvolvimento dos países. É a China que supre a demanda de consumo dessa região

É a China, não os Estados Unidos ou a Rússia, que tem começado a preencher a carência de consumo de mercadorias na Ásia Central. A China tem, por exemplo, concedido empréstimos de 5,7 milhões de dólares ao Quirguistão e de 5 milhões de dólares ao Tadjiquistão para comprarem produtos chineses. (SWANSTROM, 2005, p.579)

Se os chineses promoverem corretamente sua política externa, a região pode se tornar um degrau para ascensão chinesa como grande poder, além de um importante fornecedor de matéria-prima para a China.

3.2 Fontes energéticas na Ásia Central

O segundo maior interesse na Ásia Central desde 2001 são as fontes energéticas. Como já foi apresentado, a China tornou-se um grande importador de petróleo nas últimas décadas e, depois dos acontecimentos de 11 de Setembro, a competição global por fontes energéticas foi intensificada e aumentou a tensão em busca de novas reservas. O Oriente Médio, vulnerável e sujeito a turbulências de longo prazo, devido a diversas crises nas décadas anteriores, prejudicou o fornecimento de petróleo.

A partir de então, a situação energética entrou em uma nova fase, caracterizada pela busca frenética e um acentuado aumento de preços no petróleo. Isso teve impactos em toda a Ásia:

Um impacto foi o oleoduto que percorre de Angarsk á Daqing: China e Rússia tem negociado este acordo por muitos anos, mas o Japão de repente interviu e tornou-se o maior rival da China. Índia, outro país de desenvolvimento tardio com uma grande demanda por energia, também entrou na competição mundial por energia e busca assegurar recursos energéticos a todo custo. Outro impacto foi geopolítico: as forças militares americanas estabeleceram bases na Ásia Central, ocuparam o Iraque e colocaram pressão no Irã em uma aparente tentativa de exercer controle sobre as reservas mundiais de energia (ZHOU, 2007, p.145).

A Ásia Central está localizada ao nordeste da China. Possui uma considerável quantidade e variedade de fontes energéticas. O Cazaquistão possui as maiores reservas de petróleo, gás natural e carvão da região. O Turcomenistão e o Uzbequistão possuem reservas modestas de gás natural e o Quirguistão tem uma boa capacidade de geração de energia hidroelétrica. Juntos esses países tem um bom potência energética (Tabela 5).

Tabela 5. Energia na Ásia Central em 2011

	Cazaquistão	Turcomenistão	Uzbequistão	Total Ásia Central
Reservas provadas de petróleo <i>(em milhões de barris)</i>	30,000	600	600	31,2
% das reservas mundiais de Petróleo	1,8	-	-	1,9
Produção de Petróleo <i>(em milhares de barris por dia)</i>	1841	216	86	2143
% da Produção Mundial de Petróleo	2,1	0,3	0,1	2,5
Reservas Provadas de Gás Natural <i>(em trilhões de metros cúbicos)</i>	1,9	24,3	1,6	27,8
% das reservas mundiais de Gás Natural	0,9	11,7	0,8	13,4
Produção de Gás Natural <i>(em bilhões de metros cúbicos)</i>	19,3	59,5	57	135,8
% da Produção Mundial de Gás Natural	0,6	1,8	1,7	4,1
Fonte: BP Statistical Review of World Energy - June 2012				

Os países da Ásia Central (Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão) estão encravados no centro da Ásia sem saída para o mar, assim, escoar petróleo (e outros produtos) para países vizinhos é algo necessário e muito vantajoso.

A China é uma grande importadora de hidrocarbonetos e a grande maioria é transportada via marítima. Mas rotas marítimas são sensíveis a bloqueios. Neste contexto, ter fontes de fornecimento de petróleo e gás natural transportadas via terrestre de um país adjacente é uma alternativa atrativa e mais segura. Por essa razão, as empresas petrolíferas chinesas tem todo apoio político e podem oferecer diversos financiamentos em condições vantajosas e juros baixos do Banco Nacional de Desenvolvimento (Guójiā Kāifā Yínháng), do Banco da China (Zhōngguó yínháng), ou do Banco de Importação-Exportação da China (Zhōngguó jìn chūkǒu yínháng).

O Cazaquistão é o maior país da Ásia Central e também um dos mais desenvolvidos. Desde a sua independência, vem buscando formas de melhorar seu desenvolvimento e diversificar sua base econômica, tentando se libertar da dependência russa. As descobertas de grandes reservas de petróleo e outros minerais (minério de ferro, cobre, zinco e urânio) atraíram grandes quantidades de investimentos estrangeiros (JOHNSON, 2009). Mas toda a sua economia esta pautada na exportação de petróleo e minerais: cerca de 25,7 milhões de toneladas de petróleo, do total de 80 milhões, produzido no Cazaquistão é exportado para a China (DEMYTRIE, 2010). Ironicamente, o Cazaquistão sofre com baixa quantidade de água, abundante no Quirguistão e no Tadjiquistão.

Em 1994, a China estabeleceu os primeiros contatos para a exploração de petróleo por meio do primeiro ministro Li Peng, que conduziu pessoalmente, em 1997, a compra 60% da AktobeMunaiGaz Oil Company por US\$ 4,3 bilhões pela CNPC. Um ponto notável desta aquisição é que a companhia cazaque controla os três maiores campos de petróleo no noroeste desse país (Zhanazhol, Kenjiyake e Wujing); somados, estes campos têm a reserva de mais de 1 bilhão de barris (LEE, 2005). Ao longo dos anos, a CNPC foi comprando mais ações da AktobeMunaiGaz Oil, até que, finalmente, em 2003, comprou os 25% de ações restantes que estavam com o governo cazaquistão pelo valor de 150 milhões de dólares, tornando-se dona de 100% da companhia (WATKINS, 2003). Em 2010, então, CNPC-AktobeMunaiGaz Oil produziu 6,3 milhões de toneladas de petróleo.

Um diferencial da atuação chinesa na compra de companhias energéticas na Ásia Central é que, ao comprar uma companhia, os chineses não só levam tecnologia, mas também investem no desenvolvimento da região. Em 2010, por meio da AktobeMunaiGaz Oil, a China investiu 60 milhões de dólares em desenvolvimento de infraestrutura na cidade de Aktobe, além de centros educacionais e médicos, distribuição de bolsas de estudos e gerou empregos na região; dos 6.900 funcionários da CNPC-AktobeMunaiGaz Oil, apenas 117 são chineses, os demais foram recrutados por todo o Cazaquistão. Por ano, a CNPC-AktobeMunaiGaz Oil paga 7,8 bilhões de dólares em impostos para o Cazaquistão (SHENGNAN; JIA, 2011).

Em 1998, foi fechado um contrato para a construção de um oleoduto de 3.000 km para interligar os campos do Cáspio e a província de Xinjiang na China, projeto que vem sendo apelidado de “Rota da Seda e Energia”. A CNPC, junto à Kazmunaigaz, fechou um acordo 50/50 para a construção de dutos, cuja primeira fase (que liga Atasu á Alashankou) ficou pronta em

2005. As outras duas fases estão paralisadas devido às alegações de analistas chineses de um alto custo em construir um oleoduto que traz petróleo e gás do Cazaquistão ao Noroeste para as zonas consumidoras a leste. Estas negociações estão sendo fortemente influenciadas por interferência norte-americana, que incita o governo cazaque a construir oleodutos e gasodutos pelo circuito Baku-Tblisi-Ceyhan, de modo que seria possível exportar tanto para a Europa via Turquia, como também para a China.

Devido a estes contratempos, e ao receio de que os dutos não sejam abastecidos depois de prontos, a PetroChina, subsidiária da CNPC, comprou a PetroKazakhstan, a segunda maior empresa estrangeira de petróleo atuante no Cazaquistão. Essa compra assegurou à China uma considerável reserva e produção de petróleo no Cazaquistão.

Inspirada pelo sucesso de seus empreendimentos no Cazaquistão, a China tentou adquirir parte do direito de exploração do “North Caspian Sea Project”. Esse projeto explora o campo de petróleo de Kashagan no Cazaquistão. Considerado uma das maiores reservas de petróleo encontrado nos últimos trinta anos, esse campo possui uma reserva recuperável de 13 bilhões de barris de petróleo. O Campo é explorado por um grupo de empresas: ENI (Italiana e operadora do projeto), a Shell (Inglaterra), Exxon-Mobil (Estados Unidos), TotalFinaElf (França), Conoco Phillips (Estados Unidos) e a INPEX (Japão). Cada uma com 16,67% do empreendimento, com exceção da Conoco Phillips e da INPEX, que possuem apenas 8,33% cada uma.

Em 2003, a CNOOC comprou 8,33% das ações do projeto, por 615 milhões de dólares, que estavam sendo vendidas pela britânica BG. Em seguida, a CNPC tentou adquirir os 8,33% das ações restantes da BG pelo mesmo valor (HISCOCK,2003). Contudo, as demais empresas participantes do projeto se recusaram a aceitar a participação da CNPC e exerceram seu direito de pré-preferência sob as ações da BG bloquearam a transação.

Em 2005, novas aquisições foram feitas. A CNOOC, junto com a KazMunaiGas, assinou um acordo para explorar o campo de Darkhan, próximo ao mar Cáspio, que possui uma reserva de 480 milhões de toneladas de petróleo (PEYROUSE, 2007). Em 2012, a China, por meio do Banco de Importação-Exportação da China, emprestou 1,13 bilhões de dólares á KazMunaiGas para a modernização das refinarias da cidade de Atyrau. A companhia terá 13 anos para quitar a dívida. Após a reforma, essa refinaria poderá processar até 2,4 milhões de barris de combustível e

poderá se tornar a refinaria mais moderna do país²⁹. O projeto será executado por três companhias: a Sinopec Engineering Consortium (China), a Marubeni Corporation (Japão) e a KazStroyService (Cazaquistão), e espera-se estar concluído em quatro anos. O Cazaquistão possui apenas três refinarias: duas pertencentes a KazMunaiGas e uma terceira, a Shymkent, que pertence a CNPC e a KazMunaiGas.

Embora a relação seja favorável aos dois países, já que o Cazaquistão necessita de grandes investimentos diretos para a construção de infraestrutura básica, e a China, de petróleo e gás natural, nem tudo funciona perfeitamente. A demanda chinesa de petróleo desse país seria de 50 milhões de toneladas, 3 milhões de toneladas a mais do que o Cazaquistão pode fornecer. Outro fator é que tanto a população como o governo cazaque têm a sensação de que a China é um “hegemon à espera”, isto é, temem o expansionismo chinês. Parte da população acha que o Cazaquistão está sendo comprado pela China. Na questão energética o ministro da energia cazaquistão, Sauat Mynbayev, afirmou que a China possui de 50 a 100% das ações de pelo menos 15 empresas de petróleo do país (DEMYTRIE, 2010).

O Uzbequistão possui uma modesta reserva de 600 milhões de barris de petróleo e o desenvolvimento dessas reservas tem sido devagar. Em 2000, a maior empresa petrolífera do país a *Uzbekneftgas National Oil and Gas Corporation*, publicou que tinha identificado e já explorava 171 compôs de petróleo e gás natural; dos já em produção, 51 eram de petróleo, 27 de gás e 17 de condensados (DORIAN, 2006). É um dos maiores exportadores de gás natural e distribuidor de energia na região, mas sofre com a falta de água. Em 2004, a China assinou um acordo de expansão de relações com o Uzbequistão e, desde então, financia a exploração de petróleo e gás no país, além de estruturas básicas (JOHNSON, 2009).

No Turcomenistão, toda a economia gira ao redor do petróleo e do gás, que correspondem a 40% de suas exportações em 2009³⁰. Desde 2009, o Turcomenistão exporta gás natural em três direções: Rússia, Irã e China. Neste mesmo ano, foi inaugurado o gasoduto Turcomenistão - Uzbequistão - Cazaquistão – China (Gasoduto Ásia Central-China) com 7000 km. Esse gasoduto

²⁹ Para mais ver: China disponibiliza mais de 1 bilhão para a construção de um centro avançado de processamento de petróleo na cidade de Atyrau no Cazaquistão. Disponível em: <http://en.tengrinews.kz/markets/10624/>

³⁰ Turcomenistan. CIA World Fact Book 2012. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/uz.html>

transportou 13,8 bilhões de metros cúbicos de gás para a China em 2009 e espera-se que atinja sua capacidade total entre 2014-2015, com 55-60 bilhões de metros cúbicos³¹.

Dentre todos os países da Ásia Central, o Tadjiquistão é, de longe, o mais pobre, tanto no sentido energético quanto no econômico. Sua maior fonte energética é a hidroelétrica, que é pouco explorada, e o país sofre com apagões frequentemente. É comum, durante o inverno, a população passar semanas sem receber energia.

O Quirguistão é o menor país da Ásia Central. O desenvolvimento do setor energético está voltado para a hidrelétrica, que é a maior riqueza do país. O Quirguistão está situado na cabeceira de dois dos maiores rios da Ásia Central: o rio Amu Darya e o Syr Darya. A maior usina do país é a Karambata 2 que tem a capacidade de gerar entre 500-700 milhões de quilowatt por hora. Há planos de construir novas hidrelétricas, pois apenas 10% da geração de energia é usada. O Rio Naryn, por exemplo, tem o potencial para gerar 2.200 megawatts³². O país possui sete campos de exploração de petróleo e dois de exploração mista (gás natural/petróleo), mas as reservas são pequenas, apenas 40 milhões de barris em 2011, o suficiente apenas para suprir as necessidades do país³³.

A China tem a região como fornecedora de energia barata, principalmente a energia obtida por via hidrelétrica, que pode ser enviada para a província de Xinjiang. Embora as reservas e produção combinadas de todos os países da Ásia Central não sejam suficientes para suprir toda a demanda chinesa, é o bastante para satisfazer uma quantidade significativa. A região é estrategicamente interessante, pois, disponibiliza uma quantidade razoável de combustíveis por via terrestre e pode reduzir a dependência chinesa do Oriente Médio.

3.3 A importância da Ásia Central na questão energética: o Petróleo e as rotas marítimas

Há grandes reservas de petróleo concentradas em algumas regiões do mundo, como é o caso do Oriente Médio, Venezuela e de alguns países africanos. Com essa variedade de fornecedores, porque a Ásia Central é considerada pela China um fornecedor tão importante? Para responder a essa questão é necessário entender a logística do petróleo chinês.

³¹Central Asia-China gas pipeline's capacity to nearly double. Disponível em: http://centralasiaonline.com/en_GB/articles/caii/newsbriefs/2011/08/27/newsbrief-05

³²U.S. Library of the Congres. Kyrgyzstan. Disponível em: www.countrystudies.us/kyrgyzstan/23.htm

³³Kyrgystanan. CIA World Fact Book 2012. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/kg.html>

A China é altamente dependente da via marítima para o transporte de petróleo: 90% de suas importações de petróleo são transportadas por mar (DAVIDOVIC, 2008), sendo metade destas provenientes do Oriente Médio e 30% do continente africano³⁴. Estreitos, como o de Malaca, um pequeno acesso entre Cingapura e Indonésia, são cruciais para a logística do petróleo.

Mais da metade do tráfego mercante mundial passa anualmente pelos estreitos de Malaca, Lombok e Sunda. Petróleo cru, gás natural liquefeito, carvão e minério de ferro compõem grande parte do tráfego mercante. Mais de 100.000 navios tanque, navios-contêineres e outras embarcações de carga transitam pelos estreitos todo ano. Mais 9,5 milhões de barris de óleo por dia circulam somente pelo estreito de Malaca. (MARKETOS, 2009, p.111)

A importância estratégica do Estreito de Malaca transcende o continente asiático. Com 600 milhas de comprimento, 1,5 milhas de largura e 21,8 metros de profundidade³⁵, ele é a principal ligação entre o Oceano Índico e o mar do sul da China, por onde circulam diariamente pelo estreito 26 navios-tanques, 200 barcos (são 63.000 ao ano) e 80% de todo o petróleo consumido no Nordeste Asiático. Isto faz desse estreito o segundo mais movimentado no mundo (HO, 2007, p.22). Atualmente, a China ultrapassou o Japão e se tornou o principal usuário do estreito de Malaca (SJAASTAD, 2007, p.3).

O Estreito de Lombok é menos problemático, pois, por ser tratar de uma via um pouco mais larga (11,5 milhas), e com maior profundidade (150 metros) que o estreito de Malaca, é preferido a este, em especial por alguns navios tanques com maior calado (navios de maior porte, ou peso, que precisam de uma profundidade superior a 21 metros para navegar, usam o estreito de Lombok).

O Estreito de Sunda tem 50 milhas de comprimento e é uma alternativa ao Estreito de Malaca. Esse estreito possui uma passagem de 15 milhas de largura, mas, devido a sua forte correnteza e limitada profundidade, não é usado por navios com cargas maiores que 100 mil toneladas (HO, 2007, p.23).

³⁴ China Profile - Energy Information Administration. Disponível em:
<http://www.eia.doe.gov/emeu/cabs/China/Oil.html>

³⁵ A Organização Marítima Internacional define que para uma área ser navegável precisa ter, pelo menos, 19,8 metros de profundidade.

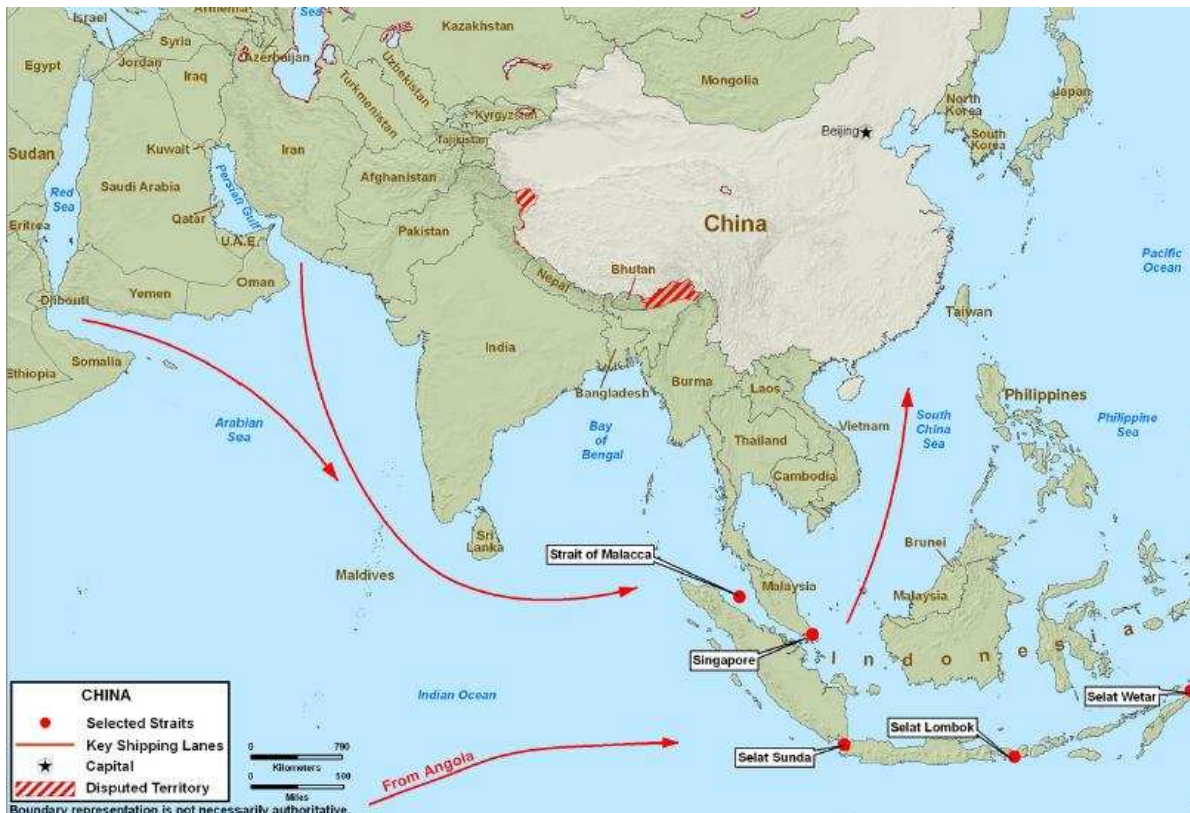


Figura 5. Rotas Marítimas Chinesas

Fonte: Military Power of the People's Republic of China Report – U.S Department of Defense, 2009, p. 16

Fora da região do sul da China e da costa da Indonésia, outro ponto delicado é o estreito de Ormuz, localizado entre o Irã e Omã. As águas deste trecho são repletas de embarcações militares norte-americanas que controlam todo o fluxo da região.

Segurança energética pode ser um bem público para os maiores consumidores de petróleo na Ásia, mas a segurança marítima é uma questão global para todas as nações. Qualquer tipo de perturbação ao livre fluxo de petróleo pode causar severos impactos à economia e à segurança chinesas.

Segundo Lieberthal e Herberg (2006), a Marinha Americana controla todas as rotas marítimas de comunicação em todos os pontos chaves de trânsito de matrizes energéticas.

Baseado na estratégia de dominação do Golfo Pérsico, a Marinha dos Estados Unidos controla todas as principais rotas marítimas e tem enorme poder sobre a indústria global de petróleo e suas instituições, muitos acreditam que os Estados Unidos exercem uma influência poderosa sobre o preço global do petróleo e seu fluxo. (LIEBERTHAL e HERBERG, 2006, p.16)

Segundo Barry Posen (2003), o domínio das áreas comuns (espaço, céu e oceanos) é a estratégia que suporta o poder do país hegemônico. E, para Paul Kennedy (1989), um país que tenha a maestria dos mares pode dificultar as operações e movimentações de Estados rivais, não bloqueando o uso, mas constringendo os demais de tal forma que seja necessário que o país que domina a região dê um consentimento tácito para ações na área.

Se observarmos atentamente a disposição da Marinha Americana, é notável que os Estados Unidos buscam exatamente isso, o domínio das áreas comuns, e o vem executando eficientemente ao longo dos últimos anos. Na região asiática, podemos observar a presença do Comando do Pacífico dos Estados Unidos (USPACOM) desde 1947; contudo, no final da Guerra Fria, houve uma redução das forças norte-americanas no Pacífico: “muitos asiáticos acreditam que os Estados Unidos vão retirar-se aos poucos do leste da Ásia” (LEE, 2000, p.45). Mas mesmo com uma redução de tropas desde a Segunda Guerra Mundial, os norte-americanos ainda são a maior força militar nas águas asiáticas. Nos últimos anos, eles veem nascer um rival: o Exército de Libertação Popular da China, que, aos poucos, se moderniza e ganha estrutura. Atualmente, a China conta com 2,3 milhões de soldados em suas forças, mas este é um número pequeno se comparado a China em números absolutos, com seus 14.500 km de litoral e uma população de 1,3 bilhões de pessoas. Devido as dimensões da região, em curto prazo a China não conseguirá substituir os Estados Unidos no domínio do Pacífico.

Os grandes poderes navais regionais (China e Índia em particular) competem pelo domínio dos mares asiáticos. Contudo, os Estados Unidos ainda são a maior força naval e exercem o domínio dos mares; no caso da Ásia, usa o Japão e a Índia para equilibrar a China (BATEMAN, 2009).

O único incidente que houve foi em 1993, quando o navio petroleiro Yinhe (Galáxia) foi interceptado e forçado a uma inspeção pela Marinha Americana, que suspeitou que o navio transportasse substâncias bioquímicas e equipamento para a produção de produtos químicos para o Irã.

O incidente não comprometeu o recebimento de petróleo da China vindo do Irã, mas causou uma queda brusca nas importações de petróleo chinesa vindas do Irã nos anos seguintes.

Enquanto em 1992 foram importados 11.500.000 toneladas de petróleo, em 1993 foram apenas 6.790.000³⁶.

A presença estadunidense nestas regiões se deve a dois motivos: a segurança de mercado e a energia como mecanismo de pressão política. Assim, as fontes energéticas extraídas na Ásia Central são extremamente importantes para a China. Por estarem próximas, podem ser transportadas via dutos diretamente para o país, sem passar por territórios dominados pelos Estados Unidos, ou por via marítima, onde as forças navais norte-americanas estão espalhadas ao longo das principais rotas.

A China procura reduzir a dependência de importações de petróleo por via marítima, para reduzir o risco de bloqueios de fornecimento de energia pelos Estados Unidos em estreitos como o de Malaca e priorizar o transporte de fontes energéticas via dutos (PEYROUSE, 2007). A Ásia Central é um ponto seguro, mesmo que o fornecimento não seja suficiente para suprir toda a demanda chinesa, é suficiente para aumentar a segurança energética chinesa.

3.4 Visões chinesas sobre a presença norte-americana na Ásia Central

Seria muito simplista dizer que as ações que a China pratica na Ásia Central são apenas uma reação à presença norte-americana. A China tem diversos interesses na região e age em função destes. Mas a presença estadunidense em seus arredores, não é a situação favorita dos chineses. A China vê que os Estados Unidos estão na Ásia Central para atingir três objetivos básicos: evitar que o fundamentalismo islâmico se espalhe, enfraquecer a influência russa na região e conter a China (ONG, 2007).

Para Pequim, os americanos usam os acontecimentos de 11 de Setembro e a “guerra ao terror” como um pretexto para impor sua supremacia em todo o mundo, inclusive em partes mais remotas, como a Ásia Central; além disso, a doutrina dos ataques preventivos criou a ilusão de “ou você está ao lado dos Estados Unidos, ou ao lado dos terroristas”, uma lógica de soma zero. Dessa forma, os norte-americanos conseguem se impor no mundo de uma forma geral e na Ásia Central, em específico.

³⁶ DAOJIONG, 2006, p. 40.

Os chineses estão cientes dos interesses econômicos que os Estados Unidos têm na região. A questão da diversificação dos fornecedores de fontes energéticas para reduzir sua dependência do Golfo Pérsico é uma preocupação tanto chinesa quanto norte-americana. Tanto que os Estados Unidos querem construir dutos que levem petróleo e gás para o ocidente e que o traçado destes não passe por países que os norte-americanos consideram hostis, como Rússia e Irã.

É difícil estabelecer uma postura clara sobre a posição da China com relação aos Estados Unidos, porque ainda é difícil caracterizar suas relações; eles não são exatamente parceiros, mas também não são rivais, não são inimigos, mas também não dá para classifica-los como amigos. É por isso que o termo *frenemies* é o que mais se aproxima de uma definição para a relação sino-americana. E este é um termo que, embora defina a relação, não facilita a análise, pois cada ação dos Estados Unidos e da China precisa ser interpretada: se é um indicativo de um passo para o lado de amigos, ou de um passo para o lado de inimigos.

No que concerne a Ásia Central, podemos dizer que ambos países estão sob gelo fino. Isso, porque a Ásia Central é uma região muito próxima da China e não é agradável aos chineses que um país, como os Estados Unidos, que busca manter sua posição de supremacia global, se instale militarmente nos países próximos a ela. Segundo a revista *Liaowang* (uma publicação ligada á elite política chinesa) publicou em 2002, “A penetração dos Estados Unidos na Ásia Central não só impede a China de expandir sua influência, mas também esmaga a China pelo Leste e pelo Oeste, assim contendo eficientemente uma China Ascendente” (FUQIU, 2002, p.5). A China trabalha com cautela, pois, o pior que pode acontecer é transformar os Estados Unidos em um inimigo.

A China compreende a importância e aceita a presença estadunidense para o combate de grupos terroristas, como foi o caso do Afeganistão. Mas a presença prolongada de bases militares norte-americanas na região e as tentativas de disseminar a democracia nos Estados ao seu redor não é bem quista pelos chineses. O caso gera uma fricção nas relações. A China já declarou publicamente que não é a favor da permanência militar dos EUA a longo prazo na região. Em 2005, na reunião de cúpula da Organização de Cooperação de Xangai, a China fez uma declaração formal cobrando dos países da Ásia Central um prazo para a retirada militar dos Estados Unidos da região (ZHAO, 2008). Os chineses acreditam que isso pode ser uma ameaça aos interesses chineses na Ásia Central, principalmente se houver um conflito por parte de

Taiwan ou qualquer outro choque, como, por exemplo, na questão do movimento separatista do Turcomenistão do Leste. Por sua vez, Washington pode usar suas bases ao redor da China (a base de Manas, no Quirguistão, fica apenas 300 km longe da fronteira com a província de Xinjiang) para pressionar Pequim.

Embora a China não tenha uma estratégia bem definida sobre como agir com os Estados Unidos nos países vizinhos, Pequim sabe que não pode transformar a Ásia Central no “Grande Jogo”. Tal competição, na verdade, vai contra os interesses americanos e chineses, contudo, ao observarmos a realidade da região, podemos notar que já há indícios do “grande jogo” ali. Por mais que os dois países neguem tal competição, ela já existe. A diferença deste grande jogo atual para os anteriores reside nas ferramentas usadas pelos grandes poderes. Os Estados Unidos usa como meio de conquistar a maior parte possível da Ásia Central por meio da democracia, questões de direitos humanos, ajuda humanitária e alguns investimentos. A China joga com empréstimos a juros baixíssimos, algumas vezes 1% ao ano (SYROEZHKIN, 2012), investimentos em infra-estrutura básica, educação, e geração de empregos ao comprar indústrias de cada país. O grande jogo não é mais uma disputa unicamente militar na qual provocações voam de um lado para o outro. O atual grande jogo é discreto, polido, diplomático e (a novidade) quem decidirá o vencedor são os próprios países da Ásia Central, que, por enquanto, estão aproveitando toda a atenção e investimentos recebidos.

3.5 Uma questão de interesses: O petróleo e a segurança periférica chinesa

As companhias petrolíferas chinesas são estatais. Isso não é nenhuma novidade, e não é muito diferente das empresas petrolíferas de outros países. Mas um diferencial interessante, é que as companhias petrolíferas chinesas recebem um grande apoio governamental em suas negociações, por isso, podem oferecer muito mais que pagamento pelo valor do produto ou fornecer tecnologia: essas companhias podem se utilizar de mecanismos governamentais para facilitar as transações. Elas recebem apoio do corpo diplomático, podem incluir países em programas de ajuda humanitária do governo chinês, permitir acesso ao mercado chinês e intermediar financiamentos á condições muito favoráveis.

Essa variedade de condições e benefícios que as petrolíferas chinesas podem oferecer a outros países em troca do acesso a suas reservas de fontes energéticas, não é aleatória. Essas

companhias possuem essa configuração para servir a dois propósitos: conseguir a maior quantidade possível de reservas de petróleo e gás natural em outros países, e servir de ferramenta diplomática do governo chinês.

O primeiro propósito é fácil observar. As companhias de petróleo da China estão presentes em praticamente todos os cantos do globo. Aonde tiver houver petróleo haverá, em maior ou menor grau, a presença de uma companhia petrolífera chinesa, já que as indústrias petrolíferas chinesas servem como ferramenta diplomática do governo chinês em prol da segurança chinesa (e neste ponto, não me refiro a segurança energética).

Os cinco países que compõem a Ásia Central são ainda muito recentes. Em vinte anos, esses países ainda não conseguiram se estruturar. Falta infraestrutura básica, empregos, o sistema de saúde é falho, em alguns há escassez de água e em outros, de energia. E não há dinheiro para promover as reformas necessárias. Países frágeis como esses, são suscetíveis a revoltas civis, migração para países vizinhos em busca de emprego, estão vulneráveis a forte influência de outros países – no grupo de países em questão podem mesmo servir de refúgio a grupos terroristas.

Com tal situação ao seu lado, a China precisa estabelecer um maior contato e, de alguma forma, estreitar laços de confiança e amizade com esses países. As trocas comerciais são um bom começo, mas estas trabalham apenas à questão econômica. Ainda não há uma aproximação da população, nem laços de confiança com seus governos. É necessário estar presente no país o tempo todo, construir uma boa imagem em seu interior, sem criar uma dependência extrema. Temos de lembrar que os chineses obedecem aos princípios da não ingerência interna³⁷. É neste momento que entram as companhias petrolíferas. Ao contrario das companhias dos demais setores na China, as companhias de petróleo tem uma grande liberdade de ação, estão próximas aos governos e, por questões de agiar reservas energéticas, precisam se estabelecer no país no longo prazo para poderem executar sua função. Enfim, perfeitas para serem intermediárias do governo chinês com o governo local, sem criar situações programadas ou mecanismos de ajuda humanitária que dão foco às relações entre os países. As companhias de petróleo podem atuar como benfeitoras, atenuando a imagem de exploradora de recursos, melhorando as condições

³⁷ Os cinco princípios da Coexistência Pacífica são: respeito mútuo pela soberania e integridade territorial, mútua não-agressão, não interferência nos assuntos internos alheios, equidade e mútuo benefício e coexistência pacífica. Esses princípios foram elaborados pelo governo chinês em 1954, quando a China procurava evitar a interferência de países não comunistas na Ásia. Fonte: http://afe.easia.columbia.edu/special/china_1950_forpol_principles.htm

locais por meio de programas de bolsas de estudos e da construção de infra estrutura básica (escolas e hospitais), além de proporcionar financiamentos para obras de estruturas concedidos a juros baixos.

Agir por meio das indústrias de petróleo atrai muito menos a atenção ao que se é feito do que os tradicionais programas executados pelos Estados Unidos e pela OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), como o Partnership for Peace. Outro ponto é que essa atuação gera aproximação da população local á China, mas sem atrai-la para migração.

Uma vez estabelecidos esses laços por meio da atuação das companhias petrolíferas, a China consegue melhorar sua imagem nos arredores e firmar laços de amizade, além de uma interdependência menos sensível à influência de externos. Os países da Ásia Central sabem que precisam da China para manter os avanços (mesmo que pequenos nos últimos anos). É com isso que a China conta. Ao atrair os países ao seu redor a China consegue duas coisas: o petróleo e um cinturão de segurança.

Manter a estabilidade e a paz com os países ao seu entorno é essencial para a China manter o seu desenvolvimento. A Ásia Central é uma extensão da segurança interna chinesa. Tendo esses países como seus aliados (e não protegidos), a China espera conseguir manter outros países, notadamente os Estados Unidos, fora dos seus arredores, construindo para si uma zona de estabilidade e segurança.

As indústrias petrolíferas não são o único mecanismo chinês com esse objetivo. Há também a Organização de Cooperação de Xangai, contudo, as indústrias petrolíferas são as que estão presentes constantemente e conseguem agir sem chamar grande atenção.

4 Parte IV- Estados Unidos

4.1 Política Externa Norte-Americana para a Ásia Central

A Ásia Central fica em uma região remota, isolada e sem acesso ao mar, e nunca na história norte-americana houve algum envolvimento dos Estados Unidos aos países desta região; então, por que agora?

Durante a Guerra Fria, a competição com os soviéticos não deixava espaço para explorar e examinar as diversas regiões que constituíam a URSS. Era evidente que a União Soviética não era um bloco monolítico e dentro dela existia uma variedade de culturas, etnias e religião. Mas destrinchá-la e estudá-la não estava no topo da lista de prioridades norte-americanas na época.

Com o final da Guerra Fria, em 1991, a Ásia Central começou a figurar na agenda de política externa dos Estados Unidos (RUMMER, 2007), mas foi ofuscada por outros acontecimentos no mesmo período que exigiam atenção imediata (revoluções no leste europeu, unificação da Alemanha, criação da Rússia, Guerra do Golfo, fragmentação da Iugoslávia só para nomear alguns).

Os países da Ásia Central eram novos no sistema, não havia registros de relações com os Estados Unidos, eram pouco conhecidos, não tinham laços culturais ou econômicos com os americanos. Estes países, desconhecidos e novatos, começaram a ganhar alguma atenção em 1993, quando o Departamento de Estado americano criou uma estrutura interina para lidar com a Rússia e os países originados com o fim da URSS. O primeiro assunto era lidar com as armas de destruição em massa. Com a quebra da URSS, vários territórios soviéticos proclamaram independência, e alguns destes territórios eram detentores de grande quantidade de partes do arsenal soviético. O foco eram as armas nucleares, que na Ásia Central, estavam localizadas no Cazaquistão, era necessário destruir ou remover toda e qualquer parte deste legado soviético.

As maiores fábricas de armamentos e o maior arsenal nuclear estavam no Cazaquistão. Embora ninguém acreditasse que o Cazaquistão fosse manter essas armas, foi feito um grande esforço diplomático para destruí-las e a convencer o governo a se juntar ao Tratado de Não – Proliferação de Armas Nucleares como um Estado não-nuclear. O acordo foi assinado em 1994, e todas as armas retiradas em 1995 (RUMMER, 2007).

Em 1994, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) deu início ao programa Partnership for Peace. É uma cooperação com objetivos muito mais práticos. Cada acordo é feito sob medida, cada país escolhe em uma extensa lista uma atividade, uma vez escolhida a atividade, é montado um programa de cooperação de dois anos com a OTAN, em troca os países signatários comprometem-se em respeitar a lei internacional, a carta das Nações Unidas, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, os Acordos de Helsinque e os acordos de desarmamento e controle de armas.

Paralela com a agenda de Não Proliferação de armas, o Partnership for Peace, os Estados Unidos empreenderam o esforço de desenvolver os cinco países dessa região implementando reformas políticas (criação de partidos políticos e eleições livres) e econômicas (livre movimentação de capitais, livre mercado entre outros mecanismos). O resultado dessas medidas alternou de acordo com cada país da região e das suas condições internas. Cazaquistão e Quirguistão empreenderam as reformas políticas e econômicas, o Turcomenistão e o Uzbequistão estagnaram e o Tadjiquistão entrou em guerra civil.

Até então, como se pode notar, a Ásia Central tinha uma ínfima importância na política externa dos Estados Unidos, que só se voltou para a região devido à alegação de presença de armas de destruição em massa e fábricas de armamentos nos países da região e, ainda assim, procurou manter-se a distância dos assuntos regionais. Contudo, esse cenário mudou completamente com os atentados de 11 de Setembro em 2001.

4.2 11 de Setembro e Novos Interesses

Os interesses dos Estados Unidos na Ásia Central mudaram completamente depois dos ataques de 11 de Setembro de 2001. O terrorismo tornou-se a primeira e imediata preocupação na Ásia Central. Os americanos acreditam que essa região é um foco de ameaça a segurança dos Estados Unidos e a estabilidade mundial. Segundo o Deputy Assistant Secretary of State B. Lynn Pascoe “it was critical to the national interests of the United States that we greatly enhance our relations with the five Central Asian countries” (NICHOL,2012, p.12). O objetivo é evitar que aquela região vire um ponto de concentração de terroristas e grupos fundamentalistas. Em outubro de 2001, Tadjiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão apoiaram a vinda dos Estados

Unidos para combater o Taliban, há muito os Estados da região temiam que o Taliban se espalhasse por toda a região e atenuasse o tráfico de drogas.

Os atentados ao World Trade Center e ao Pentágono fizeram os americanos a repensarem a importância da Ásia Central. Cazaquistão, Uzbequistão, Turcomenistão, Tadjiquistão e Quirguistão tornaram-se importantes elementos da política estadunidense contra o terrorismo. O Uzbequistão, Tadjiquistão e Quirguistão permitiram uso de seus territórios para a instalação de bases norte-americanas. Estava lançada a operação “Enduring Freedom” As bases de Kulyab no Tadjiquistão e Manas no Quirguistão foram escolhidas por sua proximidade com o Afeganistão, a base de Khanabad no Quirguistão pela sua localização estratégica. Em 2005, o Uzbequistão reincidiu o acordo com os Estados Unidos, mas assim como os demais manteve o apoio as bases de ajuda humanitária da OTAN (NICHOL,2009).

Apesar de uma presença mais incisiva na região, a situação política e econômica dos cinco Estados da região não progrediu muito, isso porque há conflitos entre Estados Unidos e os governos dos Estados da Ásia Central quanto a forma de implementar as reformas. Para a população e as elites locais “estabilidade por meio da mudança” (RUMMER, 2007) parece contraditório. O envolvimento político dos Estados Unidos na região e a presença militar virou um elemento de perpetuação e até proteção dos atuais regimes que são retrógrados e resistentes a reformas. E os Estados da região usam a luta contra o terrorismo como desculpa para não implementarem as reformas.

A despeito da resistência dos governos dos países da Ásia Central, os Estados Unidos continua a investir na região.

Os interesses americanos na Ásia central também mudaram. De paz, estabilidade, causas humanitárias e energia, evoluíram para localização, segurança, direitos humanos e energia. Localizada no centro da Ásia entre Rússia, China, Paquistão, Índia, Irã e Afeganistão, a região da Ásia Central faz fronteira com grandes países, tanto em população quanto em representação internacional, como Índia e China. Está próxima, a áreas que os Estados Unidos vê como problemáticas por exemplo Irã e Afeganistão. E não podemos esquecer-nos da Rússia que busca voltar a ser a grande Rússia algum dia. Todos estes países são estrategicamente importantes para os Estados Unidos, pois estão envolvidas em assuntos de segurança ou que afetam o equilíbrio de poder:

The United States and the West in general find themselves increasingly dependent on the continued stability and development of the Central Eurasian region. The United States is heavily invested in Afghanistan, and its engagement there and in Central Asian states is a long-term endeavor. The future of this region has a considerable bearing on the development of the Global War on Terrorism and in general on US security interests in Eurasia; the maintenance of access to airspace and territory in the heart of Asia; the development of alternative sources of energy; and the furthering of freedom and democratic development (CORNELL; SWANSTROM, 2006, p.24).

São os vizinhos da Ásia Central que tornam a região geopoliticamente interessante. Ainda há a questão do petróleo na Rússia e no Irã; armas nucleares na Rússia e na China. Índia e China são dois Estados em ascensão muito rápida a uma velocidade que se mantida poderão ultrapassar os Estados Unidos, e representam um papel importante na ordem internacional e no mercado. O Paquistão é um grande aliado na guerra ao terrorismo. A Ásia Central é um degrau para todos estes temas estratégicos. A experiência no Afeganistão mostrou que o acesso a Ásia Central facilita a capacidade de operar no Sul da Ásia. E como uma potência global, com interesse ao redor de todo o mundo, acesso á Ásia Central é um ponto de grande importância, e essa importância aumente se surgir algum impedimento ao acesso americano á essa região por algum outro país.

4.3 Política do Petróleo

A questão energética desenvolve um grande papel na política externa norte-americana para a Ásia Central. Durante a década de 1990, a política do oleoduto foi, de longe, uma das mais bem-sucedidas na região. As reservas petróleo e gás natural presentes na Ásia Central são conhecidas desde o período da URSS, mas não foram consideradas prioritárias, e receberam poucos incentivos para o seu desenvolvimento. Com a independência destes Estados, houve uma emergência para a busca de recursos e abertura de suas reservas para empresas estrangeiras, sendo uma das primeiras tarefas a ser executada pelos novos Estados. Não demorou muito para diversas empresas petrolíferas irem a esses países para adquirirem os melhores contratos; as empresas norte-americanas não ficaram de fora, sendo uma das primeiras a se estabelecer, incentivadas pelo governo estadunidense.

Os Estados Unidos é o maior consumidor de petróleo e acesso a reservas fora do Oriente Médio, que sempre se mostrou fonte de problemas e instabilidade, ajuda a diversificar a

estratégia de segurança energética norte-americana. A energia rege a economia mundial, tanto o crescimento econômico como a prosperidade de um país estão ligados a segurança energética. Segundo Spencer Abraham, secretário de energia do governo George W. Bush “ Nossa segurança energética está diretamente ligada ao fornecimento de energia dos nossos parceiros comerciais.

Apesar de importante a questão energética não é o que define a política externa norte-americana para a Ásia Central. É mais um meio para atingir determinado fim. (BLANK, 2008). A abertura do mercado energético da Ásia Central para o mundo todo e garantir o estabelecimento de companhias de extração de petróleo, permitirá aos países da região vender petróleo a diversos mercados e o acesso de diversos compradores à região, que por sua vez, poderá vender seu produto a um valor definido pelo mercado. E o objetivo americano é sempre manter a oferta de petróleo em alta, para os preços reduzirem, ou pelo menos manterem-se estáveis. E desta forma evitam que a China ou Rússia exerçam um monopólio dos recursos energéticos da região

Os Estados Unidos são muito competitivos com relação ao acesso de energia na região, são um dos maiores investidores e têm focado em construir dutos para escoar o petróleo da região para a Índia (Turcomenistão-Afeganistão-Paquistão-Índia); esse projeto foi negociado ao longo de vinte anos, até que finalmente foi assinado, em maio de 2012. Esse gasoduto terá 1.735km e poderá levar até 33 bilhões de metros cúbicos de gás. A previsão é de que esteja pronto em 2016.

A instabilidade política do Oriente Médio estimula os Estados Unidos a procurar novas fontes de petróleo e gás natural. Quando a administração de George W. Bush assumiu o governo, em 2001, não havia uma estratégia clara sobre como os americanos procederiam com relação a Ásia Central; se havia, essa estratégia foi substituída rapidamente pela política de “guerra ao terror” depois dos ataques de setembro daquele ano.

Na administração de Obama, o foco recai sobre a estabilização da região. Nos *Congressional Budget Justification For Foreign Operations* de 2011 e 2012 o governo Obama descreve os países da região como vulneráveis e frágeis, suscetíveis a corrupção. Além disso, frisa que os Estados Unidos continuaram a apoiar o desenvolvimento de indústrias de extração de petróleo e gás natural, fornecendo especialistas, apoio técnico e ajuda para diversificar suas exportações para além da região. Neste ponto fica claro que o petróleo e gás natural dos países da Ásia Central não ficarão apenas para compradores vizinhos, notadamente, China.

4.4 A visão norte-americana sobre a presença chinesa na Ásia Central

A região da Ásia Central é muito importante para ser deixada por si mesma. Mas na visão norte-americana, essa região também é muito importante para ser deixada nas mãos de Rússia ou China. Nos últimos anos, o que os americanos têm observado é a constante inserção chinesa na região, seja pelo aumento das transações comerciais, seja pela aproximação política obtida através da Organização de Cooperação de Xangai. Os americanos receiam que essa aproximação resulte no domínio da região pelos chineses. Assim, o interesse primário dos Estados Unidos é garantir que nenhum poder controle a Ásia Central, garantindo o livre acesso econômico de todos os países à região.

Brzezinski (1998) afirma esse objetivo dos Estados Unidos gera uma implicação geoestratégica: “A América está muito distante para dominar essa parte da Eurásia, mas poderosos demais para não se envolverem” (BRZEZINSKI, 1998, p.148).

Embora distantes, os Estados Unidos trabalham para manter a manutenção geopolítica na região. A presença norte-americana ajuda a manter a pluralidade geopolítica da região, desenvolvendo os recursos da região, enquanto busca atender seus interesses econômicos e evita o domínio da região pela China, ou Rússia.

Os Estados Unidos ocupam, atualmente, a posição de *responsible stakeholder* da Ásia Central e desejam dividir esse papel com a China. O termo *responsible stakeholder* foi usado, pela primeira vez, para se referir a China pelo então Secretário de Estado americano Robert Zoellick, e significa atores do sistema internacional que dividem responsabilidades para manter a estabilidade que sustenta a prosperidade pacífica do sistema:

Agora, nós temos de encorajar a China a se tornar um *responsible stakeholder* no sistema internacional. Como um *responsible stakeholder*, a China seria mais que um membro, trabalharia conosco para sustentar o sistema internacional que possibilitou o seu sucesso.

Cooperação como um *stakeholder* não significa ausência de diferenças teremos disputas que precisaremos administrar. Mas a gestão pode acontecer dentro de uma estrutura mais ampla, onde as partes reconhecem interesses compartilhados na manutenção de sistemas políticos, econômicos e de segurança que oferece benefícios comuns (ZOELLICK, 2005, p. 5).

Isso não significa que os Estados Unidos vá se retirar da região, o objetivo é dividir as responsabilidades (na agenda norte-americana para região são: direitos humanos, terrorismo,

democracia e estabilização política e econômica) entre os grandes poderes da região. Washington ainda vê a China como um país que busca se firmar como líder regional e estabelecer uma hegemonia local. Trabalhar lado a lado com os chineses seria uma forma de ter um conhecimento antecipado de suas ações, de criar uma agenda comum de assuntos a serem tratados na Ásia Central, reduzindo fricções em suas relações e evitando o predomínio da China na região.

5 Parte V- E que os jogos comecem

5.1 Qual é o futuro de China e Estados Unidos na Ásia Central?

Por mais que Estados Unidos e China neguem, há uma disputa velada entre ambos pela Ásia Central. Todos os elementos apontam para uma releitura do grande jogo. Há uma disputa por influência na Ásia Central, sim. Os Estados Unidos nunca tiveram grande influência naquela região, e provavelmente jamais o terão. A crise econômica estadunidense e a preocupação chinesa de manter seu desenvolvimento são alguns dos fatores que evitam um conflito maior na Ásia.

Embora os Estados Unidos ainda sejam o país que mais investe no setor militar. A crise norte-americana e os diversos problemas internos (sistema de saúde e desemprego), lembram Washington que eles não podem aumentar seus gastos militares. Por enquanto, os Estados Unidos não podem mais gastar o quanto precisam para serem a “polícia do mundo”. Só há o suficiente para manter as ações e bases militares que já estão em funcionamento. A saída do Iraque e o início da retirada de tropas do Afeganistão diminuirá essa conta, ainda assim, não é o suficiente para um conflito ou disputa de forças militares com a China na Ásia Central, pelo menos não agora.

O Partido Comunista Chinês precisa de absoluta estabilidade para continuar a crescer e se desenvolver. O cenário internacional precisa ser constante e um conflito com os Estados Unidos agora não é algo interessante. Por mais difícil que seja admitir, os chineses sabem que ainda não possuem um país suficientemente forte e politicamente estável para contar com o apoio popular para conflito externo. A China não é uma democracia e não precisa de anuência ou validação por órgãos democráticos de suas ações, mas o Partido Comunista Chinês atou sua sobrevivência ao desenvolvimento chinês. Isso só é possível para a China em condições de paz. Um conflito armado com outros países pode ser o estopim que faltava para a população se voltar contra o partido.

A Ásia Central é importante. Para os Estados Unidos, porque é uma ponte entre China Rússia, Índia, Paquistão e Irã, países que ganham grande notoriedade a cada dia, por seu rápido desenvolvimento, pela sua economia pujante, ou pelo controle de fontes energéticas que estão cada dia mais escassas; e como a história já ensinou aos norte-americanos, não é inteligente

dependem do fornecimento de uma matéria-prima estratégica de um único ponto. Para a China, a Ásia Central é importante, porque é seu quintal dos fundos: é ali que está a extensão de etnias que compõem a China. Manter esse grupo de países (Cazaquistão, Quirguistão, Turcomenistão, Tadjiquistão e Uzbequistão) estáveis e com boas relações com os chineses é uma questão de segurança interna, uma vez que esses cinco países contêm etnias presentes na problemática província de Xinjiang. Um movimento separatista como o movimento do Turcomenistão do Leste, por exemplo, poderia, assim, desestabilizar a China, isso porque conflitos civis tendem a assustar investidores, e a China precisa de cada centavo para manter seu crescimento.

Outro ponto, a China não pretende ser o hegemon mundial. A China deseja um controle da Ásia e relações tranquilas e harmoniosas com o restante do mundo. Isso porque, ser uma potência como os Estados Unidos é muito caro, oferece muitos riscos devido a grande exposição e a China não quer se expor por um princípio simples: quanto mais a China se envolver em diversos assuntos, principalmente aqueles que os chineses classificam como ingerência interna, maior é a abertura que a China dará para os demais Estados criticarem suas estruturas. E isso é algo que o partido comunista não deseja. A última coisa que eles desejam é alguém ensinando-os a como fazer o comunismo com características chinesas, ou pior, outro Estado incentivando mecanismos democráticos. Já é bem complicado manter os opositores do monopólio do partido comunista, na medida do possível, controlados e sem que haja um furor na mídia internacional sobre a questão dos direitos na China. Com uma grande abertura, a China não fará outra coisa a não ser se defender para evitar perdas econômicas

Enfim, a China deseja ter uma grande influência nos seus arredores para ter segurança (a certeza que os Estados Unidos, ou outro país, não irá coibir suas ações), expandir sua influência, ter acesso a todos os mercados e obter todas as matérias-primas necessárias a um custo baixo. Os Estados Unidos, por mais difícil que possa ser, ainda deseja manter a sua supremacia. Particularmente no caso da Ásia, se a China conquistar a Ásia Central, pode ser apenas uma questão de tempo para o sul e o leste da Ásia estarem sob sua influência, ter a Rússia como aliado (que está muito mais preocupada com a Europa e com a região da Turquia e Geórgia) e a Índia com uma relação de co-existência pacífica. Os Estados Unidos precisam se inserir na Ásia Central e se manterem por lá se não quiserem que a China estabeleça sua área de influência. Os países que compõem essa região não possuem grande importância individualmente. Mas a Ásia Central é a pedra angular que define quem terá o domínio da região. A ideia de Mackinder,

sofisticada anos depois por Brzezinski, sobre a Ásia Central ser essencial para uma supremacia, ainda é válida. Quem tiver o controle sobre a Ásia Central, terá um grande poder. Talvez não o poder sobre o mundo todo, mas terá uma grande margem de manobra e influência: a China, por conquistar seus arredores, os Estados Unidos, por ter controle da região ao lado do país que tem maior probabilidade de ultrapassar a sua supremacia.

Embora a Ásia Central represente a chave para um grande poder, nem Estados Unidos, nem China têm condições, neste momento, de disputar abertamente e fortemente por essa região. Para que isso aconteça, é necessário um estopim forte o suficiente para Pequim e Washington colocarem o domínio da Ásia Central acima de suas frágeis estabilidades e economias.

As relações sino-americanas, atualmente, não parecem ser de amizade. É apenas uma paz fria, que é mantida em nome da fragilizada economia estadunidense e do infante desenvolvimento chinês. Não são inimigos, porque, no momento, não há razão clara para se odiarem; assim como não há motivos para serem como amigos de longa data. Há um relacionamento pacífico entre dois Estados que desconfiam um do outro. Assim, por enquanto, China e Estados Unidos se aproximam apenas até o ponto em que não configurem uma provocação ao outro. A China continuará com a Organização de Cooperação de Xangai, com o uso das suas indústrias petrolíferas para obter matérias-primas, ao mesmo tempo em que fornecem serviços básicos e uma política de empréstimo sem interferir em assuntos domésticos dos países da Ásia Central. E os Estados Unidos, ainda usará a questão da ameaça terrorista e dos direitos humanos para justificar sua presença na região. Enquanto puderem postergar o choque, Estados Unidos e China trabalharão para isso. Mas a Ásia Central não é, e provavelmente nunca será, uma área totalmente livre de disputas.

6 Conclusão

Esse trabalho teve como objetivo investigar como a diplomacia do petróleo aumenta a influência chinesa na Ásia Central e dilui o poder americano na região. Além disso, mostra como os Estados Unidos usa sua presença na Ásia Central e nas rotas marítimas para transporte de petróleo como forma de conter a expansão chinesa.

Ao final desta pesquisa, podemos concluir que a China utiliza suas indústrias de petróleo como ferramenta para promover política externa, se aproximar dos países vizinhos e, por meio delas, criar programas de apoio a região sem atrair a atenção internacional de um programa de ajuda humanitária, por exemplo.

Podemos também concluir que a política externa norte-americana para a Ásia Central é mais uma reação aos ataques de 11 de Setembro e às ações chinesas na região. A medida que a China se expande, os Estados Unidos procuram formas de limitar a projeção de influência daquele país. Tática que só é eficaz porque, tanto a China como os Estados Unidos, procuram evitar conflito entre si. Embora pareça contraditório, os Estados Unidos também buscam engajar a China no cenário internacional como forma de um *responsible stakeholder*, técnica que também apresenta problemas, pois os Estados Unidos esperam que a China divida responsabilidades com os americanos, propagando ideias que são marcas da política externa norte-americana, como democracia e direitos humanos; algo que a China não fará, visto que vai contra os princípios da política externa chinesa de não ingerência em assuntos internos. Além do mais, dividir a responsabilidade da Ásia Central com a China seria uma forma eficiente de evitar que os Estados Unidos não sejam excluídos ou minimizados na região.

Contudo, a forma que Washington quer engajar Pequim, não é a forma que os chineses querem participar do sistema internacional. Não é intenção da China dividir com os Estados Unidos a conta e a responsabilidade de assuntos que os chineses acreditam não ser de sua responsabilidade. Por não conseguir engajar a China da forma que gostariam (fazer que os chineses dividissem responsabilidades cumprindo a agenda estabelecida pelos norte-americanos), não resta outra saída aos Estados Unidos a não ser tentar conter as ações chinesas e procurar mostrar que não importa o quanto eles cresçam, os Estados Unidos estão perto, e têm o poder causar danos à economia da China por meio da interrupção de fluxos petrolíferos. Isso é tão

importante à China, que a simples ameaça é suficiente para fazer com que os chineses não desafiem os Estados Unidos.

7 Referências Bibliográficas

ANDREWS- SPEED, Philip; VINOGRADOV, Sergei. China's Involvement in Central Asian Petroleum: Convergent or Divergent Interests? **Asian Survey**, vol. 40, n. 2, Março-Abril, 2000.

ANDREWS- SPEED, Philip. **China's Oil Import Strategies**. Centre for Energy, Petroleum and Mineral Law and Policy Internet Journal.v.14, artigo 6, 2004 .

ANDREW-SPEED, Philip. China's ongoing energy efficiency drive: Origins, progress and prospects. **Energy Policy**, v.37, p.1331–1344, 2009.

ASIA PACIFIC ENERGY RESEARCH CENTRE (APEREC). **Aperc Energy Overview 2010**. Tokio, Japão, 2011.

AUSTIN, Angie. **Energy and Power in China: Domestic Regulation and Foreign Policy**. Londres: Foreign Policy Centre, 2005.
Disponível em: <http://fpc.org.uk/fsblob/448.pdf>

BAHGAT, Gawdat. **Energy Partnership: China and the Gulf States**. OPEC Review, v. 29, n. 2, 2005.
Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=743487>

BANCO MUNDIAL. **China Complete Data**, 2011.
Disponível em: <http://data.worldbank.org/country/china>

BATEMAN, Sam. Maritime Security: regional concerns and global implications. In TOW, William T. **Security Politics in the Asia-Pacific**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

BAUMANN, Florian. Energy Security as multidimensional concept. **Research Group on European Affairs**. n.1, 2008.
Disponível em: <http://edoc.vifapol.de/opus/volltexte/2009/784/>

BBC NEWS. Q&A: South China Sea Dispute. Shirong Chen. 19 de Julho de 2011.
Disponível em <http://www.bbc.co.uk/news/world-asia-pacific-13748349>

BENG, Phar Kim; LI, Vic Y.W. China's Energy Dependence on the Middle East: Boon or Bane for Asian Security? **China and Eurásia Forum Quarterly**. v 3, n. 3, Novembro 2005.

BLAIR, Bruce; YALI, Chen; HAGT, Eric. The Oil Weapon: Myth of China's Vulnerability. **China Security: 2007**
Disponível em: www.wsichina.org/%5Ccurr03.html

BLAIR, Denis; HILLS, Carlo A.; JANNUZI, Frank Sampson. U.S.-China Relations: An Affirmative Agenda, **Council on Foreign Relations**: New York, 2007.

BLANK, Stephen. The Strategic Importance of Central Asia: An American View, **Parameters**, p. 73-87, 2008.

BRESLIN, Shaun. **Power and production: rethinking China's global economic Role**, 2005

Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1017/S026021050500673X>
 Acessado em: Junho, 2009.

BO Zhiyue. China's new national energy Commission: policy implications
East Asian Institute Background Brief, n.504, Cingapura, 2010.

BUCHAN, David. The Treat With: Deregulation and Energy Security. **Survival**. Vol.44, nº3, 2002.

BUZAN, Barry. New Patterns of Global Security in the Twenty-First Century. **International Affairs**, London, v. 67, n. 3, p. 431-451, 1991.

BUZAN, Barry. **People, States & Fear: An Agenda for International Security Studies in the Post-Cold War Era**. University of North Carolina: Chapel Hill, 1993.

BUZAN, Barry.; WAEVER, Olé.; WILDE, Jaap de.; **Security: a new framework for analysis**. Lynne Rienner Publishers, 1998.

BUZAN, Barry. **The United States and the Great Powers**. World Politics in the Twenty-First Century. Cambridge: Polity Press, 2004.

BUZAN, Barry. A Leader without followers? The United States in World Politics after Bush. **International Politics**, nº 45, p 554 – 570, Junho, 2008

BBC BRASIL: **China promete cortar emissões de CO2**. 22 Setembro, 2009 Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/africa/news/story/2009/09/090922_unclimatesummittl.shtml

BRITISH PETROLEUM. **BP Statistical Review of World Energy**. Londres, Inglaterra, 2010.

BROMLEY, Simon. The United States and the Control of World oil. **Government and Opposition**, vol 40, nº 2, 2005.

BRZENZINSKI, Zbigniew. **The Grand Chessboard: American Primacy and Its Geostrategic Imperatives**. Nova York: Basic Books, 1997.

BRZENZINSKI, Zbigniew. Make Money, not War. **Foreign Policy**. Jan/Feb, 2005a.

BRZENZINSKI, Zbigniew. Nukes change everything. **Foreign Policy**. Jan/Feb, 2005b.

BRZENZINSKI, Zbigniew. America's staying in power. **Foreign Policy**. Jan/Feb, 2005c.

BLANK, Stephen. China, Kazakh Energy, and Russia: An Unlikely ménage à trois. **The China and Eurásia Fórum Quarterly**, vol 3, nº3, Novembro de 2005.

BUCKLEY, Chris. WILLS, Ken. China's Wen says price rises threaten social stability. **Reuters**. 27 de Fevereiro de 2011.

Disponível em: <http://www.reuters.com/article/2011/02/27/us-china-economy-wen-idUSTRE71Q07F20110227>

Acessado em: Setembro de 2011.

BO, Zhiyue. **China's new national energy commission: policy implications**. EAI Background Brief n. 504 Singapore: East Asia Institute, 2010.

Disponível em: <http://www.eai.nus.edu.sg/BB504.pdf>

Acessado em: Outubro de 2011.

CALDER, Kent E. **Asia's Deadly Triangle: How Arms, Energy and Growth Threaten to Destabilize Asia/Pacific**. Londres: Nicholas Bealey Publishing, 1996.

CHEN, Hsin Chih. World Leader of Second Tier?: China's Response to the Uncertain Decline of American Hegemony. In. 52nd ISA ANNUAL CONVENTION, 2011, Montreal.

Anais...Montreal, 2011.

CHINA ENERGY DATABOOK V.7. Berkeley, CA.: China Every Group, 2009. 1 CD-ROM.

CHINA NATIONAL PETROLEUM CORPORATION. 2010 Annual Report.

Disponível em:

http://www.cnpc.com.cn/resource/english/images1/pdf/10AnnualReportEn/CNPC_Annual_Report_2010.pdf

CHINA NATIONAL OFFSHORE OIL CORPORATION. 2010 Annual Report.

Disponível em: <http://www.cnoocld.com/encnoocld/tzzgx/dqbd/nianbao/default.shtml>

CHINA PETROCHEMICAL CORPORATION (SINOPEC). Sinopec Group Annual Report 2010.

Disponível em: <http://www.sinopecgroup.com/english/Pages/AnnualReport2010.pdf>

CHINA STATISTICAL BUREAU, **China Statistical Yearbook**, vários anos.

CHOW, Edward C. China's soft Power in Developing Regions: New Major player in MCGIFFERT, Carola. **The International Oil Patch in Chinese Soft Power and its Implications for the Unites States: Competition and cooperation in the Developing World**. Center for Strategic International Studies: Washington, 2009.

CHRISTOFFERSEN, Gaye. China's Intentions for Russian and Central Asian Oil and Gas. **National Bureau of Asian Research Analysis**, vol 9, nº2. Washington, 1998

CNPC Annual Report 2007, Disponível em:

<http://www.cnpc.com.cn/Resource/eng/img/07AnnualReport/2007PDF.pdf>

Acessado em: Junho, 2009.

COLE, Bernard D. **Oil for the lamps of China – Beijing's 21° Century Search for Energy**. Washington D.C: National Defense University, 2003.

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Política e Geopolítica**. São Paulo: Edusp, 2008.

CONSTANTIN, Christian. Understanding China's Energy Security. **World Political Science Review**, vol. 3, nº3, 2007

CORNELL, Svante E.; SWANSTROM, Niklas L.P. The Eurasian Drug Trade: A Challenge to Regional Security. **Problems of Post-Communism**, v. 53, n. 4, p. 10–28, 2006.

DAOJIONG, Zha. China's Energy Security: Domestic and International Issues. **Survival**. vol. 48, nº 1. 2006.

DAVIDOVIC, Sonja. China's Energy Policy in the geopolitical context, **Atlantic Community**, 2008

Disponível em:

http://www.atlanticcommunity.org/index/Open_Think_Tank_Article/China%27s_Energy_Policy_in_the_Geopolitical_Context

Acessado em: Junho de 2009.

DEMYTRIE, Rayhan. Struggle for Central Asian energy riches. **BBC News**, London, 3 de junho de 2010. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/news/10175847>

Acessado em: Junho de 2012.

DER DERIAN, James. The Value of Security: Hobbes, Marx, Nietzsche and Baudrillard *in* LIPSCHUTZ, Ronnie Dan. **On Security**. New York: Columbia University Press, 1995.

DORIAN, James P. Central Asia: A major emerging energy player in the 21st century. **Energy Policy**, v. 34, p.544–555, 2006.

DOWNS, Erica S. **China's Quest for Energy Security**. California: Rand Corporation, 2000.

DOWNS, Erica. The Chinese Energy Security Debate. **The China Quarterly**, 2004.

DOWNS, Erica S. The Chinese Energy Security Debate, **China Quarterly**, n. 177, 2004.

DOWNS, Erica S. China's "New" Energy Administration. **China's Business Review**, 2008.

DOWNS, Erica S. Who's Afraid of China's Oil Companies? *in* PASCUAL, Carlos; ELKIND, Jonathan. **Energy Security: Economics, politics, Strategies and Implications**. Brookings Institution Press: Washington D.C. 2010.

DOWNS, Erica. Who's afraid of China's Oil Companies? *in* PASCUAL, Carlos; ELKIND, Jonathan (ed.). **Energy security: economics, politics, strategies, and implications**. Washington, D.C.: Brookings Institution Press, 2010.

EDWARDS, Matthew. The New Great Game and the new great gamers: disciples of Kipling and Mackinder, **Central Asian Survey**, v.22, n.1, p.83–102, 2003.

EMMERS, Ralf. **Geopolitics and Maritime Territorial Disputes in East Asia** Nova York: Routledge, 2009.

ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION (EIA). **China: Country Analysis Brief**. Washington, 2011. Disponível: <http://www.eia.gov/countries/country-data.cfm?fips=CH>
Acessado em: Março de 2011.

FORT, Bertrand. WEBBER, Douglas. HIGGOTT, Richard. **Regional Integration in East Asia and Europe: Convergence or Divergence?** Nova York: Routledge, 2008.

FRIEDBERG, Aaron L. “Going Out”: China’s Pursuit of Natural Resources and Implications for the PRC’s Grand Strategy. **National Bureau of Asian Research Analysis**, vol 17, nº3. Washington, 2006

FUSER, Igor. **Petróleo e poder: o envolvimento militar dos Estados Unidos no Golfo Pérsico**. São Paulo: UNESP, 2005.

FUQIU, Gao. The Real Purpose of the American March into Central Asia. **Outlook (Liaowang) Magazine**, May 2002.

Disponível em: http://www.uscc.gov/researchpapers/2000_2003/pdfs/reapur.pdf Acessado em: Maio de 2012.

GARNETT, Sherman. **Rapprochement or Rivalry? Russia – China Relations in a Changing Asia**. Washington D.C: Carnegie Endowment for International Peace, 2000.

GARRETT, Brent. **The Gowiong transformation of China, Russia, and India: Implications for United States foreign Policy**. Midwest Political Science Association (MPSA) 2005 Annual Meetinh, Chicago, April 7-10, 2005.

HANSON, Stephanie. **China, Africa, and Oil. Council of Foreign Affairs: Washington**, Junho, 2008. Disponível em: <http://www.cfr.org/publication/9557/#p2> Acessado em: Junho, 2009.

HARVEY, David. Tradução: Abigail Sobral; Maria Stela Gonçalves. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

HERBERG, Mikkal E. Asia’s Energy Insecurity? Cooperation or Conflict? **Strategic Asia: Washington**, 2004 –2005.

HEIRBERG, Mikkal. LIEBERTHAL, Kenneth. China’s Search for Energy Security Implications for U.S. Policy. **National Bureau of Asian Research Analysis**, vol 17, nº. Washington, 2006.

HISCOCK, Geoff. Kazakh oilfield lures Chinese duo. **CNN**, Atlanta, 12 de março de 2003. Disponível em: <http://edition.cnn.com/2003/BUSINESS/asia/03/12/china.oil.biz/> Acessado em: Junho de 2012.

HO, Joshua. The importance and security of regional sea lanes *In* GUAN, Kwa Chong. SKOGAN, John K. **Maritime Security in Southeast Asia**. Nova York: Routledge, 2007.

HONG, Mark. **Energy Perspectives on Singapore and Region**. Cidade de Cingapura Institute of Southeast Asian Studies, 2007.

HEINBERG, Richard. **The Party is Over: Oil, War and the fate of industrial societies**. California: Consortium Book Sales & Dist, 2005.

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY. **Oil Supply Security 2007: Emergency Response of IEA Countries, 2007**. Disponível em: http://www.iea.org/textbase/nppdf/free/2007/oil_security.pdf

IKENBERRY, G. JOHN. **America Unrivaled: the future of the balance of power**. New York: Cornell University Press, 2002.

JACQUES, Marques. **When China Rules the World: The rise of the middle kingdom and the end of the western world.** London: Penguin Books, 2009.

JOHNSON, Thomas H. Central Asia: energy resources, politics, and security. In MORAN, Daniel.; RUSSEL, James. **Energy Security and Global Politics.** London: Routledge, 2009.

KASSENOVA, Nargis. **China as an Emerging donor in Tajikistan and Kyrgyzstan.** Paris: Institut français des relations internationales, 2007.

KAUPPI, Mark V.; VIOTTI, Paul R. **International relations theory : realism, pluralism, globalism and beyond.** 3. ed. Boston: Allyn and Bacon, 1999.

KIESOW, Ingolf. Quest for Oil and Geostrategic Thinking. **The China and Eurásia Fórum Quarterly,** vol 3, nº3, Novembro de 2005.

KHATIB, Hisham. Energy Security. In **World energy assessment: energy and the challenge of sustainability.** Nova York: United Nations, 2000. Disponível em: <http://www.undp.org/energy/weapub2000.htm>

KELLY, Susan Fay; LELAND, Sigve Reiertsen. **“Oil Actually” Chinese and U.S. Energy Security Policies in the Caspian Region.** University of Tromsø, Janeiro 2007.

KENNEDY, Paul. **Ascensão e queda das grandes potências: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000.** 15. ed. Rio de Janeiro: Campus , 1989.

KEN, Koyama. **Energy Security and Regional Cooperation in Asia.** Presentation at the Petroleum Strategies and Regional Cooperation Workshop, Beijing, 2004.

KEOHANE, Robert O. e NYE, Joseph S. **Power and Interdependence, third edition.** New York: Longman. 2001.

KLARE, Michael T. **Blood and Oil: The dangers and consequences of America’s Growing Dependency of Imported Petroleum.** New York: Harry Holt. 2004.

KNORR, Klaus. Economic Interdependence and National Security. in KNORR, Klaus. TRAGER, Frank N. ed. **Economic Issues and National Security.** University Press of Kansas. Lawrence, 1977.

KNORR, Klaus. Military Strength - Economic and Non-Economic Bases. in KNORR, Klaus. TRAGER, Frank N. ed. **Economic Issues and National Security.** University Press of Kansas. Lawrence, 1977.

KUPCHAN, Charles. DAVIDSON, Jason. SUCHAROV, Mira . **Power in transition: the peaceful change of international order.** Tokyo; New York, N.Y.: United Nations University Press, 2001.

KUPCHAN, Charles A. **How enemies become friends: the sources of stable peace.** Princeton: Princeton University Press. 2010.

LAM, Pun-Lee. Energy in China: Development and Prospects. **China Perspectives,** vol 59. Junho de 2005.

LANTEIGNE, Marc. **Chinese Foreign Policy: An Introduction.** New York: Routledge, 2009.

LEE, Choon Kun. Seapower and security at the close of the twentieth century *in* WILSON, David. SHEERWOOD, Dick. **Oceans Governance and Maritime Security**. St. Leonards: Allen & Unwin, 2000.

LEE, Pak K. China's quest for oil security: oil (wars) in the pipeline?. **The Pacific Review**, vol 18, nº2. Junho de 2005.

LEONG, Henry. China's Energy Security: Geopolitics versus Interdependence in Energy in **Energy perspectives on Singapore and the region** - Por Mark Hong, Institute of Southeast Asian Studies. City of Singapore. 2007.

LEUNG, Guy C. K. China's oil use, 1990-2008. **Energy Policy**. N. 38, 2010.

LIAO, Xuanli. Central Asia and China's Energy Security. **The China and Eurásia Fórum Quarterly**, vol 4, nº4, Novembro de 2006.

LIMAYE, Satu R. The United States and energy security in the Asia-Pacific, *in* WESLEY, Michael. **Energy Security in Asia**. Nova York: Routledge, 2007.

LIN, Gang. **Sino-Russian Strategic Partnership: A Threat to American Interests**, Wilson Center's Asia Center: Washington, 2001.

LIPSCHUTZ, Ronnie Dan. **Ore wars: access to strategic materials, international conflict, and the foreign policies os states**. 1987. 562p. Tese (doutorado) - Graduate Division of the University of California, Berkeley, Ann Arbor.

LUCIANI, Giacomo. The Economic Content of Security. **Journal of Public Policy**, v. 8, n. 2, 1988.

LUTTWAK, Edward. **Estratégia: A lógica da Guerra e da paz**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2009.

MARKETOS, Thrassy, **China's Energy Geopolitics**. Nova York: Routledge, 2009.

MCNEAL, Gregory S. The Terrorist and the Grid. **The New York Times**. 13 de Agosto de 2005. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2005/08/13/opinion/13mcneal.html?pagewanted=print>

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. **Quem tem medo da geopolítica?** . São Paulo: Edusp, 1999.

MOMMEN, André. China's Hunger for Oil: The Russian Connection. **Journal of Developing Societies**, 2007. Disponível em: <http://jds.sagepub.com/cgi/content/abstract/23/4/435>
Acessado em: Junho de 2009.

MOMMER, Bernard. **The Governance of International Oil: The Changing Rules of the Game**. Oxford (Inglaterra): Oxford Institute for Energy Studies. 2000.

MORGENTHAU, Hans J. **Politics among nations** : the struggle for power and peace. Revisão de Kenneth W. Thompson. Boston: McGraw - Hill, 1993.

MOUAWAD, Jad, Michael: Petróleo em toda parte: ano de explosão de novas descobertas. **The New York Times**. 27 de Setembro de 2009. Disponível em:
<http://noticias.uol.com.br/midiaglobal/nytimes/2009/09/27/ult574u9699.jhtm>

NATION, R. CRAIG. Russian Security Strategy under Putin vs Russian Perspectives: US interests in the New Eurásia. **Strategic Studies Institute**. Novembro de 2007.

NI, Chunchun. China Energy Primer. Berkeley: **Lawrence Berkeley National Laboratory**, 2009.

NICHOL , Jim. **Central Asia: Regional Developments and Implications for U.S. Interests**, CRS Report for Congress RL33458. Washington, DC: Congressional Research Service, 21 de Setembro de 2009.

Disponível em: <http://www.fas.org/sgp/crs/row/RL33458.pdf>
 Acessado em: Abril de 2012.

NICHOL , Jim. **Russian Political, Economic, and Security Issues and U.S. Interests**, CRS Report for Congress RL33407. Washington, DC: Congressional Research Service, 10 Fevereiro de 2012.

Disponível em: <http://www.fas.org/sgp/crs/row/RL33407.pdf>
 Acessado em: Abril de 2012.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das relações internacionais** . Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

NUTALL, William J. MANZ, Devon L. A new energy security paradigm for the twenty-first century. **Technological Forecasting and Social Change**. Vol 35, 2008.

ODGAARD, Liselotte. **Maritime Security between China and Southeast Asia: Conflict and Cooperation in the Making of Regional Order**. Aldershot: Ashgate, 2002.

OLIVEIRA, Lucas Kerr de. **Petróleo e Segurança Internacional: Aspectos Globais e Regionais das disputas por Petróleo na África Subsaariana**. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

ONG, Russel. China's security interests in Central Asia. **Central Asian Survey**, v. 24, n.4, p.425–439, 2007.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **The Relationship between Disarmament and Development**. Nova Iorque, 1982.

Disponível em:

http://www.un.org/disarmament/HomePage/ODAPublications/DisarmamentStudySeries/PDF/DS_S_31.pdf

Acessado em: Janeiro de 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. World Urbanization Prospects: The 2007 Revision Population Database.

Disponível em: <http://esa.un.org/unup/p2k0data.asp>

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. THORSSON, Inga. United Nations Centre for Disarmament, (i 982). **The Relationship between Disarmament and Development**, New York: United Nations.

PALONKORPI, Mikko. Energy Security Complex Theory: Russia's Energy Policy and the Caucasus. In: AAASS 41st National Convention, Boston, 2009.

PAUTASSO, Diego. **A China na Transição do Sistema Mundial**: suas relações com EUA e Índia. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

PAUTASSO, Diego; OLIVEIRA, Lucas Kerr de. A segurança Energética da China e as Reações dos EUA. **Contexto Internacional**, v.30, nº2, Mai/Ago 2008.

PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. China Statistical Yearbook 2010.

Disponível em: <http://www.stats.gov.cn/tjsj/ndsj/2010/indexeh.htm>

PEYROUSE, Sebastien. **Economic Aspects of the Chinese-Central Asia Rapprochement**. Washington: Central Asia-Caucasus Institute & Silk Road Studies Program, 2007.

Disponível em: http://www.silkroadstudies.org/new/docs/Silkroadpapers/2007/0709China-Central_Asia.pdf

Acessado em: Junho de 2009.

PFC ENERGY 50. Washington DC: PFC Energy, 2011.

Disponível em: <https://www.pfcenergy.com/PFC-Energy-50/PFC-Energy-50>

PINTO, Paulo Antônio Pereira. China – a ascensão pacífica da Ásia Oriental. **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol 2 nº 48. 2005.

POSEN, Barry. Command of the Commons: *The Military Foundation of U.S. Hegemony*. **International Security**. vol 28: nº1 2003. p. 5–46.

PRAVDA, Russian oil giants absent from world's 10 largest oil companies, 18 de Março de 2009. Disponível em http://english.pravda.ru/business/companies/18-03-2009/107258-oil_companies-0

PRONINSKA, Kamila. Energy and Security: regional and global dimensions.

In: **SIPRI Yearbook 2007** – Armaments, Disarmament and International Security, Oxford University Press, 2007.

REPUBLICA POPULAR DA CHINA. **Livro Branco Chinês**. Beijing, 2010. Disponível em: <http://www.china.org.cn/e-white/index.htm>

Acessado em: Setembro de 2010.

RICHARDSON, Michel China's Coal: Curse or Blessing in **Energy perspectives on Singapore and the region** - Por Mark Hong, Institute of Southeast Asian Studies. City of Singapore. 2007.

RICHMOND, Surrey. **China's Economic Security**. Curzon Press, 1999.

ROSEN, Daniel H. HOUSER, Trevor. **China Energy**: A guide for perplexed. Washington: Peterson Institute for International Economics, 2007.

Disponível em: Disponível em:

<http://www.petersoninstitute.org/publications/papers/rosen0507.pdf>

Acessado em: Julho de 2009.

RUMMER, Eugene.; TRENIN, Dmitri. ZHAO, Huasheng. **Central Asia: views from Washington, Moscow and Beijing.** New York: M.E.Shape, 2007.

SHELL, Orville: O degelo no topo do mundo. **The New York Times.** 28 de Setembro de 2009. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/midiaglobal/nytimes/2009/09/28/ult574u9709.jhtm>

SCHMITT, Carl. **O Conceito do Político e a Teoria do Partisan.** Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

SÉBILLE-LOPEZ, Philippe. **Geopolítica do petróleo.** Lisboa: Instituto Piaget, 2006.

SJAASTAD, Anders C. Southeast Asian SLOCS and security options *In* GUAN, Kwa Chong. SKOGAN, John K. **Maritime Security in Southeast Asia.** Nova York: Routledge, 2007.

SMITH, Keith C. Russian Energy Policy and its Challenge to western Policy Makers. **Comission on Security and Cooperation in Europe Statement.** Center for Strategic and International Studies, Junho de 2007

SPENCE, Jonathan D. **Em busca da China Moderna: Quatro séculos de História.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SHENGNAN, Zhao.; JIA, Cui. Oil and money: a match made in Kazakhstan. **China Daily,** Beijing, 9 de novembro de 2011. Disponível em: http://www.chinadaily.com.cn/china/2011-12/09/content_14236456.htm Acessado em: Junho de 2012.

SHENKAR, Oded. **O Século da China.** São Paulo: Bookman, 2005.

SHINN, David H. China's Engagement in Africa. **CSIS Africa Program report: Africa Policy in the George W. Bush Years: Recommendations for the Obama Administration (Prepublication Draft):** Janeiro de 2009.

STATE COUNCIL OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA, **China's Energy Conditions and Policies,** Dezembro de 2007

SUTTER, Robert. Why does China Matter. **The Washington Quarterly,** v.27, n.1 2003-2004.

SWANSTROM, Niklas. An Asian Oil and Gas Union: Prospects and Problems. **The China And Eurasia Forum Quarterly.** v. 3, n. 3, 2005.

SYROEZHKIN, Konstantin. **China's presence in the energy sector of Central Asia Journal.** Central Asia and Caucasus. Lulea/Baku: Institute for Central Asian and Caucasian Studies/ The Institute of Strategic Studies of the Caucasus, 2012. Disponível em <http://www.cac.org/journal/2012-01-eng/02.shtml> Acessado em: Junho de 2012.

TANNO, Grace. A contribuição da Escola de Copenhagem aos Estudos de Segurança Internacional. **Contexto Internacional,** v.25, nº1, p.47-80, Janeiro/Junho 2003.

THE EPIC of Black Gold. Produção de Yves BILLON e Alain PITTEN. Paris: ZARAFA FILMS, 2008. Disponível em;

http://www.youtube.com/view_play_list?p=E55B553968A5A670&search_query=the+epic+of+black+gold

THOMSON, Elspeth. ASEAN and Northeast Asian Energy Security: Cooperation or Competition? **EAST ASIA**, v.23, n.3, 2006.

TIAN, Jun. How **the People's Republic of China Is Pursuing Energy Efficiency Initiatives: A Case Study**, 2008

U.S Department of Defense, **Military Power of the People's Republic of China Report** , 2009
Disponível em: http://www.defenselink.mil/pubs/pdfs/China_Military_Power_Report_2009.pdf
Acessado em: Junho, 2009

TSERETELI, Mamuka. **Economic and Energy Security: Connecting Europe and the Black Sea-Caspian Region**. Central Asia-Caucasus Institute & Silk Road Studies Program: Washington, 2008

US-China Economic and Security Review Commission **2004 Report to Congress of the US-China Economic and Security Review Commission**, Washington, DC: US Government Printing Office
Disponível em: <http://www.uscc.gov/researchreports/2004/04annualreport.htm>.
Acessado em: Junho, 2009

VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; VIEIRA, Euripedes Falcão. **Geostratégia Global: Economia, Poder e Gestão de Territórios**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

XUETANG, Guo. The Energy Security in Central Eurasia: the geopolitical implications to China's energy strategy. **The China and Eurásia Fórum Quarterly**, vol 4, n°4, Novembro de 2006

WATKINS, Eric. CNPC becomes sole owner of Kazakh-Chinese development JV. **Oil and Gas Journal**, Tulsa, 6 de Junho de 2003.
Disponível em: <http://www.ogj.com/articles/2003/06/cnpc-becomes-sole-owner-of-kazakh-chinese-development-jv.html>
Acessado em: Junho de 2012.

WEITZ, Richard. **China – Russia Security Relations: Patnertship or Passion?** U.S. Government Publication: Washington, Agosto de 2008
Disponível em: <http://www.StrategicStudiesInstitute.army.mil/>
Acessado em: Junho, 2009

WINES, Michael : Laços da China com o Irã complicam a diplomacia para os EUA. **The New York Times**. 30 de Setembro de 2009. Disponível em:
<http://noticias.uol.com.br/midiaglobal/nytimes/2009/09/30/ult574u9714.jhtm>

YERGIN, Daniel. Ensuring Energy Security, **Foreign Affairs**, v.86, n.2, 2006.

YERGIN, Daniel. Energy Security in the 1990s, **Foreign Affairs**, v.67, n.1, 1988.

YI-CHONG, Xu. China's energy security. **Australian Journal of International Affairs**, v. 60, n. 2, p. 265 - 286, 2006.

ZHANG, Yongjin. **China Goes Global**. The Foreign Policy Centre: Londres, 2005.

ZHAO, Suisheng. China's Global Search for Energy Security: cooperation and competition. **Asia-Pacific Journal of Contemporary China**, v.17, p. 207–227, 2008.

ZHENG, Denise. China's use of soft power in the developing world: Strategic intentions and implications for the United States. *In*: MCGIFFERT, Carola (ed.). **Chinese soft power and its implications for the United States: Competition and Cooperation in the Developing World**. Washington D.C: CSIS, 2009.

ZOELLICK, Robert B. Fragile States: Securing Development. **Survival**, v.6, n.50, p. 67 - 84, 2008.